

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

TAÍS SBEGHEN CHESINI

A VILA DO ARVOREDO: a persistente luta por moradia

FLORIANÓPOLIS
2012

TAÍS SBEGHEN CHESINI

A VILA DO ARVOREDO: a persistente luta por moradia

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Vera Herweg Westphal

FLORIANÓPOLIS

2012

TAÍS SBEGHEN CHESINI

A VILA DO ARVOREDO: a persistente luta por moradia

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Florianópolis, 03 de julho de 2012

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a. Vera Herweg Westphal

Universidade Federal de Santa Catarina - Departamento de Serviço Social
Orientadora

Professora Dr^a. Maria Teresa dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina - Departamento de Serviço Social
Examinadora

Especialista - Assistente Social Rosana Rossato Stefanello

ASPI – Ação Social Paroquial de Ingleses
Examinadora

AGRADECIMENTOS

O agradecimento é uma das atitudes mais nobres que o ser humano pode exercer. Por isso quero agradecer inicialmente à minha família que muito contribuiu para os meus valores e princípios e que foram fundamentais para este trajeto. À minha mãe Liana, irmã Thami e ao meu pai Valdir, agradeço por me ensinarem a ter fé e por sempre terem me estimulado a lutar pelos meus objetivos. Ao meu amado Betho, que com sua alegria e palavras de incentivo, foi fundamental para que eu alcançasse esta vitória.

À minha avó querida Letícia, que com toda sua simplicidade me ensinou a praticar uma das maiores virtudes - a humildade.

À minha sogra Leni, sogro Luiz Carlos e cunhado Antônio, dedico meus sinceros agradecimentos por todo apoio prestado, que foram essenciais para que eu seguisse em frente.

À minha supervisora de estágio, Assistente Social da Ação Social Paroquial Ingleses, Rosana Rossato Stefanello, pelos seus ensinamentos, pela oportunidade de aprender ao seu lado e fazendo-me feliz por estar nesta banca. Sem você eu não teria conseguido.

À professora Vera Herweg Westphal, que prontamente se disponibilizou para a orientação deste trabalho. Sempre muito amiga e prestativa, conquistou minha admiração pelo seu profissionalismo. É uma honra tê-la nesta banca.

À minha colega e amiga Mariana, que sempre me ajudou nas horas mais difíceis e me fez rir nos momentos de estresse. À minha colega e amiga Jéssica que sempre foi muito querida e solícita. Ao meu colega e amigo Fernando pelo companheirismo nas saídas de campo de estágio. Agradeço a todos os colegas que estiveram comigo, oportunizando que eu ampliasse meu conhecimento através da troca de experiências e pela amizade.

Aos meus amigos e amigas: Simone, Alex, Jaciel, Luanda, Rodrigo, Marcos, Raquel, Maiara e a todos que convivem comigo, pela alegria nos momentos em que nos encontramos, pelos conselhos prestados e por sempre entenderem meus momentos de ausência devido à dedicação a este trabalho. Agradeço também aos meus amigos que não converso com frequência e não vejo há tempo, por fazerem parte da minha vida e por terem participado da minha história.

À minha colega de trabalho e amiga Cristina Lebedeff Raguzoni, por seu forte apoio e palavras de impulso, que foram indispensáveis para que eu concluísse esta última etapa.

À Professora Maria Teresa dos Santos, uma profissional exemplar, que gentilmente aceitou o convite para esta banca, muito obrigada.

Agradeço às lideranças da Vila do Arvoredo, que se disponibilizaram em apresentar suas histórias e a luta da comunidade pelo direito à moradia.

Agradeço à Nícia Lopes, agente do Centro de Saúde do Santinho, que com muita presteza e alegria, me acompanhou até a comunidade e pelas informações prestadas.

À Rosângela Maria Piccoli, Assistente Social da SMHSA, pelo seu atendimento cordial e pela oportunidade de aproximação e acesso aos dados da população da Vila do Arvoredo, bem como sua condição habitacional.

Por fim, meus sinceros agradecimentos para todas as professoras, monitoras e profissionais da UFSC que colaboraram para o conhecimento adquirido nesta graduação.

*...O sol nasce e ilumina
As pedras evoluídas
Que cresceram com a força
De pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam
Vigiando as pessoas
Não importa se são ruins
Nem importa se são boas
E a cidade se apresenta
Centro das ambições
Para mendigos ou ricos
E outras armações
Coletivos, automóveis,
Motos e metrô
Trabalhadores, patrões,
Policiais, camelôs
A cidade não pára
A cidade só cresce
O de cima sobe
E o de baixo desce...*

*A cidade se encontra
Prostituída
Por aqueles que a usaram
Em busca de uma saída
Ilusora de pessoas
De outros lugares,
A cidade e sua fama
Vai além dos mares
E no meio da esperteza
Internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos...
(Chico Science)*

*Get up, stand up:
stand up for your rights!
(Bob Marley)*

RESUMO

CHESINI, Taís Sbeghen. **A Vila do Arvoredo**: a persistente luta pela moradia. 2012. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

O presente trabalho de conclusão de curso, tematiza a luta pela moradia da comunidade Vila do Arvoredo, situada no bairro Ingleses, em Florianópolis – SC. Esta luta persiste há três décadas e é marcada de um lado por promessas e projetos por parte do executivo municipal, e por outro lado, por mobilização e movimentos da população local e em articulação com outros movimentos sociais. Até os dias atuais a comunidade ainda busca junto ao poder público o direito à moradia íntegra, com uma infraestrutura digna e apropriada. No presente trabalho foi realizado inicialmente o levantamento de dados da comunidade, através de pesquisa documental, bibliográfica e realização de entrevistas com as lideranças da Vila do Arvoredo. No contexto urbano, a migração está diretamente relacionada à questão da moradia, realidade vivida pelos moradores da Vila do Arvoredo. Assim, na sua organização textual, primeiramente, o trabalho disserta acerca da migração, questão urbana e habitação, contextualizando-os no processo de desenvolvimento capitalista. Neste capítulo o trabalho apresenta também as implicações da migração na habitação e no meio ambiente. Logo depois, é abordada acerca do Estado e a política de habitação, contemplando os planos políticos habitacionais e a proposta habitacional do município de Florianópolis para a Vila do Arvoredo. Na sequência, destacam-se os movimentos sociais na luta por moradia, bem como a centralidade da participação social neste processo. Ainda, é apresentado o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social do município de Florianópolis como espaço participativo, deliberativo e de controle social. Por fim, são apontadas as Organizações da Sociedade Civil que atuam na Vila do Arvoredo e a visão das lideranças entrevistadas frente à este contexto. De forma conclusiva, ficou evidenciada a violação do direito à moradia digna aos moradores da Vila do Arvoredo, a morosidade do Estado no atendimento deste direito e a necessidade urgente da realocação da Vila do Arvoredo, conforme contempla o projeto Habitacional para a comunidade.

Palavras chaves: Migração. Habitação. Questão urbana. Movimentos sociais. Organizações da sociedade civil.

ABSTRACT

CHESINI, Taís Sbeghen. **The Village of Arvoredo**: a persistent fight for housing. 2012. 104 f. Working end of Course (Social Service) - Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

This conclusion of course work, discuss the struggle for housing in the community of Villa Grove, located in the district the British, in Florianópolis - SC. This struggle continued for three decades and is marked on one side by promises and projects by the municipal executive, and on the other hand, mobilization and movement of the local population and in conjunction with other social movements. Until today the community still seeks with the government the right to fair housing, with a dignified and appropriate infrastructure. In the present work was initially carried out a survey of community data through desk research, literature and interviews with leaders of the Village of the Grove. In urban areas, migration is directly related to the issue of housing, the reality experienced by the residents of Village Grove. Thus, in its textual organization, first, the dissertation work on migration, housing and urban issues, contextualizing them the process of capitalist development. In this chapter the work also presents the implications of migration on housing and the environment. Soon after, we discuss about the state and housing policy, considering the political plans and the proposed residential housing in the city of Florianopolis to the town of Grove. Subsequently, we highlight the social movements in the struggle for housing, as well as the centrality of social participation in this process. Still, it presented the City Council of Social Housing in Florianópolis as space participatory, deliberative and social control. Finally, it presents the Civil Society Organizations working in the Village Grove and vision of the leaders interviewed face to this context. Conclusively, there is an evident violation of the right to decent housing to residents of the Village Arboretum, the slowness of the State in complying with this law and the urgent need for the relocation of Village Grove, as the project includes Housing for the community.

Keywords: Migration. Housing. Urban issues. Social movements. Organizations civil society.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Caracterização da AIS Rua do Siri (Vila do Arvoredo) (2007)	58
Figura 2- A Vila do Arvoredo	60
Figura 3 - O Projeto Habitacional para a Vila do Arvoredo.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População residente – rural e urbana do Brasil - Habitante - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de População e Indicadores Sociais (1940-2010).	28
Gráfico 2 – População Urbana e Rural de Santa Catarina (1960-2010)	32
Gráfico 3 – Crescimento populacional: Florianópolis – SC (1950-2010)	33
Gráfico 4 – Número de Áreas de Interesse Social em Área de Preservação Permanente em Florianópolis (2007)	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População segundo o gênero.....	18
Tabela 2 – Famílias segundo composição familiar.....	19
Tabela 3 – População de 0 a 14 anos segundo a freqüência escolar	19
Tabela 4 – População a partir de 15 anos segundo o nível de Escolaridade	20
Tabela 5 – Famílias quanto às dificuldades familiares	20
Tabela 6 – Famílias segundo a faixa de renda.....	201
Tabela 7 – Locais de maior procedência da população da Vila do Arvoredo	37
Tabela 8 - Famílias quanto interesse de retornar a cidade de origem	37
Tabela 9 - Número de moradores em favelas por região da cidade de Florianópolis	44
Tabela 10 - Áreas de Interesse Social por distritos em Florianópolis (2007).....	56
Tabela 11 – Distribuição das Áreas de Interesse Social por Zoneamento (2008).....	57
Tabela 12 - Descrição do assentamento da Vila do Arvoredo (2007)	59
Tabela 13 – Imóvel segundo regime de ocupação (2005).....	60
Tabela 14 - Valores da Intervenção (2010)	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI – Área Comunitária Institucional
AIS – Área de Interesse Social
AMOVILA – Associação dos Moradores da Vila do Arvoredo
APP – Área de Preservação Permanente
ARPO – Área Residencial Predominante
ASE – Área de Saneamento de Energia
ASPI – Ação Social Paroquial Ingleses
BID – Banco Internacional de Desenvolvimento
BNH – Banco Nacional de Habitação
CASAN – Companhia Catarinense de Água e Saneamento
CCI – Conselho Comunitário Ingleses
CMHIS – Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social
COHAB – Companhia de Habitação
CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores
COOPESC – Cooperativa de Profissionais em Serviços Públicos e Privados de Santa Catarina
DI – Desenvolvimento Institucional
FAR – Fundo de Arrendamento Residencial
FAS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
FDS – Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS – Fundo de Garantida por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FINSOCIAL – Fundo de Investimento Social
FLORAM – Fundação Municipal do Meio Ambiente
FUCAS – Fundação CASAN
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
MCMV – Minha Casa Minha Vida
MST – Movimento Sem Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OGU – Orçamento Geral da União

ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OSCs – Organizações da Sociedade Civil
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAIH – Plano de Ação Imediata para Habitação
PAR – Programa de Arrendamento Residencial
PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
PMHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
PNH – Política Nacional de Habitação
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU – Programa Nacional de Habitação Urbana
PROFILURB – Programa de Lotes Urbanizados
PROTECH – Programa de Difusão Tecnológica para Construção de Habitação de Baixo Custo
SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SMHSA – Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental
SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Investimento Social
UAS – Urbanização de Assentamentos Subnormais
UFECO – União Florianopolitana de Entidades Comunitárias
UNMP – União Nacional por Moradia Popular
ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 SITUANDO A VILA DO ARVOREDO E SEUS MORADORES	17
2 MIGRAÇÃO, QUESTÃO URBANA E HABITAÇÃO	22
2.1 QUESTÃO URBANA E MIGRAÇÃO NO BRASIL	27
2.2 QUESTÃO URBANA E MIGRAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS	31
2.3 A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS MIGRANTES DA VILA DO ARVOREDO	35
2.4 AS MIGRAÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES NO MEIO AMBIENTE.....	43
3 POLÍTICA DE HABITAÇÃO: FRAGMENTAÇÃO E SELETIVIDADE	46
3.1 AS PROPOSTAS DE HABITAÇÃO PARA A VILA DO ARVOREDO	60
4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA POR MORADIA	66
4.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA POR MORADIA E A VILA DO ARVOREDO.....	71
4.2 DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA LUTA POR MORADIA.....	73
4.3 A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	80
5 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: CARACTERÍSTICAS E ATUAÇÕES 85	
5.1 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA VILA DO ARVOREDO: DINÂMICA E OS RESULTADOS DE SUAS AÇÕES	88
5.2 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: VISÃO DAS LIDERANÇAS.....	92
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE A - Questionário para pesquisa	105
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	106
ANEXO A - Figuras Vila do Arvoredo	107

1 INTRODUÇÃO

Há décadas vários são os embates políticos, econômicos e sociais nas relações existentes entre a sociedade e a luta pelo direito à moradia. Ter um espaço territorial com uma moradia garantida é um grande desafio para a população brasileira, pois quando nos referimos à conquista do direito à habitação, nos deparamos com sua supervalorização, especialmente devido à especulação imobiliária, sendo uma característica que toma conta de todo estado de Santa Catarina. A lógica do capitalismo, que dissocia mercado e direitos, aprofunda o econômico em favor dos detentores do poder, instalando desigualdade e destruição do meio ambiente local.

A motivação para a realização deste trabalho emergiu a partir das atividades realizadas na disciplina de estágio curricular obrigatório I e II, que ocorreu na ASPI – Ação Social Paroquial de Ingleses e que atende as famílias residentes na Vila do Arvoredo.

O presente trabalho aborda a luta pela moradia da comunidade Vila do Arvoredo, situada na praia de Ingleses, do município de Florianópolis, localizada a 35 km do centro da cidade. A localidade de Ingleses começou a se desenvolver e ser alvo da especulação imobiliária a partir de meados dos anos 1970 e é atualmente, de todas as praias de Florianópolis a que possui a maior população residente, chegando ao número de aproximadamente 30 mil habitantes (IBGE, 2010).

A Vila do Arvoredo enfrenta uma árdua batalha pela conquista ao direito pela moradia, há aproximadamente três décadas, sendo uma luta atravessada por promessas, projetos, abaixo assinados e movimentos sociais (BRANCO, 2008). No entanto, as lideranças da comunidade do Arvoredo ainda buscam junto ao poder público uma solução para que as famílias do local tenham de fato uma moradia íntegra, com uma infraestrutura digna e apropriada.

Para o presente trabalho foi realizada pesquisa de caráter qualitativo. Martins (2004) define a pesquisa qualitativa como aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise.

O objetivo geral deste trabalho consiste em resgatar a história de ocupação das famílias na Vila do Arvoredo e o processo da luta pelo direito à moradia da comunidade. Os objetivos específicos pretendem resgatar a história da população da Vila do Arvoredo, conceituando a questão migratória e como ela se insere na divisão do espaço urbano; contextualizar os movimentos sociais de luta por moradia, relatando a inserção destes no local e o envolvimento das lideranças nestes movimentos; problematizar a contribuição de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e instituições que atuam na Vila do Arvoredo para a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e, situar a Política de Moradia Popular e a relação existente entre a Vila do Arvoredo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) na garantia de uma nova proposta de espaço para a comunidade.

O trabalho conta primeiramente, com o levantamento de dados através de pesquisa bibliográfica, consulta de monografias, teses, artigos, dissertações, reportagens, dados estatísticos de Florianópolis e Vila do Arvoredo, processos de urbanização, migração, política de habitação, movimentos sobre o direito à moradia, terceiro setor, entre outros. A busca de dados estatísticos ocorreu pela consulta a sítios eletrônicos, trabalhos científicos e informações disponíveis na Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental e no Centro de Saúde do Santinho.

Ainda, o levantamento de dados ocorreu através de entrevista feita com as lideranças da Associação de Moradores da Vila do Arvoredo (AMOVILA) (Apêndice I). As entrevistas tiveram como objetivo principal resgatar a trajetória de luta pelo direito à moradia da comunidade da Vila do Arvoredo e, relacionado a este tema, a visão das lideranças sobre a participação social, o posicionamento do poder público, a articulação com movimentos sociais e a atuação de Organizações da Sociedade Civil no local. Para realizar as entrevistas entramos em contato por telefone e agendamos um encontro com as lideranças. No que se refere a publicação do depoimento dos entrevistados no TCC, solicitamos as assinaturas do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), conforme apêndice II deste trabalho.

Em sua estrutura o trabalho expõe inicialmente esta introdução, na qual se apresenta a contextualização da Vila do Arvoredo e a problemática da luta pelo direito à moradia.

Na segunda seção abordamos a discussão acerca da migração, questão urbana e habitação, que estão intrinsecamente ligadas ao processo de desenvolvimento capitalista e que fazem parte do cotidiano da sociedade. Ainda, nesta parte, apresentaremos a vida migrante das famílias da Vila do Arvoredo, as implicações da migração na habitação e no meio ambiente. Nesta seção nos apoiamos, sobretudo em Maricato (2000; 2003), Brito (2009; 2006), Braga (2006), Moré e Queiroz (2007), Campos (2004) e no Relatório Sócio Econômico da SMHSA (2005).

Na terceira seção serão contempladas algumas discussões sobre a política de habitação. Neste sentido, será relacionado o que parece nos planos políticos habitacionais, com o posicionamento do poder público na atual proposta habitacional para a Vila do Arvoredo que se arrasta há três décadas. Nesta seção nos sustentamos principalmente em Noal e Janczura (2011), Ribeiro (2007), Luiz (2006), Bonates (2008), Silva (2008), no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social da SMHSA (2011) e no Projeto de Trabalho Técnico Social da SMHSA (2010).

No que tange a quarta seção, abordam-se os movimentos sociais na luta por moradia e a participação social. Partindo de um conceito mais amplo, os movimentos sociais são espaços que alimentam o processo democrático e é uma das ferramentas utilizadas para a participação popular. Destarte, nesta seção são explanados os movimentos sociais da própria Vila do Arvoredo e com os quais se articula em rede e que promovem a participação social da comunidade no direito à moradia. Ainda, nesta seção é apresentado o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social do município de Florianópolis que proporciona uma maior participação social na esfera pública. Nesta parte, nos amparamos especialmente em Duriguetto, Souza e Silva (2009), Bolsoni (2011), Maricato (2000), Gohn (2008), Fachin (2007) e Tatagiba (2002).

Na quinta seção são apontadas as Organizações da Sociedade Civil que atuam na Vila do Arvoredo, suas dinâmicas de atuação e os resultados dos trabalhos desenvolvidos, bem como a visão das lideranças entrevistadas no que tange a esta conjuntura. Nesta seção, nos sustentamos essencialmente em Oliveira e Haddad (2001), Sabottka (2002), Montaña (2005; 2010) e Duarte (2010).

Nas considerações finais, o trabalho expressa uma reflexão crítica de síntese, abordando os elementos que caracterizam as políticas e os movimentos sociais atuantes no direito à moradia, relacionando com a trajetória da participação social da

comunidade. Ainda são apontados os conflitos que se sobrepõem nas interfaces do poder público, ONGs e instituições que se relacionam com a Vila do Arvoredo.

Assim sendo, o trabalho pretende contribuir na reconstrução da trajetória de luta da população em relação ao seu direito a moradia, e com isso, incentivando-a à continuidade da luta pelo acesso a este direito, bem como, ainda, sensibilizar os órgãos públicos sobre sua responsabilidade em consolidar os direitos para a comunidade da Vila do Arvoredo que há décadas vem sofrendo com o descaso e abandono.

1.1 SITUANDO A VILA DO ARVOREDO E SEUS MORADORES

Popularmente, a Vila do Arvoredo é conhecida por “Favela do Siri”, pois está localizada ao final da Rua do Siri, na qual se encontra a Escola Básica Municipal Gentil Mathias, originando o nome da comunidade. Conforme os moradores o nome é pejorativo e simboliza todo o preconceito que enfrentam quando matriculam seus filhos nas escolas, tentam abrir créditos no mercado ou procuram por emprego, sendo muitas vezes privados de direitos pela dificuldade em comprovarem sua residência por morarem em área ilegal, diferentemente das belas casas situadas no início da rua. Ao percebermos as diferenças existentes na infraestrutura das ruas principais de Ingleses e da Vila do Arvoredo, destacando o saneamento básico e a estrutura das residências, nota-se que nas áreas valorizadas pelo mercado a legislação urbana se aplica, pois “o crescimento urbano, aparentemente natural, tem por trás de si uma lógica que é dada pelos interesses em jogo e pelo conflito entre eles” (MARICATO, 1988, apud SILVA, 2008, p. 136).

Ao chegarem à região dos Ingleses, os moradores não tinham condições de pagar aluguel e assim compravam terrenos de habitantes nativos que tinham interesses de vender áreas fora de suas propriedades, estando na direção das dunas em áreas de preservação permanente (APP)¹. A comunidade do Arvoredo teve sua origem na década de 1980, quando aproximadamente 30 famílias

¹ Segundo o Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/65), área de preservação permanente é toda aquela constante em seus artigos 2º e 3º, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Desse modo, as áreas desprovidas de vegetação também podem ser consideradas de preservação permanente. Disponível em: <http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/cetesb/app.asp>. Acesso em: 01 jun. 2012.

instalaram-se entre as dunas do bairro. Atualmente cerca de 200 famílias vivem no local o que corresponde a aproximadamente 800 pessoas (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2011). Conforme [liderança comunitária local]:

a maioria dos moradores da comunidade não ocupou, mas sim comprou seu pedaço de terra. Pagavam IPTU e tudo. Mas conviviam diariamente com a dificuldade de se obter água e luz regularizadas, além de acesso a direitos como escola, creche e atendimento público de saúde. Além disso, ônibus na região passava apenas em dois horários por dia. Quando chovia, alagava tudo – afinal, algumas casas foram construídas bem em cima dos lagos que se formavam pelo acúmulo de chuvas das dunas. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2011)

Na seqüência, são apresentados dados acerca do perfil social e profissional das famílias residentes no local. Para tal, buscou-se o Relatório Sócio-Econômico (2005) da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA). Destaca-se que, apesar de terem sido levantados em 2005, estes dados não se alteram substancialmente, pois não houve um processo migratório significativo na Vila desde então, conforme afirmado por lideranças locais. Assim, a relação homens e mulheres é bastante equilibrada, como constata-se na tabela 01 abaixo:

Tabela 1 – População segundo o gênero

Especificação	Número	%
Masculino	398	51,09%
Feminino	381	48,91%
Total	779	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (2005)

Em relação ao gênero da população residente da Vila do Arvoredo, a tabela acima apresenta um equilíbrio em relação a homens e mulheres, havendo no local pouco mais de 2% de público masculino comparado ao feminino.

A situação das famílias pode ser considerada muito grave. As dunas são móveis e em dias de vento sul a areia invade as casas, sendo inalada imperceptivelmente pelos moradores da comunidade, causando malefícios para a saúde e desenvolvimento de todos que convivem com esta realidade, pois a areia funciona como “cimento” para os pulmões das pessoas que a respiram o tempo todo.

A renda das famílias provém em sua grande maioria da arrecadação e reciclagem do lixo e por empregos informais. Além da situação de risco em que as

casas se encontram as instalações elétricas são clandestinas e precárias e não existe saneamento básico adequado, principalmente inexistente a coleta de lixo.

Para caracterizar o perfil das famílias da Vila do Arvoredo o Relatório Sócio-Econômico (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2005) da SMHSA, apresenta:

Tabela 2 – Famílias segundo composição familiar

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
1 MEMBRO	23	11%
2 MEMBROS	31	15%
3 MEMBROS	53	26%
4 MEMBROS	39	19%
5 MEMBROS	25	12%
6 MEMBROS	17	8%
MAIS DE 6 MEMBROS	14	7%
TOTAL	202	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (2005)

A tabela acima evidencia que a maioria das famílias residentes no local é constituída por um número médio de pessoas, sendo que a maioria delas, representando 52%, possuem até 3 membros. A porcentagem total das famílias que apresentam mais de 6 membros na composição familiar representa apenas 7%. É importante destacar que os dados do IBGE (2010) apontam que o número médio da família brasileira é de 3,1 pessoas. Portanto a Vila do Arvoredo segue o perfil das famílias brasileiras em relação a sua composição familiar.

Em relação à escolaridade das crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, o mesmo relatório apresenta:

Tabela 3 – População de 0 a 14 anos segundo a freqüência escolar

FREQÜÊNCIA	ZERO A 6 ANOS	%	7 A 14 ANOS	%
ESTÃO NA ESCOLA	31	22%	165	98%
FORA DA ESCOLA	103	72%	2	1%
NÃO IN FORMOU	9	6%	2	1%
TOTAL	143	100%	169	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (2005)

Apesar das crianças de 0 a 6 anos estarem com uma porcentagem baixa em relação a sua freqüência na escola, destaca-se o número de crianças de 7 a 14 anos que estão na escola totalizando 98%. Estes dados apontam para a falta de atendimento educacional público às crianças de 0 a 6 anos.

Já o nível de escolaridade da população acima de 15 anos, é apresentada da seguinte forma:

Tabela 4 – População a partir de 15 anos segundo o nível de Escolaridade

ESCOLARIDADE	NUMERO	%
ANALFABETO	18	4%
ENSINO FUNDAMENTAL	356	77%
ENSINO MÉDIO	60	13%
ENSINO SUPERIOR	3	1%
NÃO INFORMOU	28	6%
TOTAL	465	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (2005)

Observa-se nos dados acima que o nível de escolaridade desta população é baixo, pois somente 13% concluiu o ensino médio e 77% possui apenas o ensino fundamental. Este fato tem implicações diretas no tipo de ocupação exercida por esta população, ou seja, a vinculação de emprego está relacionada ao grau de escolaridade. Assim, com baixa escolaridade as possíveis ocupações a serem exercidas também tem menor remuneração. A tabela abaixo (5) exemplarmente expressa esta situação.

Em relação às principais dificuldades enfrentadas pelas famílias, são apresentadas:

Tabela 5 – Famílias quanto às dificuldades familiares

DIFICULDADES	Nº	%
DESEMPREGO	44	71%
RELACION. FAMILIAR	2	3%
DROGAS ALCOOL	8	13%
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	1	2%
OUTROS	7	11%
TOTAL	62	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (2005)

A principal dificuldade apontada, sendo 71%, é o desemprego, e podemos avaliar que está relacionada ao baixo nível escolar, sendo que desta forma a renda se torna mais baixa devido a pouca qualificação para as exigências do mercado. Deste modo, a tabela abaixo demonstra a distribuição de renda entre as famílias:

Tabela 6 – Famílias segundo a faixa de renda

FAIXA DE RENDA	Nº	%
SEM RENDA	8	4%
INFERIOR A 1 S.M.	29	14%
1 A 2 S.M.	87	43%
MAIS DE 2 ATÉ 3 S.M.	43	21%
MAIS DE 3 ATÉ 4 S.M.	9	4%
MAIS DE 4 ATÉ 5 S.M.	3	1%
MAIS DE 5 S.M.	5	2%
NÃO INFORMOU	18	9%
TOTAL	202	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (2005)

Os dados acima apontam que 82% das famílias vivem com até 3 salários mínimos, sendo que 14% é um número considerável de pessoas que vivem com menos de 1 salário mínimo.

Diante do exposto, constata-se a situação de pobreza do local e, neste contexto se apresenta a dificuldade das famílias em acessarem o direito a moradia digna. Assim, o presente trabalho estará focado em analisar o contexto da luta pela moradia dos moradores da Vila do Arvoredo.

2 MIGRAÇÃO, QUESTÃO URBANA E HABITAÇÃO

Por estarem extremamente entrelaçados no direito à moradia, abordaremos as relações existentes entre migração, questão urbana e habitação.

A migração refere-se à movimentação de pessoas de um lugar para outro, podendo ser internacional (movimentação entre países diferentes) ou interna (movimentação dentro de um país, na maioria das vezes, das áreas rurais para as áreas urbanas). No presente trabalho o foco está nas migrações vivenciadas pelos moradores da Vila do Arvoredo, onde a maioria da população local é natural do interior do estado de Santa Catarina ou de estados vizinhos. Singer (1998, apud MIOTO, 2008, p. 22) aponta que:

Como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas. Encontrar, portanto, os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para o seu estudo.

Os movimentos migratórios podem ser temporários, realizados devido a trabalho ou permanentes como os que ocorrem da área rural para urbana, por exemplo. Aspectos ambientais, especialmente os ligados aos recursos naturais, desempenham um papel de crescente importância na motivação das migrações. No entanto, o migrante na maioria das vezes se depara com situações financeiras que o obriga a permanecer nas periferias e ocupações irregulares das grandes metrópoles, por falta de condições para pagar pelos altos preços dos aluguéis, sendo um reflexo da especulação imobiliária que cresce a cada dia, do qual Florianópolis é um exemplo. Estas realidades acabam influenciando na degradação do meio ambiente, por se tratar geralmente de encostas de morros, manguezais e dunas, quando os migrantes se instalam em áreas de preservação permanente. As migrações internas estão intrinsecamente ligadas à organização de uma sociedade e a todo processo de mudanças que ocorrem nestes espaços. Brito (2009, p. 14) analisa:

A sincronia, no tempo, entre os acelerados processos de urbanização, concentração urbana e metropolização, estimulada pelas migrações, contribuiu para uma extensa revolução urbana, que atravessou o país e marcou profundamente a sociedade moderna que emergia. Contudo, as desigualdades sociais, que historicamente têm sido uma característica da sociedade brasileira, tornaram-se mais agudas e se projetaram sobre o Brasil urbano e moderno.

A modernização do rural e do urbano tornou-se, portanto, um atrativo às famílias migrantes, que como já citado anteriormente, na maioria das vezes, se deslocam em busca de melhores condições de vida e se deparam com uma série de contradições marcadas pelas desigualdades sociais e pelas relações de produção existentes no modelo econômico capitalista neoliberal². O processo migratório, as conseqüências econômicas provocadas pela urbanização acelerada, a falta de emprego e a condição de subalternidade de uma grande parcela da população brasileira, reflete situações alarmantes e desta forma apontam para a necessidade de se repensar o padrão de desenvolvimento para que possa ser assegurada uma melhor qualidade de vida.

Mas, em termos históricos e cronológicos, primeiramente, a questão urbana por sua vez, em sua trajetória no país, é marcada por diferentes contextos e tempos históricos. Os autores Noal e Janczura (2011, p. 159) dissertam que:

Historicamente, a forte aceleração da urbanização como processo de organização no espaço deu seus principais passos com a primeira grande revolução industrial e com o conseqüente modo de produção capitalista.

A partir de então as relações provenientes da industrialização iniciaram um processo de mudança no espaço urbano das grandes cidades. A migração do campo para a cidade foi um dos pilares para as construções e aglomerações nas periferias e encostas urbanas, de formas irregulares e precárias, criando uma situação de vulnerabilidade social aos moradores que ali se instalaram, o que persiste nos dias atuais.

A partir de 1940 o governo brasileiro iniciou os programas de urbanização das cidades, o que está relacionado ao fomento à industrialização. Outros fatores são o crescimento demográfico e a elevação do desenvolvimento, trazendo uma grande parcela da população aos centros das cidades em busca de melhores condições de vida. No intuito de gerar o crescimento econômico surgiu a necessidade de investimentos que fortalecessem o desenvolvimento tecnológico das indústrias para a geração de empregos e desenvolvimento social. Desta forma, o país partiu em

² Por capitalismo neoliberal entende-se, baseado em Simionatto e Pfeifer (2006, p. 4) que “as requisições postas pelo capitalismo mundial e a necessidade de recomposição constante da hegemonia neoliberal vêm sustentando, de forma crescente, uma concepção de Estado com ênfase nas forças do mercado, em detrimento de sua dimensão pública e democrática. Consolidou-se a idéia do Estado não mais como provedor de serviços públicos, mas como promotor e regulador, devendo estabelecer suas funções de acordo com sua capacidade, buscando na iniciativa privada a complementaridade necessária para a execução de suas responsabilidades”.

busca de investimentos internacionais, dando início à dívida externa com outros países.

A partir de 1970 observa-se uma mudança nas práticas culturais, políticas e econômicas, vinculadas à emergência de novas formas de dominação. Entre as principais transformações, com relação às cidades destacam-se: o papel do governo enquanto empreendedor, a ocorrência da descentralização e a competição (SILVA, 2005).

Maricato (2003) analisa que anterior às chamadas décadas perdidas (anos de 1980 e 1990) a inserção social nas relações capitalistas apresentavam complexas relações entre regra e exceção, o que ocorre até os dias atuais. Trabalhadores do setor secundário e até mesmo da indústria fordista brasileira foram excluídos do mercado imobiliário privado e, como alternativa e de forma freqüente, buscaram a favela como forma de moradia. Conforme a mesma autora, trata-se do "produtivo excluído", resultado da industrialização com baixos salários. A moradia tem sido predominantemente, nas metrópoles, obtida por meio de expedientes de subsistência, sendo uma mercadoria marcada por relações capitalistas. Maricato (2003) aborda que a produção do ambiente construído e, em especial o ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso, onde os padrões modernistas, presentes nas leis de zoneamento, código de obras, leis de parcelamento do solo, entre outras, convivem com a gigantesca cidade ilegal onde a contravenção é regra. Como lembram Schwarz e Arantes (1990; 1992, apud MARICATO, 2003), inspirados em Brecht, "a exceção é a regra e a regra é exceção" numa sociedade onde a maioria não alcança a condição de cidadania.

Conforme Borja e Castells (1996, apud SILVA, 2005, p. 11) surge uma tendência à transformação das cidades em atores políticos, que assumem responsabilidades e articulam os interesses da sociedade civil, da iniciativa privada e do estado. Neste sentido, as cidades vêm competindo entre si em busca de investimentos financeiros com a promoção de grandes transformações urbanísticas, com o turismo, na construção de empresas, através da especulação imobiliária, na divulgação de grandes eventos, entre outras ações que visam primordialmente à lucratividade. Brasil (2004, p. 38), ao abordar sobre a questão urbana contempla:

As políticas urbanas – que em seus cortes redistributivos e regulatórios permitem a relativa equalização das condições de vida nas cidades – historicamente se revelaram insuficientes, na periferia da agenda governamental, ou resultaram inócuas em face de seus arranjos e modelos.

Deste modo, a crise e o retraimento da atuação do estado a partir dos anos 80 geram um contexto de déficits sociais acumulados em relação à questão urbana.

Desta forma, conforme Silva, as transformações do processo de produção, reprodução social e do espaço urbano tendem a separar e dividir os habitantes da cidade, devido às formas de apropriação do solo urbano. Desta maneira, as cidades assinalam para uma segregação espacial e, como analisa Brasil (2004, p. 12), “passível de ser observada na paisagem como produto da articulação entre uma hierarquia social e uma hierarquia espacial que caracteriza os usos do espaço urbano”.

Ao retratar sobre segregação espacial, Villaça (2001, apud SABOYA, 2009) interpreta:

segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole.

Conforme Saboya (2009) a segregação urbana gera muitos problemas às cidades. O autor pondera que o primeiro obviamente é a desigualdade em si, visto que camadas mais pobres, são as que por sua vez possuem menos recursos e gastam mais com transporte, têm mais agravantes na saúde por falta de infraestrutura, entre outras afrontas. A segregação espacial não reflete apenas a condição econômica social das comunidades, mas é um fator que contribui para o aprofundamento das desigualdades.

No espaço urbano atual, podemos observar que o desenvolvimento capitalista criou de forma particular a organização das cidades. As cidades apresentam locais com infraestrutura precária ou inexistente, transporte coletivo que não atende a demanda, lotados e de qualidade sofrível, saneamento básico problemático ou inexistente, sem contar a precariedade na saúde, cultura, educação, mobilidade e inúmeras outras dimensões que são vivenciadas cotidianamente pela população. Inserida nesta realidade há que se mencionar o desemprego ou empregos informais sem garantias trabalhistas, a violência e discriminações de toda ordem. Ou seja, grupos são excluídos e separados do acesso ao lazer, à moradia e condições dignas de sobrevivência.

De outro lado, a sociedade é composta por articulações de atores sociais heterogêneos em seus ambientes organizativos. Estes passam a compor instâncias deliberativas e movimentos sociais que buscam o direito a moradia, acompanhadas

por lutas pela justiça e inclusão no espaço territorial urbano, acirradas pelas contradições impostas pelo modelo econômico social vigente. Neste contexto, vale a pena destacar Maricato (2000, p. 30):

Por essas e outras considerações, quando se fala hoje em dia, a torto e a direito, em "fazer cidade", tamanho eufemismo vale bem a pergunta: quem de fato "faz a cidade"? A resposta, ao menos a partir dos anos 1990, parece inequívoca: naturalmente, as grandes empresas, com as mediações de praxe, é claro. Por isso, a mesma paisagem por toda parte, ou melhor, sem contar os simulacros na periferia [...].

Entretanto, o plano diretor é instrumento de ordenamento do espaço urbano previsto no Estatuto das Cidades, a partir de 2001. O Estatuto das Cidades, por sua vez, incorpora diferentes segmentos sociais, abrange as políticas urbanas a serem implementadas nas cidades. Percebe-se em sua inserção a prioridade dada às transformações que remetem ao desenvolvimento do capital, reformulando as propostas de interesse dos atores sociais que procuram direcioná-las a uma infraestrutura que contemple seus direitos como cidadãos, estando muito além, das veemências que apontam a iniciativa privada.

No que se refere a habitação, podemos refletir com Bolsoni (2011, p. 13), que ela “atende a necessidade física da família de abrigar-se, pois está pautada ao aspecto da construção da casa”. Conforme a autora a moradia possui um sentido mais amplo, que contempla uma infraestrutura, compondo saneamento básico, coleta de lixo, pavimentação, tornando a moradia um espaço digno para se viver.

Na Constituição Federal de 1988, este direito é garantido no Art. 6º, quando este expressa: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010 – grifo nosso). Mas o que assistimos são direitos não cumpridos, constatados pela permanência de famílias em locais de risco, vivendo sem a infraestrutura básica necessária que contemple a saúde, o lazer, a segurança e uma estabilidade para seus lares.

2.1 QUESTÃO URBANA E MIGRAÇÃO NO BRASIL

Brito (2006) aponta que no segundo Império até o final da República Velha, tivemos o início da industrialização devido à expansão da economia cafeeira,

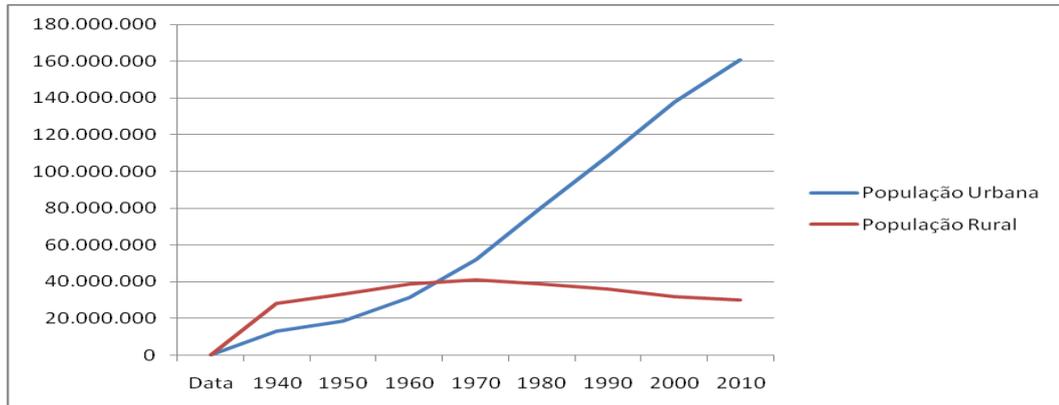
quando se amplia a mercantilização no Brasil. Conforme o autor, as migrações internas não acompanham esse processo devido ao grande número de imigrantes internacionais no país, com financiamento do estado, que por sua vez, limitava a expansão da migração interna. Os imigrantes europeus eram direcionados para a Região Sul para garantir o seu povoamento e após passavam também a ocupar as regiões do Rio de Janeiro e São Paulo, que tinham maior potencial de atração para os imigrantes internos. Aponta Bassanezi (1995, apud BRITO, 2006) que entre 1890 e 1899, o Brasil recebeu 1,2 milhões de imigrantes, principalmente nos estados já citados.

No ano de 1920, conforme Brito (2006), a população do Brasil era de 27,5 milhões de habitantes, sendo que apenas 74 cidades tinham mais do que vinte mil habitantes, e residiam nestas 4,6 milhões de pessoas, representando 17% da população total do país. Explanando sobre o crescimento da população urbana, Brito (2006) expõe:

A grande expansão urbana no Brasil, como um componente fundamental das mudanças estruturais na sociedade brasileira, ocorreu na segunda metade do século XX. Somente na década de 1960 a população urbana tornou-se superior à rural. Portanto, o rápido processo de urbanização é um fenômeno estrutural relativamente recente, tendo o seu auge medido pela velocidade do crescimento da população urbana, entre os anos 1950 e 1970.

Esta afirmação pode ser representada no gráfico que segue, o qual apresenta uma comparação de crescimento entre a população urbana e rural entre 1940 e 2010.

Gráfico 1 – População residente – rural e urbana do Brasil - Habitante - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de População e Indicadores Sociais (1940-2010).



Fonte: Elaboração da autora, com bases nos dados do IPEA (2012)

Segundo os dados apresentados no gráfico acima, a população urbana passa a ser superior a população rural a partir da década de 1960. A partir de então a população urbana passa de 40 milhões de habitantes para um salto superior a 160 milhões. Já a população rural, que passa a migrar para os centros urbanos, sofre uma queda de 40 milhões para aproximadamente 30 milhões de pessoas.

Destarte, o crescimento populacional das cidades não é somente um processo demográfico. Ele apresenta amplas dimensões, visto que a sociedade se torna cada vez mais urbana. Os grandes centros tornam-se atrativos pela suas atividades econômicas e apresentam novos padrões de relações sociais (BRITO, 2006).

Verifica-se como indica Braga (2006), que as últimas três décadas apresentaram uma significativa alteração nos padrões de crescimento populacional no Brasil. Nos últimos 30 anos a aceleração da urbanização seguida de investimentos industriais e altas taxas de natalidade geraram excedentes populacionais que nutriram substanciais movimentos migratórios em direção às grandes metrópoles. Neste sentido, este autor analisa:

Mudanças econômicas e demográficas trouxeram um esgotamento de antigos padrões que acompanhavam a dinâmica populacional até então. Em consequência, os movimentos da população no espaço ganharam outras tendências, fruto também das novas territorialidades derivadas da expansão do Brasil urbano industrial. (BRAGA, 2000, p. 3)

Conforme este mesmo autor, atualmente existem novos determinantes que reforçam uma seleção do espaço. As grandes metrópoles, mesmo perdendo

população ainda exercem o controle sobre as atividades econômicas mais importantes do país, desta forma, expulsam e atraem imigrantes para renovar a quantidade de mão de obra conforme as necessidades emergentes de gestão e administração, fazendo com que a migração ganhe complexidade no interior das regiões brasileiras em função da atração ou expulsão dos migrantes.

Mioto (2008) pondera que as migrações internas estiveram historicamente ligadas ao processo de industrialização e urbanização, sendo consequência também das desigualdades regionais nos diversos planos escalares. Para Singer (1998, apud MIOTO, 2008, p. 19) “a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização capitalista”. Neste sentido, conforme Mioto, além do movimento migratório, é preciso observar também as estruturas de produção e economia das regiões, sendo estas inseparáveis ao processo de deslocamento populacional e de criação e continuação das desigualdades regionais.

Braga (2006, apud NUNES, 2008) explana que no Brasil, historicamente as mudanças na estrutura econômica e social do País tiveram como um de seus pilares, a expansão das migrações internas e foram combinadas com a passagem de uma economia agro-exportadora para a industrialização de substituição de importações e a consolidação da infraestrutura de produção e do parque tecnológico nacional.

Nunes (2008) relata que de 1960 a 1991, grande parte do crescimento demográfico urbano, sem deixar de considerar os efeitos provocados pelas taxas de fecundidade registradas, culminou-se no intenso deslocamento populacional. Ainda, conforme o autor, nas últimas três décadas, 56 milhões de pessoas saíram de suas cidades de origem para outras regiões do Brasil em busca de novas oportunidades de emprego e renda.

Conforme Brito, Garcia e Souza (2004), os trabalhadores buscam lugares onde exista maior produtividade e oportunidades de trabalho, que sob certas condições, apresentam uma maior remuneração, ocasionando o fluxo migratório.

Brito e Carvalho (2006, p. 1), destacam que “são poucos os brasileiros que não realizaram, pelo menos, uma etapa migratória”. Conforme os autores, migrar faz parte da cultura brasileira. Estando no projeto de vida dos cidadãos, a mobilidade social para outros municípios e estados, tornou-se uma sina para milhões de brasileiros, sendo que a busca por melhores condições de vida, nem sempre se

consegue. Brito e Carvalho (2006), dissertam que desde os anos cinquenta do século XX, quando se exacerbaram os desequilíbrios regionais e o sistema de transporte nacional teve melhorias, o número de migrantes aumentou significativamente, entre estados e dentro dos mesmos. Destacando, ainda, o êxodo rural no Brasil a partir de 1960. Na migração interestadual, os autores abordam que nordestinos e mineiros lideraram as migrações interestaduais do País, buscando melhores condições de vida e tendo como destino principal São Paulo e depois Rio de Janeiro, seguido das áreas de expansão da fronteira agrícola (Paraná, regiões Centro Oeste e Norte).

Nos dados apresentados pelo Censo Demográfico do IBGE (2011a), verificou-se que as cidades com menos de 500 mil habitantes são as que mais crescem no país, demonstrando desta forma a influência da migração na última década. Todavia, as grandes cidades continuam concentrando aproximadamente 30% da população geral do Brasil. Os dados ainda apresentam que entre as cidades com altas taxas de crescimento (8% do total), nenhuma possui mais de 500 mil habitantes, o que evidencia a expressiva migração para cidades interioranas (IBGE, 2011b).

Considerando a migração para as grandes metrópoles e a inserção desta população nas relações de produção vigentes, a população de baixa renda ocupa principalmente as regiões periféricas das cidades, sendo em áreas de preservação, mangues e encostas, locais muitas vezes invadidos ou com preços mais acessíveis. Conforme Maricato (2003):

A tolerância pelo estado em relação à ocupação ilegal, pobre e predatória de áreas de proteção ambiental ou demais áreas públicas, por parte das camadas populares, está longe de significar uma política de respeito aos carentes de moradia ou aos direitos humanos. A população que aí se instala não compromete apenas os recursos que são fundamentais a todos os moradores da cidade, como é o caso dos mananciais de água. Mas ela se instala sem contar com qualquer serviço público ou obras de infraestrutura urbana. Em muitos casos, os problemas de drenagem, risco de vida por desmoronamentos, obstáculos à instalação de rede de água e esgotos torna inviável ou extremamente cara a urbanização futura.

Com base na explanação da autora, o movimento das migrações entrelaça a questão urbana, implicando diretamente na qualidade de vida desta população migrante e no meio ambiente das cidades, tema que será abordada logo mais a frente. As particularidades do processo migratório em Florianópolis serão apresentadas a seguir.

2.2 QUESTÃO URBANA E MIGRAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS

A cidade de Florianópolis cada vez mais tem se destacado na imprensa, em novelas da Globo, nas propagandas políticas e nos panfletos de agências de viagem, ressaltando sua paisagem exuberante e qualidade de vida. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da capital é de 0,859 (PNUD, 2000), o maior do Brasil registrado em metrópoles. Entretanto, por trás de toda essa imagem de cidade-modelo, existem 64 favelas instaladas, que se apresentam em condições precárias de sobrevivência (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010).

Acompanhando o crescimento da cidade, o turismo ganhou força acirrando a supervalorização dos imóveis em todas as regiões da Ilha, principalmente no Norte onde as águas são mais quentes. Para as pessoas mais pobres e aos migrantes provindos do interior de Santa Catarina e outros estados, geralmente em busca de melhores condições de vida, restam as regiões impróprias para a construção de casas, como encostas, dunas e manguezais. Um forte exemplo desse processo de urbanização desordenada é o caso da Vila do Arvoredo.

Ao analisarmos o espaço urbano atual, verificamos que as condições do crescimento capitalista criaram uma forma particular de organização das cidades. A estrutura criada na entrada do Neoliberalismo a partir da década de 1990 acentua este cenário, voltando-se à reprodução das relações econômicas, sociais e políticas. É possível perceber que a falta de participação do cidadão, quando este é excluído e impedido de enxergar alternativas para sua vida cotidiana, determina também o processo de criação do espaço urbano e da sociedade, pois conforme Santos (1986, p. 44) “tudo [...] conspira para que a organização do espaço se perpetue com as mesmas características, favorecendo o crescimento do capitalismo e suas distorções”. A estrutura das cidades tem obedecido prioritariamente a questões econômicas, a despeito de questões sociais e ambientais. Refletindo sobre o espaço urbano, Maricato (2003, p. 153) destaca:

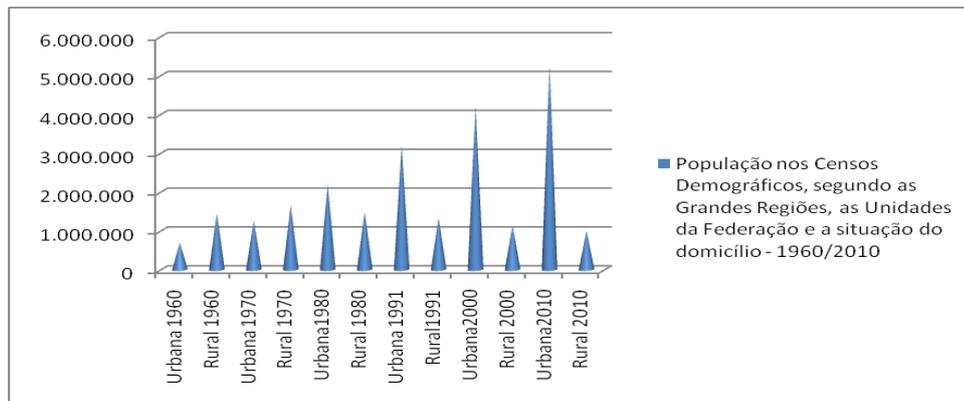
A produção do ambiente construído e, em especial o ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso. Padrões modernistas detalhados de construção e ocupação do solo, presentes nas leis de zoneamento, código de obras, leis de parcelamento do solo, entre outras, convivem com a gigantesca cidade ilegal onde a contravenção é regra.

Percebemos que o espaço urbano foi utilizado como veículo do capital e instrumento da desigualdade social. Cria-se, então, um círculo vicioso, onde a desigualdade de renda e a discriminação no mercado habitacional conduzem à concentração desproporcional, onde, de um lado observamos riqueza e habitações de alto padrão, de outro, moradias em condições precárias localizadas em determinadas áreas urbanas.

A questão urbana relacionada ao movimento de migrantes em Florianópolis é um dos grandes desafios colocados para o município. Ao longo das últimas décadas, uma intensa movimentação da população rural para os meios urbanos, tem gerado ações políticas das mais variadas amplitudes. Para o poder público, implica na ampliação de políticas referentes à saúde, habitação, educação, lazer, entre tantas outras, necessárias para garantir condições apropriadas às famílias residentes.

O estado de Santa Catarina é um exemplo, no que se refere ao inchaço das regiões urbanas e o esvaziamento das áreas rurais nas últimas décadas, como apresenta o gráfico abaixo:

Gráfico 2 – População Urbana e Rural de Santa Catarina (1960-2010)



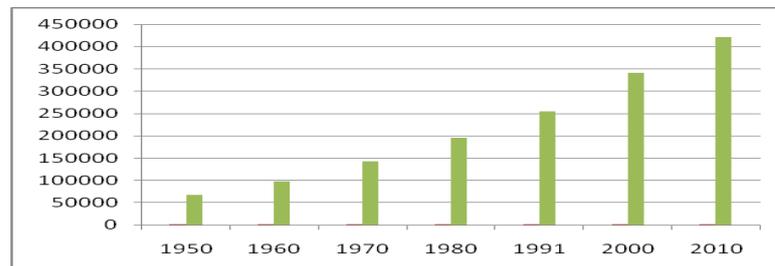
Fonte: IBGE (2010)

Como pode se observar no gráfico acima, a partir dos dados do IBGE (2010), a população rural em 1970 representava um número de 1.663.702 comparada com a urbana no mesmo ano, que possuía um número de 1.266.709. Neste período, a população rural representava mais da metade da população total do estado de Santa Catarina. A partir de então inicia-se uma queda significativa chegando em

2010 com uma população rural de 1.000.523, cinco vezes menor da população urbana que representa 5.247.913 habitantes.

Casagrande (2006, p. 11) aponta que na falta das condições mínimas para sobrevivência, o migrante acaba cedendo à *atração* exercida pela cidade como alternativa de vida. As “facilidades” das grandes metrópoles - fortemente disseminadas pelos meios de comunicação - os centros urbanos exercem importante papel no processo de migração rural. A população é atraída para as cidades pelo emprego fácil, pela escola para os filhos, pela assistência à saúde, entre outros. Além do êxodo rural, o estado de Santa Catarina, que vem sofrendo nas últimas décadas até os dias atuais as consequências do fenômeno migratório, enfrenta o inchaço da periferia de seus centros urbanos. E, um dos principais destinos da população migrante, é a capital do estado. Assim, para ilustrar o crescimento da população urbana em Florianópolis segue o gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Crescimento populacional: Florianópolis – SC (1950-2010)



Fonte: Elaboração da autora com base em IBGE (2010)

Conforme apontam os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), Florianópolis em 1950 totalizava 67.630 habitantes. Em 1970, esse número passa a ser 143.414, mais que o dobro de duas décadas anteriores. Recentemente o censo realizado em 2010, aponta 421.240 habitantes. Esse crescimento acelerado deve-se, principalmente, à chegada dos migrantes provindos dos estados vizinhos e do interior do próprio estado.

A chegada das famílias migrantes em Florianópolis, geralmente empobrecidas e sem condições de arcar com as despesas altas de uma moradia, onde a especulação imobiliária toma conta e transforma o ambiente urbano, ocorre na medida em que estas ocupam as regiões periféricas do município. Conforme Silva (2008, p. 26) em Florianópolis, o processo de migração e de expansão dos

assentamentos precários, se mostrou alarmante a partir da década de setenta do século XX, quando ocorreu um acelerado e desordenado crescimento da cidade, com a implantação de grandes obras viárias, instalação de sedes de empresas estatais, Universidades Públicas e o êxodo rural. Nesse contexto, o município começou a promover levantamentos, solicitar recursos e desenvolver projetos pontuais para atender as pressões dos movimentos sociais. Explana a mesma autora que na década de 1980, o turismo ganhou força e destacou-se na questão econômica, constituindo outro fator de crescimento do município e, assim, gerando centros urbanos nos balneários, principalmente na costa leste/norte de Florianópolis. Ribeiro (2005, apud SILVA, 2008, p. 26) aborda que o crescimento do turismo tem um impacto de urbanização importante, qual seja, a urbanização sem controle, não preservada, que envolve poluição e esgoto in natura porque não tem infraestrutura em sintonia com o crescimento da população.

Os dados do IBGE (2010) apresentam que Florianópolis possui 217.807 residentes que não são naturais de Florianópolis, sendo oriundos de outros locais do estado, 128.012 pessoas naturais de outros estados do Brasil e 3.566 estrangeiros. Isso significa que apenas 71.855 das 421.240 pessoas residentes no Município, são naturais de Florianópolis.

Abordando o crescimento do número de migrantes, conforme acima citado, o texto Monitoramento das Ações da Política na Habitação de Florianópolis (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2007, p. 11), interpreta:

Diante da dimensão que essa dinâmica está assumindo é o comprometimento do ambiente urbano a face mais visível do processo, tornando imprescindível tanto discutir quanto formular soluções, priorizar ações e estabelecer políticas transformadoras. Desta forma, o entendimento do processo de urbanização representa uma importante função, que é a de afastar os simulacros que encobrem a realidade e desvendar as demais dimensões e inter-relações, seja de exclusão social, das precárias condições habitacionais ou das depredações do ambiente urbano.

Assim, o tema da migração e da urbanização em regiões periféricas e vulneráveis é inserido e abordado enquanto tema na agenda do poder público local. Todavia, este fato não inclui as formas, abordagens e propostas a partir das reais necessidades da população, conforme é observável na realidade da Vila do Arvoredo e que será tematizado mais a frente.

Ao analisar Florianópolis, Moré e Queiroz (2007, p. 2) dissertam:

A região do litoral caracteriza-se por ser a que recebe o maior o fluxo de famílias migrantes. Especificamente, Florianópolis tornou-se um lugar de referência para receber a migração de famílias tanto ao nível estadual, vindas das regiões do planalto catarinense; nacional, proveniente principalmente dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, como internacional representada pelas famílias de argentinos, uruguaios e paraguaios.

Conforme interpretam as autoras, inicialmente migravam famílias que procuravam por melhores condições de vida e o local de assentamento para estas foi se distribuindo na região do sul da ilha e nos morros da cidade próximos ao Centro, já que os preços, para comprar um terreno ou alugar uma casa, eram ainda mais baratos. Nos últimos anos constata-se também a migração acentuada de famílias de classe média na procura de qualidade de vida e provindas de grandes centros urbanos.

Diante do exposto a migração, analisada neste item, as famílias que se direcionam às áreas periféricas do município vivenciam as relações de reprodução presentes no modelo neoliberal, e desta forma acentuam-se as desigualdades sociais em que elas se inserem. Neste sentido, Miotto (2008, p. 26) destaca:

Essas desigualdades são identificadas pela diversidade natural e cultural do país e ilustradas pelas disparidades econômicas. Tais disparidades foram mitigadas ou agravadas ao longo de nossa história, muitas vezes através da postura e interpretação do estado sobre os problemas socioeconômicos brasileiros.

Os fluxos migratórios foram e são determinantes para os aspectos que delimitam o espaço urbano, a industrialização e a condição socioeconômica, principalmente das grandes metrópoles, e, inseridos nesses aspectos, encontram-se as situações de subordinação da população ao se deparar com as reproduções sociais de ordem capitalista.

2.3 A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS MIGRANTES DA VILA DO ARVOREDO

Presenciamos no bairro Ingleses, onde fica localizada a Vila do Arvoredo, uma movimentação diária de novos moradores que vêm de outras localizações e chegam com a perspectiva de “melhor qualidade de vida”. Alguns moradores conseguem empregos de garçons e outras atividades similares que são mais valorizadas financeiramente na temporada de verão. Essas pessoas trazem a família, que sem estrutura nenhuma, necessitam dos serviços públicos. O fraco

movimento do comércio na temporada de inverno resulta em muitas demissões e essa parcela da população, na maioria das vezes, retorna aos seus antigos lares. Esse ciclo acontece o tempo todo. Os moradores locais trabalham em hotéis, comércio, imobiliárias, etc. e muitas vezes necessitam se deslocar até o centro da cidade, onde o número de oportunidade de empregos é mais expressivo. Essa realidade contribui para o acúmulo de pessoas no transporte coletivo, sendo outro grave problema enfrentado por toda a cidade.

Percebe-se uma nítida separação de classes no bairro. O bairro Ingleses possui uma área nobre, localizada na rua das “Gaivotas”, onde estão condomínios de alto padrão e hotéis. A população residente nesta região do bairro são empresários, donos de hotéis e comércio em geral. Na outra parte do bairro (comunidade geral), a maioria das casas são alugadas e os moradores são de outras cidades. Esses moradores são trabalhadores que se dividem nas mais diversas faces do trabalho formal e informal. Nessa parte do bairro, encontra-se também a região das dunas, em APP, onde está localizada a Vila do Arvoredo. Uma característica forte, não só do bairro Ingleses, mas de toda grande Florianópolis, são as terras de posse. As terras de posse são terrenos tomados pelos moradores nativos da ilha, que conquistaram o direito a propriedade. Muitos desses “pedaços de terra” não possuem escritura pública, o que impossibilita um financiamento bancário que facilitaria o acesso a moradia. Quanto aos terrenos que possuem a escritura pública, passam a ser valorizados de tal maneira, que os valores são inatingíveis devido à situação econômica das famílias de baixa e inclusive média rentabilidade.

A maioria dos moradores da Vila do Arvoredo, ao chegarem em Florianópolis e depararam-se com a inacessibilidade à moradia, a opção que lhes cabem é procurar pelas regiões periféricas, onde os preços são mais acessíveis. Neste processo, o direito a condições dignas de moradia, lazer, saúde e segurança, não são garantidos pelo Estado, sendo dilemas que assolam a rotina dessas famílias.

Conforme o Relatório Sócio-Econômico da SMHSA (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2005), já mencionado na introdução deste trabalho, as famílias da Vila do Arvoredo se apresentam, conforme seu local de origem, da seguinte forma:

Tabela 7 – Locais de maior procedência da população da Vila do Arvoredo

ESPECIFICAÇÃO	Nº	%
GRANDE FPOLIS	29	9%
OUTRAS REGIÕES S.C	105	33%
PARANÁ	78	25%
RIO GRANDE SUL	65	20%
OUTROS ESTADOS	22	7%
NÃO INFORMOU	19	6%
TOTAL	318	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (2005)

Pode-se perceber nos dados acima que grande parte das famílias é de outros estados, sendo que Paraná e Rio Grande do Sul somam 45%. E, diante das dificuldades encontradas pelas condições de sobrevivência o mesmo relatório aborda também o interesse das famílias em retornarem aos locais de origem:

Tabela 8 - Famílias quanto interesse de retornar a cidade de origem

INTERESSE DE RETORNO	NÚMERO	%
SIM	7	3%
NÃO	184	91%
NÃO INFORMOU	4	2%
NATURAIS DE FPOLIS	7	3%
TOTAL	202	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (2005)

As informações da tabela acima mostram que a grande maioria não deseja retornar para a cidade de origem. A hipótese apontada neste contexto, é que mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelos migrantes, o ambiente atual ainda se apresenta como melhor opção, quando comparado ao seu local de origem.

No intuito de resgatar a trajetória das famílias residentes da Vila do Arvoredo, entramos em contato com as lideranças da Vila do Arvoredo para realizarmos as entrevistas, conforme mencionado na introdução deste trabalho.

Foram três lideranças entrevistadas: o Sr. A e a Sra. B, residem na comunidade há 9 anos e Sra. C, há 17 anos. O Sr. A é vice-presidente da AMOVILA, ex-presidente do Conselho Comunitário de Ingleses (CCI), delegado da União Florianopolitana de Entidades – UFECO (Norte da Ilha), e conselheiro do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, representando o Norte da Ilha. A Sra. B é presidente da AMOVILA e a Sra. C membro atuante da mesma. Estes sujeitos foram escolhidos para as entrevistas, através da indicação da Agente de Saúde do Centro de Saúde do Santinho e através das pesquisas documentais realizadas,

sendo que através destas, podemos identificar os líderes que enfrentam a luta pela moradia da Vila do Arvoredo desde o início desta trajetória.

Para a primeira entrevista tivemos o apoio da agente de saúde local. Ao chegar no Centro de Saúde do Santinho, com a intenção de buscar dados do perfil das famílias da comunidade, a agente de saúde prontamente se colocou à disposição. No entanto, estava sem acesso aos dados registrados, pois sua colega, responsável em atender as famílias da Vila do Arvoredo, estava de licença saúde, e era a pessoa que tinha a senha para acessar os registros. Apesar disto, a agente de saúde se propôs a buscar informações. Verbalmente, passou algumas características do local, sendo que, o que mais despertou a atenção foram as condições de saúde das famílias, que devido a condição de estarem entre as dunas, existem pessoas com doenças de pele e graves problemas respiratórios. Conforme a agente de saúde, muitas pessoas vivem da reciclagem de lixo, no entanto, armazenam o que recolhem em frente às suas casas, o que atrai, entre outros bichos, ratos que são transmissores de doenças. A criação de animais de forma inadequada também contribui para a situação da saúde das famílias no local.

Neste mesmo dia, a agente de saúde indicou uma moradora da Vila do Arvoredo, membro da AMOVILA, para realizarmos uma entrevista com o intuito de coletar dados sobre a Vila do Arvoredo, seguindo o questionário para entrevista (Apêndice A). Ao entrarmos em contato, a Sra C permitiu que fôssemos até lá naquele mesmo momento e gentilmente nos recebeu em sua residência.

A segunda entrevista aconteceu com um dos líderes comunitários, o Sr. A, que foi agendada através de contato telefônico e ocorreu nas dependências da ACIF de Ingleses. Da mesma forma, ocorreu a terceira entrevista, com a Sra. B, líder comunitária. Ambas as entrevistas seguiram o questionário para entrevista (Apêndice A), para coletar dados referentes à Vila do Arvoredo conforme explanado na introdução deste trabalho.

Sra. C, moradora do local há 17 anos e participante ativa da AMOVILA, acabara de se mudar, pois teve que reconstruir sua casa em outro local da Vila, agora protegida da invasão da areia, fato que ocorreu onde estava anteriormente. Sobre a trajetória das famílias migrantes, Sra. C disse que a grande maioria da população vem dos estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul, bem como interior do estado de Santa Catarina.

As pessoas que vieram para cá, trabalhavam em roça, colheita de cana e resolveram buscar uma vida melhor e digna para os filhos. A maioria de quem a gente conversa, (com todos, por causa da associação), vieram direto para Florianópolis, procurando um melhor salário e viver melhor também. (Sra. C)

Conforme estudo realizado pela SMHSA em 2005, o Projeto de Trabalho Técnico apresenta que o processo de ocupação, especificamente da Rua do Siri, ocorreu no final da década de 1970 e até meados da década de 1980 de forma lenta e gradual avançando em direção às dunas:

Surgiu a Vila do Arvoredo, denominação atual da então conhecida “Favela da Rua do Siri” que começou a ser formada no início da década de 80. Até 1995, havia na área apenas 30 famílias. A partir da segunda metade da década de 90 o processo de ocupação se intensificou, de modo que, no momento da realização do levantamento sócio econômico realizado pela Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social em 2005, foram identificadas 202 famílias principais e 23 vivendo em coabitação. Por tratar-se de ocupação irregular, em área de preservação permanente de dunas móveis e semi-fixas, não possui qualquer forma de infraestrutura, determinando as condições insalubres das moradias, construídas com material de reaproveitamento cujas condições são potencializadas pela alta concentração de partículas em suspensão na atmosfera, ocasionada pela ação dos ventos sobre a areia das dunas. As condições insalubres da comunidade são agravadas pela pressão exercida pela movimentação das dunas, que está comprometendo a estrutura física das casas, já precárias, colocando-as em situação de risco de desabamento. Ao longo de quase vinte anos de processo de ocupação a primeira faixa de casas já fora soterrada pelas dunas móveis, que continua avançando em direção às próximas moradias, inclusive onde se localiza a sede da Associação de Moradores da Vila do Arvoredo, AMOVILA. Sendo esta sede considerada um importante espaço de organização social, reuniões comunitárias, realização de cursos, extensão universitária, eventos, dentre outras formas de integração e fortalecimento comunitário. Quando os moradores perdem suas respectivas moradias, em virtude da movimentação das dunas, são removidos para dentro da própria comunidade em casas abrigo ou na parte do assentamento mais distante da movimentação das dunas. No entanto, com a incidência dos soterramentos, estes espaços alternativos estão se esgotando, o que dificulta para o poder público municipal assim como para a AMOVILA, encontrar soluções paliativas, até a execução do projeto habitacional destinado a comunidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010)

Como ocorre com a maioria das famílias migrantes em todo o Brasil, na Vila do Arvoredo não acontece de forma diferente. Os migrantes da Vila do Arvoredo, conforme apresentado na tabela 07, são, na sua grande maioria, de outros estados e vieram em busca de trabalho e renda. No entanto, encontram-se em situação de risco e vulnerabilidade social, retratando as dificuldades enfrentadas pela população migrante brasileira que vive as consequências das ocupações em assentamentos precários e irregulares.

Outro entrevistado foi o Sr. A. Ao relatar sobre a trajetória dos migrantes na Vila do Arvoredo destacou:

As famílias que estão na Vila do Arvoredo, vieram do Rio Grande do Sul, Paraná, oeste e meio oeste de Santa Catarina, sendo algumas famílias de outros estados. O motivo de todos que vieram para cá é trabalho, pensando em uma melhor qualidade de vida e possibilidade de ganhar um salário maior. A vila iniciou na década de 80, com operários que trabalhavam nos prédios que estavam sendo construídos. Conforme esses operários recebiam propostas de trabalho, devido a explosão imobiliária, acabavam optando em morar em Ingleses e com o passar do tempo esses operários traziam seus familiares. Na Vila do Arvoredo já existia um morador nativo que vendeu algumas terras para esses operários e outras famílias nativas que também venderam algumas áreas no local. Assim a vila foi se constituindo. Com o passar do tempo a oferta de mão de obra para restaurantes, hotéis e serviços trouxeram os moradores para o local. Já sobre a história dessas famílias, se estiveram em outros locais anteriormente não sei dizer. Só posso dizer que o motivo de todos é um só: trabalho. (Sr. A)

O Sr. A, como podemos observar no depoimento acima, expressa a principal motivação das famílias ao migrarem para Florianópolis. A busca por melhores condições de vida através do trabalho reflete que as relações econômicas dos locais de origem das famílias da Vila do Arvoredo estão embutidas e correlacionadas ao movimento migratório.

A Sra. B, presidente da AMOVILA, já em seu segundo mandato, ao explanar as informações sobre as famílias migrantes da Vila do Arvoredo ressaltou:

O que atraiu as pessoas para Florianópolis foi a oferta da mão de obra na construção civil ou por motivo de tratamento de saúde, como no meu caso, que acabei ficando em Florianópolis e lutando contra o grande contraste que se apresenta entre luxúria e pobreza. Fiquei em Florianópolis, também, para entender o porque o poder público não atende ao direito de moradia e porque as pessoas não cobram que isto seja feito, sendo que esperam algo acontecer, quando a constituição lhe dá o direito de votar, de escolher e de participar. (Sra. B)

Segundo a Sra. B, Florianópolis apresenta contrastes em sua infraestrutura urbana. Esse contexto pode ser observado próximo à Vila do Arvoredo. Ao seguirmos pela Rua do Siri, principal acesso para chegar até a comunidade, presenciam-se casas grandes e muito bem construídas, muradas, com belos jardins, enfim, com uma infraestrutura adequada. Ressaltando o direito constitucional à moradia, a Sra. B destaca a falta de atenção por parte do poder público e de participação social na luta pelo direito a moradia.

Conforme o Projeto de Trabalho Técnico Social da SMHSA (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010), em 2005 eram 168 famílias, o que

corresponde a 647 pessoas que se encontravam no local e que deveriam ser removidas e reassentadas. Dentre essas famílias existiam 125 mulheres que eram chefes das mesmas, 27 idosos, 8 pessoas com deficiência, com renda média de 2,21 salários mínimos. O estudo elucida:

Segundo pesquisa censitária, realizada em fevereiro/2005, pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, a população residente na Vila do Arvoredo divide-se entre homens e mulheres, respectivamente, 51,10% e 48,90%, perfazendo um total de 779 pessoas pesquisadas. A estrutura etária da população pesquisada caracteriza-se pela expressiva presença de habitantes jovens. O percentual de moradores com até 24 anos de idade é de 53%. As condições de vida para os jovens, pertencentes aos segmentos de menor renda, expressam uma falta de horizontes profissionais, e de projeto de vida. As altas taxas de desemprego juvenil, a precariedade dos equipamentos esportivos, culturais e de sociabilidade, o baixo acesso a serviços de educação, profissionalização e inclusão digital, são alguns dos déficits por que passam os jovens das cidades brasileiras e igualmente aqueles inseridos na comunidade Vila do Arvoredo. O número de crianças, na faixa etária de 0 a 6 anos soma 17% do total de habitantes da área. Os que se encontram na faixa de escolarização do ensino fundamental, 7 a 14 anos, atingem 21%, ou seja, necessitando de maiores investimentos do sistema educacional, sobretudo da rede municipal. As atenções também se voltam para uma pequena parcela da população com deficiência física, que no caso da Vila do Arvoredo, são oito pessoas. Pequena em número, mas de grande relevância para que suas unidades habitacionais sejam adequadas, a fim de promover a inclusão e acessibilidade. Na ocasião da pesquisa censitária em 2005, a média de moradores por habitação era de 3,85 por domicílio. A análise dos dados referentes à composição familiar segundo o número de seus membros, nos mostra que a maioria das famílias residentes no local é constituída por um número médio de pessoas relativamente pequeno, 71% possuem até 4 membros. O percentual de famílias numerosas, com 6 membros ou mais, é de 15%. Em relação à procedência, nota-se que 33% dos responsáveis de família são oriundos das cidades do estado de Santa Catarina. Em percentual menor, mas também importante, são 25% com origem em cidades do Estado do Paraná e 20% da população das cidades do Rio Grande do Sul. Cabe salientar que neste item computou-se a procedência do casal individualmente. Ao serem questionados com relação à intenção de permanência no município, apenas 3,47% das famílias que habitam a área demonstraram interesse em retornar a sua cidade de origem. Com relação ao responsável por famílias, quase a metade das famílias tem somente o homem como provedor. Um pouco menos de um quarto do total tem a mulher como a responsável pelo sustento e, 33% dos núcleos familiares têm o casal dividindo esta responsabilidade. O nível de escolaridade dos chefes de família é baixo. O percentual de analfabetos é de quase 5%. O percentual dos que cursou até as séries finais do ensino fundamental (1ª a 8ª série) situa-se no patamar de 82,40%. Os que alcançaram um nível mais elevado de instrução (ensino médio completo) são de 9,2% e 0,3% dos que cursaram ensino superior. 3,2% não responderam. Analisando a renda familiar, observa-se que 82% das famílias estão em um patamar de renda mensal de zero a 3 salários mínimos e 4% tem renda de 3 a 4 salários mínimos. Há uma predominância de famílias com baixo poder aquisitivo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010)

Ainda conforme o Sr. A., as famílias que atualmente estão no local aguardam pelo reassentamento, destacando que a luta pelo direito a moradia, perdura há três

décadas. Em 2006 a comunidade sofreu com um desastre natural. Um tornado passou pelo local soterrando algumas casas e deixando outras completamente destruídas. Após este fato, algumas famílias traumatizadas, receberam uma indenização da prefeitura e retornaram aos seus locais de origem.

Sra. B relatou que até nos dias atuais a oferta de mão de obra nas construções traz migrantes para Florianópolis. Conforme Sra. B, as empreiteiras continuam contratando mão de obra de pessoas que vem de outros locais, sendo que os empresários ou os órgãos educacionais do município deveriam promover a capacitação da população que reside em Florianópolis, gerando assim possibilidade de acesso ao emprego e renda. Mas o que acontece é que novas famílias chegam a Florianópolis e acabam enfrentando os mesmos problemas, e ainda, acentuando os já existentes, pois aumenta a demanda para a saúde, educação, habitação, etc. Sobre os moradores da Vila do Arvoredo, Sra. B ressaltou que os parentes das famílias que aqui já estavam morando, também decidiram se mudar para a Vila, e não sabendo sobre a movimentação das dunas, nem sobre a condição desta ser APP, compraram terrenos nos locais onde os nativos faziam as negociações. Sendo que estas pessoas venderam tudo o que tinham em seus locais de origem.

Conforme Sra. B, a Vila se organiza por partes – A, B, C, D e E. As residências que estavam na parte E precisaram ser totalmente removidas devido ao avanço das dunas. A grande maioria das residências foram realocadas para o setor A e outras aceitaram o valor indenizatório de R\$ 3.000,00 pago pela Prefeitura Municipal. Isso aconteceu entre 2005 e 2006. Quando Sra. B e demais líderes comunitários assumiram a Associação, começaram a conscientizar as famílias sobre o quanto significava R\$ 3.000,00, pois as pessoas não tinham o conhecimento o quanto valia esse dinheiro e o que poderia se adquirir ou não com ele. Através desta conscientização muitas famílias perceberam que era melhor aguardar pelo projeto das moradias. Esse incentivo e conscientização é feito até os dias atuais, para que as pessoas não criem ilusões e saibam calcular o que ganham e o que gastam. A parte de economia doméstica é um assunto tratado nas reuniões da associação. “Essa conscientização é feita no lugar onde a gente vive e quando falamos para a sociedade estamos falando pra gente também” (Sra. B).

Analisando as informações obtidas nas entrevistas percebe-se que as famílias migrantes da Vila do Arvoredo, ao se depararem com as condições de moradia,

sofrem com as consequências por não terem outra opção e permanecerem em um local que apresenta sérios riscos a saúde e que abala o direito a dignidade e cidadania. Neste sentido, Sr. A enfatiza que pode falar pelas 64 áreas de interesse social (AIS) existentes em Florianópolis, onde as famílias que residem nestes locais, enfrentam os mesmos desafios da comunidade da Vila do Arvoredo.

2.4 AS MIGRAÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES NO MEIO AMBIENTE

Abordar a questão migratória nos remete a identificá-la intrinsecamente ligada às transformações causadas no meio ambiente. Como já citado no capítulo anterior, os migrantes ao chegarem nas grandes metrópoles, se confrontam com as mais diversas situações provocadas pela situação sócio econômica em que se encontram. Situação esta provocada, em primeiro lugar, devido às relações de reprodução capitalistas em curso. O resultado disto é o assentamento das famílias migrantes em áreas periféricas das cidades, sendo estas, mananciais, mangues, APPs, caracterizadas AIS³.

A história da habitação em Florianópolis (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011), baseada em Miranda (2010), evidencia que a capital de Santa Catarina é considerada uma cidade com boa qualidade de vida e atrai constantes fluxos migratórios. Por outro lado, este fato propiciou a formação de muitas favelas, principalmente nas últimas décadas. O documento relata que conforme Miranda (2010), uma parcela dos moradores das favelas é constituída de migrantes, população de baixa renda que foi excluída do meio rural e veio morar nestes espaços de pobreza.

A SMHSA de Florianópolis apresenta o Diagnóstico de Interesse das AIS (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2006), apontando que a Grande Florianópolis é um importante pólo receptor de migrantes em todas as faixas de renda. O documento explana que o perfil médio do cidadão que mora nas AIS de Florianópolis é de um adulto jovem vindo do interior do estado, com pouca ou nenhuma escolaridade. Geralmente com uma companheira e de um a dois filhos.

³ As Áreas de Interesse Social (AIS) – são assentamentos precários, com necessidade de regularização urbanística e de posse de terra, bem como ações para o desenvolvimento social. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2006)

Vive como autônomo e ganha em média 2 salários mínimos por mês e permanece em Florianópolis 5 a 10 anos.

Conforme os dados do IPUF (1992, apud MIRANDA, 2010, p. 36), até o início dos anos 1990 Florianópolis tinha 43 favelas e os três municípios da região conurbada somavam juntos 28 espaços de pobreza. Cerca de 15 anos depois Florianópolis já possuía 64 favelas e os municípios da região conurbada, 110 favelas. A História da Habitação em Florianópolis (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011), apresenta o número de moradores nas favelas do município, explanado na tabela a seguir:

Tabela 9 - Número de moradores em favelas por região da cidade de Florianópolis

Região	Número de Moradores	% Moradia	Total
Região Central	18.884	37%	37%
Região Norte da Ilha	7.055	14%	50%
Região Sul da Ilha	10.550	20%	71%
Região Continente	15.113	29%	100%
Total	51.601	100%	

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (2011)

Segundo a História da Habitação em Florianópolis (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011), das 64 áreas de favelas, duas estão localizadas em áreas de dunas no norte da Ilha e correm risco de soterramentos, destacando-se que este documento foi elaborado há seis anos atrás. Outras sete comunidades estão sujeitas a inundações, algumas no continente e outras no sul da Ilha. Quanto às áreas sujeitas a escorregamentos, que são as favelas localizadas em encostas, estas são a maioria. Estes assentamentos apresentam como importante característica a condição de precariedade, fora dos padrões urbanísticos e carente de uma infraestrutura mínima (esgoto, água, energia elétrica e drenagem). Essas questões que caracterizam as favelas atuam diretamente na poluição do meio ambiente e nas condições de saúde da população que vive cotidianamente estas situações.

A Vila do Arvoredo, foco principal deste trabalho, é uma área em situação frágil sobre o aquífero dos Ingleses, com volume estimado de 286.804.000 metros cúbicos de água. Existem 17 poços tubulares na região capazes de recolher 340 l/s de água. As fossas que são mantidas devido à ausência de redes de esgoto e o lixo

acumulado na areia ocasionam a degradação do meio ambiente e uma possível contaminação de água (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 201-?).

Ainda, paralelo às ocupações irregulares, Florianópolis é demarcada também pelo avanço da especulação imobiliária, que devido ao elevado número de pessoas que procuram a capital para morar, tem crescido cada vez mais, avançando com seus gigantescos empreendimentos imobiliários, o que compromete de forma catastrófica o meio ambiente do município. Campos (2004) aborda que a legislação urbana tem sido ineficaz, pois a ocupação de áreas de fácil degradação ambiental tem sido comum nas cidades, que, somados à especulação imobiliária, potencializam ainda mais os impactos sobre o meio ambiente. Segundo o autor, os planos diretores⁴, aparentemente têm sido desrespeitados, agravando ainda mais os problemas ambientais urbanos. Ainda conforme Campos (2004, p. 3):

Florianópolis tem algumas de suas praias e as baías Norte e Sul poluídas, manguezais transformados em lixões, urbanização e favelização dos morros, loteamentos clandestinos desorganizados e outros tantos problemas que surgiram em decorrência de má fiscalização e falta de planejamento por parte do poder público.

Neste sentido Maricato (2000, p. 183) aponta que:

A fragilidade do aparato de fiscalização do uso e da ocupação do solo das prefeituras municipais, dos órgãos públicos ligados ao meio ambiente, das polícias florestais, entre outros, é funcional para um universo onde a invasão é a regra, em função da falta de alternativas.

Destarte, a questão ambiental urbana do município de Florianópolis, e especificamente a Vila do Arvoredo, encontra-se em situação de fragilidade, pois atrelada ao crescimento desordenado, influenciado especialmente pelo movimento migratório, apresenta sérios danos ao seu meio ambiente. Nesta conjuntura organizam-se os movimentos sociais e organizações da sociedade civil que atuam para que os órgãos públicos efetivem seu papel regulatório, fiscalizador e realizador de condições de vida digna em assentamentos urbanos, bem como em efetivar as políticas de habitação, o que será abordado nos próximos tópicos do presente trabalho.

⁴ O planejamento urbano, mais especificamente, o plano diretor, é uma das atribuições do poder executivo municipal, a fim de evitar que o processo de urbanização aconteça de forma desordenada, respeitando o ecossistema e promovendo a qualidade de vida da população (CAMPOS, 2004, p. 2).

3 POLÍTICA DE HABITAÇÃO: FRAGMENTAÇÃO E SELETIVIDADE

As famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, têm buscado suas próprias soluções para prover seu direito à moradia, no entanto, são insuficientes para que suas necessidades sejam efetivamente atendidas, como reflete a situação das ocupações em áreas irregulares, mencionado no capítulo anterior, o que faz com que a questão habitacional seja uma das mais sérias atualmente enfrentadas nas cidades. Esta situação deve-se principalmente pela falta de atuação do estado frente ao problema. O trabalho de Sachs (1999, p. 112 apud NOAL; JANCZURA, 2011, p. 13) pontua:

No contexto de políticas públicas de intervenções desarticuladas e, portanto, pontuais, a Fundação Casa Popular (1946) tornou-se o primeiro organismo nacional responsável pela política habitacional. Tinha a finalidade de centralizar a política de habitação e visava não apenas a construção de moradias populares como também o fomento a toda a cadeia produtiva da construção civil, locação de imóveis, investimentos em infraestrutura e saneamento, com abrangência a nível nacional, estendendo-se à área rural.

A crise da habitação tem seu surgimento ao final do século XIX e início do século XX como consequência do crescimento da população urbana. Uma gama de trabalhadores, provindos principalmente da lavoura, são atraídos para as grandes cidades e que mais adiante se transformaram em grandes centros industriais, como por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro. A partir de então as cidades passam a se preparar para oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento industrial. Por outro lado, as transformações trazem junto a precariedade das habitações, principalmente entre as classes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, conforme mencionado por Noal e Janczura (2011).

Resgatando a história da política de habitação torna-se importante frisar que, segundo Noal e Janczura (2011), em 1886 com o Código de Posturas do Município de São Paulo e em 1898 com a Lei nº 375 do mesmo município, ocorrem as primeiras intervenções estatais que proibiam os cortiços insalubres. Estas primeiras intervenções estatais eram caracterizadas pela repressão, determinando a reconstrução de cortiços conforme o padrão municipal ou sua demolição. Os cortiços eram chamados de vilas de operários e deveriam se estabelecer fora da aglomeração urbana.

Mais adiante, o regime militar procura através da criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), pela Lei 4.380 de 21 de março de 1964, gerar habitação em massa para prover a expansão e o crescimento da economia, com a intenção principal de incentivar a indústria e a construção civil, a fim de refletirem positivamente nos demais setores da economia que estavam estagnados. No entanto, começam a surgir altos índices de inadimplência, e, assim, o BNH perdeu força. Daí, retomaram-se programas de habitação popular por meio das Companhias de Habitação (COHABs), Plano de Habitação Popular e Sistema Financeiro de Habitação Popular (NOAL; JANCZURA, 2011).

Nos governos de Sarney (1985-1990) e Collor (1990-1992) a crise no país era gigantesca, o que praticamente resultou na inexistência de retomada da política habitacional. A crise⁵ ocasionou desequilíbrios no Sistema Financeiro da Habitação, provindos também da extinção do BNH. Diante da demanda por moradias, o estado cria programas habitacionais alternativos que passaram a ganhar destaque, como o Pró-morar, o João de Barro, o Programa de Lotes Urbanizados (PROFILURB) que foram os prenunciadores do Programa Nacional de Mutirões Comunitários. O Programa era voltado às famílias de renda inferior a três salários mínimos, e tinham como objetivo financiar mais de 500 mil residências (NOAL; JANCZURA, 2011).

Azevedo (1996 apud RIBEIRO, 2007, p. 3) esclarece ainda que durante o conturbado governo de Collor, aconteceram mudanças pouco expressivas no SFH, como a facilitação da quitação dos imóveis e a mudança no mecanismo de correção das prestações. O principal programa na área da habitação popular, que com a extinção do Ministério do Interior passou para o controle do Ministério da Ação Social – o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH)⁶ – lançado em 1990,

⁵ Um componente desencadeador dessa crise foi a ruptura do padrão de financiamento do Estado desenvolvimentista, ensejada pelo desequilíbrio das contas externas provocado pelo choque externo ocorrido entre 1978-1982. As principais manifestações do choque externo foram: a deterioração contínua das relações de troca, provocada, principalmente, pela elevação dos preços internacionais do petróleo, que muito contribuiu para o déficit comercial brasileiro; a forte alta das taxas de juros nos EUA, que repercutiu em abrupta elevação do já então preocupante endividamento externo do país; por fim, a repercussão, no mercado financeiro brasileiro, das mudanças no mercado internacional, que provocaram a exacerbação da tendência interna de concentrar as operações no curto prazo e a substituição de créditos externos por financiamentos internos, ensejando a "ciranda financeira" (IANONI, 2009).

⁶ Propunha-se a apoiar financeiramente programas para construção de unidades e de ofertas de lotes urbanizados, para atendimento de famílias com renda até 5 salários mínimos, financiando a projetos de iniciativas de COHAB's, prefeituras, cooperativas, entidades de previdência, etc. (AZEVEDO, 1996, apud RIBEIRO 2007, p. 3).

consistia na construção, em caráter emergencial, de aproximadamente 245 mil unidades habitacionais em 180 dias, por meio da contratação de empreiteiras privadas, objetivo que não se concretizou. Conforme Ribeiro (2007, p. 3) a atuação desse governo na área da habitação foi marcada por processos em que a destinação dos recursos passou a obedecer preferencialmente a critérios clientelistas, sendo uma característica do referido plano.

Em 1992, com o *impeachment* de Collor, que ocorreu através das manifestações de vários movimentos sociais, destacando o Movimento pela Ética na Política⁷, Movimentos dos Caras Pintadas⁸ e através da organização da sociedade civil, tomou posse o vice-presidente Itamar Franco (1992-1994).

Conforme Luiz (2006), no governo de Itamar Franco, foi lançado o Programa Habitar Brasil/BID, que se concretizava na busca por ações que permitiam as famílias residentes em áreas de risco e de preservação, em condições precárias, o acesso à moradia, investindo em recursos materiais e humanos. Este programa foi lançado com a finalidade de atender a questão do déficit habitacional, promovendo melhores condições na habitação com uma infraestrutura apropriada. O Programa contemplava um conjunto de ações e projetos, financiados com recursos do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), sendo que seu custo foi estimado em U\$ 417 milhões, dos quais 60% dos recursos eram provenientes do BID e 40% do Orçamento Geral da União (OGU). Os recursos provenientes do OGU não precisariam ser repostos, pois eram de fundo perdido. O empréstimo para a execução do programa foi firmado entre a União e o BID, através do contrato de empréstimo nº 1126 OC/BR, em 13/09/1999.

Participavam do Habitar Brasil/BID: o Ministério do Planejamento e Orçamento, a Caixa Econômica Federal, os estados, o Distrito Federal e os Municípios. Luiz (2006) expõe que o Habitar Brasil/BID compreendia dois subprogramas:

- **Desenvolvimento Institucional (DI):** Previu a aplicação e modernização da capacidade institucional dos municípios para atuar na melhoria das condições

⁷ Movimento Pró-Impeachment do Presidente da República. Movimento social *suis generis* na história política do país [...] [que] levou a formação de várias alianças políticas [...] (GOHN, 1995, apud RIBEIRO, 2007, p. 3).

⁸ Movimento composto basicamente por estudantes, secundaristas e universitários, surgido no Brasil por ocasião das passeatas e manifestações contra o Ex-presidente Fernando Collor de Melo. Significou a retomada do movimento estudantil no Brasil (GOHN, 1995, apud RIBEIRO, 2007, p. 3).

habitacionais da população de baixa renda, por meio da criação e/ou ampliação de instrumentos urbanísticos que permitam a regularização dos assentamentos subnormais.

- **Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS):** Este objetivava atender às necessidades habitacionais do Município, promovendo a execução de projetos integrados de urbanização de áreas degradadas ou de risco, localizadas em regiões metropolitanas. Visava, ainda, a regularização fundiária e a implantação de infraestrutura urbana e de recuperação ambiental nessas áreas, assegurando a efetiva mobilização e participação da comunidade na concepção e implantação dos projetos, em localidades ocupadas por sub-habitações, predominantemente, por famílias de baixa renda.

Em janeiro de 1995 assume o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), por um período que perdurou por dois mandatos. Em seu governo, impulsionado pela Conferência HABITAT II, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a questão da habitação voltou a despertar maior interesse, o que resultou na criação de uma nova política de habitação. A partir de então, elaborou-se uma Política Nacional de Habitação (PNH), composta por vários programas voltados para as necessidades habitacionais, com programas que continham diversas características, porém restritivas por atender a uma demanda exclusiva e em locais específicos. O Governo incentivou programas que concediam crédito direto aos cidadãos, através da Carta de Crédito Individual, o que marcou a redução da responsabilidade do poder público na oferta de moradias. Outro incentivo foi para o programa Carta de Crédito Associativo, que atuava através da criação de grupos associados organizados para um financiamento voltado à construção de pequenos condomínios (BONATES, 2008). Para Bonates (2008), houve uma certa continuidade nos programas anteriores, como o Habitar Brasil do Governo de Itamar, com a parceria do BID.

O segundo mandato de FHC assegurou todos os programas que já vinham sendo desenvolvidos. Além disso, criou o Programa de Subsídio à Habitação, voltado para a população com rendimentos aproximados de até três salários mínimos, e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR). O PAR foi criado em 1999, com uma maneira de reativar a produção de conjuntos para a população com

renda de até seis salários mínimos, sendo um programa que apresenta o acesso à moradia através de uma operação financeira chamada "arrendamento mercantil", ou *leasing*. Através dessa forma de acesso, o imóvel que faz parte do patrimônio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) - a fonte de recursos do programa, composta por um mix de recursos onerosos (FGTS) e não-onerosos (FAS, FINSOCIAL, FDS e PROTECH)⁹ - permanece sob a "propriedade fiduciária" da Caixa Econômica Federal (CAIXA), sendo esta a gestora do fundo e representa o arrendador ativa e passivamente. Desta maneira, a propriedade do imóvel é do FAR, enquanto o arrendatário paga uma taxa de arrendamento mensal, por um período de 15 anos, quando então terá o direito de optar pela aquisição do imóvel, mediante pagamento ou financiamento do saldo devedor, se houver. Em função dessa particularidade na titularidade do imóvel, para o mais eficiente funcionamento do sistema faz-se necessária a participação de uma administradora de imóveis para gerir os condomínios e os contratos de arrendamento do PAR (BONATES, 2008).

No cenário nacional, a política habitacional transitava, de um lado, entre o fenômeno da descentralização político-administrativa das políticas públicas do Estado brasileiro, particularmente as territoriais e urbanas, a partir do desmonte do antigo Sistema Financeiro da Habitação/Banco Nacional da Habitação (SFH/BNH). E, de outro lado, a centralização dos recursos na esfera federal, surgindo desta forma, a crescente presença do Banco Mundial e outros órgãos internacionais, que começaram a ocupar o lugar das agências nacionais de financiamento e gestão (SILVA, 2008).

A economia brasileira, ao longo do mandato presidencial de FHC, foi pautada em forte influência neoliberal. Para a política de habitação o Estado não procurou intervir diretamente na área, retirando papel regulatório do Estado e não conseguindo colocar em prática os avanços constitucionais. Nas áreas de habitação e saneamento a proposta era de descentralizar e remanejar a distribuição dos recursos federais na provisão de moradias, abrindo caminho para o setor privado. Com isso, o déficit habitacional aprofundou-se, atingindo cerca de 7 milhões de famílias vivendo sem condições dignas de moradia. A falta de moradia, o

⁹ FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço); FAS (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social); FINSOCIAL (Fundo de Investimento Social); FDS (Fundo de Desenvolvimento Social) e PROTECH (Programa de Difusão Tecnológica para Construção de Habitação de Baixo Custo) (BONATES, 2008).

crescimento populacional e a favelização, proliferaram de forma massiva e intensiva (NOAL; JANCZURA, 2011).

Luiz Inácio Lula da Silva, que teve seu mandato entre os anos 2003 a 2010, com um discurso fortemente voltado para a área social, foi desafiado à enfrentar o enorme déficit de moradias que deveria ser atingido com a implementação de medidas para a construção civil. A criação do Ministério das Cidades foi uma das ações do governo que teve como principais resultados alterações no acesso à moradia. Podem ser destacadas a redução da taxa de juros, os constantes aumentos de subsídios para aquisição de imóveis novos e para construções, dilatação de prazos de financiamentos, simplificação e agilidade dos processos de contratação, entre outros. É importante destacar que o foco das políticas sociais neste período foram e vem sendo a população de baixa renda (NOAL; JANCZURA, 2011).

Segundo Ribeiro (2007, p. 7) “a definição de atribuições do Ministério leva em consideração a Constituição promulgada em 1988 que remete aos municípios a competência sobre o uso e a ocupação do solo”. Ainda, conforme a autora, o planejamento urbano, ligado à aplicação do Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/01), bem como a orientação da política fundiária e imobiliária, são atribuições municipais, desde que não interfiram em aspectos do meio ambiente, protegidos por legislação.

Ribeiro explana que o Ministério das cidades preside o Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social (SNHIS), sendo que este tem o papel de centralizar todos os projetos e programas que se destinam à habitação de interesse social, dotando-os de maior eficiência e coerência. Já o fundo de habitação, tem a função de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no Sistema. Já o Conselho Gestor, sendo uma reivindicação das entidades populares, será composto de forma paritária pelo poder executivo e representantes da sociedade civil, através do voto de qualidade.

Destaca-se também o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 28 de janeiro de 2007. Conforme Noal e Janczura (2011), o PAC é um programa do governo federal, englobando um conjunto de políticas econômicas planejadas para os quatro anos seguintes e prevendo investimentos em infraestrutura até o ano de 2010, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros.

Em 2011, teve início a segunda fase do PAC (PAC2), que vai até 2014. Trata-se de um novo ciclo de planejamento e preparação de grandes investimentos em infraestrutura logística, energética, social e urbana. Ao mesmo tempo, milhares de empreendimentos se mantêm em andamento por todo o território nacional. Em relação ao ciclo anterior do PAC, é importante destacar que houve um significativo incremento no valor dos investimentos. No primeiro ciclo, a previsão de investimentos foi de R\$ 657 bilhões, entre 2007 e 2010, e esse patamar se elevou para R\$ 955 bilhões, entre 2011 e 2014. Um crescimento nominal de cerca de 45%. A segunda fase do PAC incorpora e consolida as ações da primeira e executa novos projetos de infraestrutura fundamentais para o Brasil. As ações finalizadas do PAC2 somam, até setembro de 2011, 11,3% do total previsto para concluir até 2014. Entre janeiro e setembro de 2011, foram executados R\$ 80,2 bilhões para conclusão dessas obras. Por outro lado, a execução global do PAC foi de R\$ 143,6 bilhões no período ou 15% do total previsto para executar até 2014. Em 2011, o PAC2 alcançou volume de pagamento 22% superior e valores de empenho semelhantes em comparação com o mesmo período de 2010, ano de melhor desempenho do Programa. Em 2010, foram empenhados R\$ 23,3 bilhões e pagos R\$ 17,7 bilhões. Em 2011, foram empenhados R\$ 22 bilhões e pagos R\$ 21,6 bilhões (BRASIL, 2011a).

Neste contexto, vem se desenvolvendo, ademais o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), é promovido pelo Ministério das Cidades, tendo a CAIXA como agente executor e o FAR – Fundo de Arrendamento Residencial – como financiador. Foi criado para ajudar municípios e estados a atenderem à necessidade de moradia da população que recebe até 6 salários mínimos e que vive em centros urbanos. O PAR foi desenvolvido em duas fases distintas. A primeira delas, a de compra de terreno e contratação de uma empresa privada do ramo da construção, responsável por construir as unidades habitacionais. Depois de prontas, as unidades são arrendadas com opção de compra do imóvel ao final do período contratado (CAIXA, 2012).

Almeida (2010) explana que o Governo Federal instituiu por meio da Lei Federal nº 11.977 de 7 de julho de 2009¹⁰ o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). “O programa apresenta mecanismos para produção, aquisição e reforma

¹⁰ Acrescida pela Resolução CCFDS 141/2009, Decreto Lei 6.892/2009, e pelas IN 36/2009 e IN 44/2009 do Ministério das Cidades (ALMEIDA, 2010, p. 4).

de unidades habitacionais para famílias com renda bruta mensal de até 10 salários mínimos” (ALMEIDA, 2010, p. 4). Ainda, conforme o autor, para o público com renda de até 3 salários mínimos, principal prioridade governamental, o MCMV é conduzido pelo FAR em parceria com os estados e municípios, para os quais o Governo Federal disponibilizou inicialmente 14 bilhões de reais.

Os recursos do eixo MCMV do PAC 2 têm como objetivo assegurar moradia para os brasileiros, um dos direitos básicos previstos pela Constituição de 1988. Tem como meta reduzir o déficit habitacional no País, oferecendo habitações dignas e financiamento para as famílias, e urbanizar assentamentos precários. Desta forma, o MCMV atua em três diferentes frentes: (i) Programa Minha Casa, Minha Vida, (ii) financiamento habitacional pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e (iii) projetos de Urbanização de Assentamentos Precários, que incluem obras viárias, de abastecimento de água, tratamento de esgoto, drenagem, iluminação e equipamentos sociais como creches, escolas e praças. No programa MCMV, dos R\$ 19 bilhões contratados para obras de urbanização entre 2007 e 2009, atualmente estão em curso empreendimentos em 2.006 municípios do Brasil. A seleção realizada em 2011, com recursos orçamentários e de financiamento público, soma R\$ 9,3 bilhões para 539 projetos a serem executados por 383 prefeituras e 14 governos estaduais. Desse total, R\$ 4,6 bilhões estão contratados. São exemplos de urbanização: Complexo do Alemão (RJ), com 81% das obras concluídas; Rocinha (RJ), 77%; Morro das Pedras (MG), 74%; Heliópolis (SP), 58%; Paraisópolis (SP) 54%; e Vila do Mar (CE), 46%. O Financiamento Habitacional (SBPE) já contratou R\$ 55,2 bilhões, 26% a mais do que o previsto para o ano de 2011. Até 2014, a previsão é investir R\$ 176 bilhões na aquisição, reforma ou construção de novas moradias em todo o País. O Programa Minha Casa, Minha Vida terá investimento de R\$ 72,5 bilhões até 2014 e pretende contratar dois milhões de moradias. O programa tem monitoramento diferenciado e seus resultados serão apresentados em balanços periódicos específicos (BRASIL, 2011b).

Segundo Almeida (2010), o programa estabelece regras para atender às famílias de baixa renda, ou seja, com renda mensal bruta de até três salários mínimos e incentiva a formação de parcerias entre o Governo Federal, os estados da federação, os municípios e a iniciativa privada para construção de moradias populares. Entretanto, está direcionado de forma abrangente para um país de

características heterogêneas. Existem diferenças regionais nos preços de materiais de construção, terrenos e maneiras da composição de renda dos trabalhadores, variando conforme o local. Ocorre ainda que tal programa possui regras rígidas e com limitações dos custos previamente definidas pelo governo. Estes aspectos podem, ao invés de facilitar e ampliar o acesso à habitação, incorrer no contrário, seletividade e fragmentação na viabilização de direitos sociais.

Por fim, destaca-se que durante a evolução das políticas de habitação no Brasil ocorreram diversas mudanças. De acordo com Gonçalves (2000, apud RIBEIRO, 2007, p. 7):

[...] a trajetória histórica das principais medidas adotadas, ao longo de diferentes conjunturas e dos distintos governos, permite-nos inferir que a questão habitacional aparece muito mais como uma questão secundária que não ocupa o lugar que merece.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as políticas de habitação possuem características classificatórias, focalizadas e excludentes. Para a população que atua no mercado informal, por exemplo, é praticamente impossível alcançar os meios disponíveis para o financiamento da moradia própria. Os que estão inseridos formalmente no mercado de trabalho, enfrentam uma série de requisitos para acessar programas que normalmente não contemplam a realidade em que vivem.

Em Florianópolis, o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) é um instrumento de implementação do SNHIS. O SNHIS, conforme apresenta o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis (PMHIS), objetiva promover o planejamento das ações do setor habitacional para garantir o acesso à moradia digna, a expressão dos agentes sociais sobre a habitação de interesse social e a integração dos três níveis de governo, viabilizando para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável. O SNHIS foi regulamentado pela Lei Federal nº 11.124 de junho de 2005 e está voltado à população de baixa renda, especialmente a que possui rendimentos de até 3 salários mínimos e que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do país.

Conforme constata o PMHIS, Produto 04, de Florianópolis, este é um instrumento de planejamento para o enfrentamento das necessidades habitacionais locais da população e tem sido uma das metas das últimas administrações, incidindo em condição básica para adesão ao SNHIS. Conforme recomendações da Secretaria Nacional de Habitação, o PLHIS deve ser desenvolvido em 3 etapas:

- (i) Proposta Metodológica, que estrutura as etapas posteriores, norteia procedimentos, define conteúdos e estabelece como a proposta será pactuada com a sociedade;
- (ii) Diagnóstico, na qual se reúnem informações sobre o déficit habitacional (quantitativo e qualitativo), identificando os assentamentos precários, levantando suas características urbanísticas, ambientais, sociais, estimando também a evolução das necessidades habitacionais e dimensionando os recursos necessários para enfrentar o problema;
- (iii) Estratégias de ação, que consiste na definição de mecanismos para resolver os principais problemas, especialmente no que se refere à habitação de interesse social, constando: diretrizes e objetivos da política local de habitação; linhas programáticas e ações; metas a serem alcançadas e a estimativa de recursos necessários para atingi-las por meio de programas ou ações, identificando as fontes existentes e os indicadores que permitam medir a eficácia do planejamento. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011a, p. 10)

O PMHIS, Produto 04 (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011a), explana que contará ainda com um inventário de áreas físicas para intervenção habitacional, que tem como objetivo identificar: áreas passíveis de urbanização; áreas sujeitas à realocação; áreas com potencial para a execução de projetos habitacionais. Desta forma, o trabalho está estruturado através de: (i) Áreas de Interesse Social (AIS); (ii) caracterização física das AIS; (iii) áreas passíveis de ocupação e (iv) áreas com potencial para execução de projetos habitacionais.

A SMHSA identificou 64 AIS. Em um estudo apresentou quais são essas áreas, quais os distritos estão localizadas e realizou uma comparação sobre as morfologias, os riscos aos quais estão suscetíveis e a existência de APP nas AIS. No PMHIS (2011, p. 13-14) está exposta a tabela que apresenta as AIS por Distritos em Florianópolis:

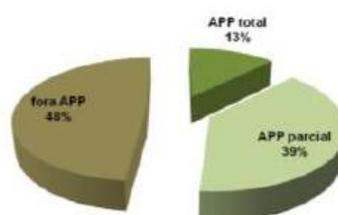
Tabela 10 - Áreas de Interesse Social por distritos em Florianópolis (2007)

DISTRITO	NOME	ÁREA (m²)	Nº HABITAÇÕES
CACHOEIRA DO BOM JESUS	Cartódromo	27.801,00	84
	Vila União	59.194,50	175
	Morro do Mosquito	22.919,50	51
	Total do distrito	109.915,00	310
CAMPECHE	Áreas do Campeche	35.624,00	144
	Rio Tavares II	33.808,50	139
	Total do distrito	69.432,50	283
CANASVIEIRAS	Canasvieiras Invasão	7.340,00	10
	Rio Papaquara	1.660,00	35
	Total do distrito	9.000,00	45
INGLESES DO RIO VERMELHO	Rua Adão dos Reis	11.120,00	32
	Rua do Siri (Vila do Arvoredo)	42.652,00	158
	Total do distrito	53.772,00	190
PÂNTANO DO SUL	Rio das Pacas	5.631,50	6
	Total do distrito	5.631,50	6
RIBEIRÃO DA ILHA	Tapera I	487.566,50	1.423
	Tapera II	67.893,50	242
	Panaia	7.827,50	31
	Total do distrito	563.287,50	1.696
SEDE CONTINENTE	Arranha Céu	18.680,50	121
	CC1	10.681,67	45
	Chico Mendes	105.664,91	561
	Jardim Ilha Continente	36.926,50	182
	McLaren	21.956,00	116
	Monte Cristo	31.006,00	193
	Morro da Caixa I	64.744,00	533
	Morro da Caixa II	7.747,50	213
	Morro do Flamengo	4.858,50	121
	N. Senhora da Glória	18.537,50	128
	Nossa Senhora do Rosário	11.664,50	126
	Nova Esperança	8.106,00	58
	Nova Jerusalém	26.126,50	225
	Novo Horizonte	13.900,50	233
	PC 3	4.201,00	38
	Ponta do Leal	6.826,76	66
	Santa Terezinha	16.377,50	222
Santa Terezinha II	21.711,50	143	
SEDE (ILHA)	Vila Aparecida I	30.450,00	310
	Vila Aparecida II	28.406,00	241
	Total do distrito (continente)	488.573,54	3875
SEDE (ILHA)	Caeira da Vila Operária I, II e III	351.947,61	726
	Carvoeira (Boa Vista)	21.088,00	83
	Mont Serrat	212.393,00	722
	Morro do Janga	157.331,50	229
	Morro da Mariquinha	38.895,61	163
	Morro da Penitenciária	93.448,37	290
	Morro da Queimada	66.863,00	186
	Morro do 25	87.286,00	428
	Sol Nascente	406.504,79	560
	Morro do Balão	47.929,50	107
	Morro do Céu	12.925,80	66
	Morro do Horácio	129.770,00	621
	Morro do Mocotó	55.874,50	341
	Morro do Quilombo	105.301,00	161
	Pantanal	151.720,60	102
	Rua Angelo Laporta	1.625,40	17
	Rua José Boiteux	46.678,80	199
	Laudelina Cruz Lemos	8.332,00	35
	Rio Tavares	20.156,50	111
	Serrinha I	71.917,00	393
	Serrinha II	56.755,50	90
	Santa Clara _Mons Topp (Vila Barreta)	16.067,0	45
	Vila Santa Rosa	16.334,00	45
	Vila Santa Vitória	39.715,50	329
	Morro do Tico Tico	36.486,50	146
	Vila Cachoeira	23.878,24	207
	Costeira I	23.751,00	56
	Costeira II	23.624,00	92
	Costeira III	16.926,00	53
	Costeira IV	43.812,50	154
	Costeira V	27.009,00	69
	Total Sede (ilha)	241.238,22	6.826
	TOTAL	3.711.960,26	13.231

Fonte: COBRAPE (2007, apud PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011a)

Na tabela acima é possível constatar que em 2007 a Vila do Arvoredo já constava como demandante de 158 unidades habitacionais. Segundo o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), 23.835,77 hectares do território de Florianópolis são considerados aptos à ocupação. Estima-se que desta área 1,5% seja composta por AIS. Considerando a localização quanto à área de preservação permanente, a maioria das AIS (52%) estão em APP, seja de forma parcial (39%) ou total (13%), o que está ilustrado no gráfico que segue:

Gráfico 4 – Número de Áreas de Interesse Social em Área de Preservação Permanente em Florianópolis (2007)



Fonte: COBRAPE (2007, apud PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011a, p.11)
 Dados brutos da pesquisa de estudos para a determinação do IDH dos assentamentos subnormais.
 Nota: dados trabalhados pela VERTRAG

No que tange ao Zoneamento Urbano, o PMHIS (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011a, p. 20) considera um aspecto importante a ser analisado para caracterização das AIS, a situação legal da ocupação em relação ao zoneamento vigente. Algumas AIS, através das Leis Complementares n 207/2005 e n° 229/2006 17, foram decretadas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)¹¹, outras estão sobre Áreas Residenciais Predominantes Zero (ARP-0)¹² e 18 delas estão em outras zonas.

Tabela 11 – Distribuição das Áreas de Interesse Social por Zoneamento (2008)

	Quantidade de AIS	Habitações das AIS
ZEIS	17	4.797
ARP-0 total	15	3.172
ARP-0 parcial	14	2.421
Outras	18	2.841
Total	64	13.231

Fonte: Termos de Referência 09 - Estudo para Hierarquização de Assentamentos Subnormais, (2008, apud PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011a, p.20)

¹¹ As ZEIS são definidas pela Lei n° 2.193/85 e Lei Complementar n° 01/97, como áreas ocupadas por assentamentos habitacionais populares onde se aplicam normas específicas para regularização fundiária, urbanização e edificação.

¹²As ARP-0 são zonas definidas pela Lei Municipal n° 2.193/85 e Lei Complementar n° 01/97 e destinadas aos assentamentos de baixa renda.

As ZEIS, como aponta o PMHIS, Produto 04, (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011a, p. 20), são ocupações irregulares consolidadas em área urbana, que possuem condições de serem regularizadas e urbanizadas sem riscos aos seus moradores. Todas estão localizadas no Maciço do Morro da Cruz, perfazendo uma área total de aproximadamente 215 hectares e uma população estimada de 22.566 habitantes (5.677 famílias). Dessas, 16 possuem projetos de urbanização e regularização em execução.

No PMHIS, Produto 04, a Vila do Arvoredo consta como comunidade que está em condição de reassentamento. Conforme o plano, a realocação (reassentamento) compreende a remoção para outro terreno, fora do perímetro da área de intervenção. Trata-se da produção de novas moradias de diferentes tipos (apartamentos, habitações evolutivas, lotes urbanizados) destinadas aos moradores removidos dos assentamentos precários consolidáveis ou não consolidáveis.

O PMHIS Produto 04, (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011a) explana que a Rua do Siri, também conhecida como Vila Arvoredo, localiza-se completamente em área de APP (dunas), tendo 38% de suas habitações com médio e 28% com alto risco de soterramento. Não dispõe de nenhum tipo de infraestrutura, devendo ser, portanto, completamente realocada. Como forma de ilustrar a AIS da Vila do Arvoredo, o Produto 04, apresenta:

Figura 1 - Caracterização da AIS Rua do Siri (Vila do Arvoredo - 2007)



Fonte: COBRAPE (2007, apud PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011a, p. 49)

No PMHIS, Produto 04, ao lado da imagem acima ilustrada, é apresentada também a descrição do assentamento, onde atualmente encontra-se a Vila do Arvoredo:

Tabela 12 - Descrição do assentamento da Vila do Arvoredo (2007)

Descrição do Assentamento							
Nome: Rua do Siri (Vila do Arvoredo)		Tempo de 20anos Ocupação:					
Área total:	4,28ha	Nº Habitações:	158	Densidade (hab./ha):	144,42		
Risco							
Risco:	Escorregamento	Grau de Probabilidade:	Alto/médio	Nº Habitações em Risco:	45/80		
Localização							
Região:	Norte da Ilha		Distrito: Ingleses do Rio Vermelho				
UEP:	Duna dos Ingleses		Bairro: Ingleses				
Caracterização			Morfologia:				
Pública	<input type="checkbox"/>	Restinga	<input type="checkbox"/>	Duna	<input checked="" type="checkbox"/>	Mangue	<input type="checkbox"/>
Privada	<input type="checkbox"/>	Encosta	<input type="checkbox"/>	APP	<input type="checkbox"/>	Urbanizada	<input type="checkbox"/>
		Marg. Rio	<input type="checkbox"/>				
Adequação Urbanística							
Rede de Água	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input checked="" type="checkbox"/>	Parcial	<input type="checkbox"/>	
Rede de Esgoto	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input checked="" type="checkbox"/>	Parcial	<input type="checkbox"/>	
Rede de Elétrica	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input checked="" type="checkbox"/>	Parcial	<input type="checkbox"/>	
Rede de Drenagem	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input checked="" type="checkbox"/>	Parcial	<input type="checkbox"/>	
Área de Preservação	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Parcial	<input type="checkbox"/>	
Legislação							
Zoneamento Vigente: APP			Zoneamento Proposto PD: ZR-B				
Programas Habitacionais							
Atendimento:	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input checked="" type="checkbox"/>	Nome do Programa:		
Observações							
Desabamento de casas por chuva e vento; Possibilidade de soterramento pelas dunas.							

Fonte: COBRAPE (2007, PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011a, p. 49)

Portanto, é possível constatar em Florianópolis, através do PMHIS, a existência da abordagem de formas para a garantia da dignidade no que se refere à moradia apropriada, para a população de baixa renda. No entanto, a Vila do Arvoredo é um exemplo de luta e enfrentamento de diversos embates sociais e políticos no acesso ao direito de moradia. A participação dos cidadãos em movimentos sociais e em instâncias deliberativas pode ser um caminho norteador para exigir do estado seu papel garantidor de direitos. No próximo item abordaremos as propostas de moradia realizadas pelos órgãos públicos à Vila do Arvoredo.

3.1 AS PROPOSTAS DE HABITAÇÃO PARA A VILA DO ARVOREDO

A Vila do Arvoredo está situada na Praia dos Ingleses, Norte da Ilha de Santa Catarina. Como já exposto anteriormente, é uma área de situação frágil, sobre o aquífero dos Ingleses, com volume estimado de 286.804.000 metros cúbicos de água e em meio às dunas que se movimentam conforme a direção dos ventos. Na região existem 17 poços tubulares capazes de recolher 340 l/s de água. As fossas mantidas pela ausência de redes de esgoto e o lixo acumulado na areia, ocasionam a degradação do meio ambiente e a contaminação de água.

A imagem da Vila do Arvoredo segue logo abaixo.

Figura 2- A Vila do Arvoredo



Fonte: Movimento Passe Livre (2011)

Em relação às ocupações dos imóveis da Vila do Arvoredo, o Relatório Sócio-Econômico da SMHSA apresenta:

Tabela 13 – Imóvel segundo regime de ocupação (2005)

OCUPAÇÃO	NÚMERO	%
PRÓPRIO	143	65%
ALUGADO	14	6%
CEDIDO	5	2%
INVADIDO	28	13%
NÃO INFORMOU	31	14%
TOTAL	221	100%

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (2005)

Os dados apresentados acima, apontam que 65% da população possui moradia própria no local. Neste sentido, a comunidade, através da forte atuação da associação de moradores, tem pressionado o poder estatal em busca da remoção para uma área mais segura. Há muitos anos existem promessas da SMHSA, para

um projeto de remoção que até hoje continua parado. O projeto já passou por inúmeros obstáculos que se apresentam através de entraves expostos pela Prefeitura Municipal e com abaixo assinados, expressando o descontentamento da população residente em locais previstos para a remoção e instalação da comunidade.

O projeto prevê a realocação dos moradores para um conjunto habitacional que deverá ocupar uma área de 22.000 m², com área verde de 1.867 m² e 1.439 m² de espaços comunitários. Contempla a construção de 34 blocos com 2 e 3 pavimentos. No total são 168 apartamentos com 48,60 m². Foram duas tentativas para o deslocamento, uma delas em um terreno na entrada do Rio Vermelho e outra na entrada do Balneário de Ingleses, porém, em ambas, os entraves políticos e abaixo assinados da população que receberia os moradores da Vila do Arvoredo fizeram com que o projeto continuasse parado até os dias atuais.

A proposta do projeto habitacional para a comunidade pode ser visualizado na figura 03:

Figura 3 - O Projeto Habitacional para a Vila do Arvoredo



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (201-?)

O Projeto de Trabalho Técnico Social da SMHSA (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010), aponta que atualmente a área destinada para o projeto, localizada no Bairro Ingleses, foi doada pela autarquia estadual, Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN) para a PMF. Vários critérios foram considerados para a definição do terreno como, tamanho da área, possibilitando a

colocação de todas as famílias, proximidade do assentamento de origem, acessibilidade e existência de infraestrutura e equipamentos no entorno. Conforme o documento, o terreno é plano, com solo arenoso, e possui área total de 25.117,74 m², com um curso d'água natural limítrofe ao norte, adequadamente preservado. O entorno da área para o reassentamento é dotado de infraestrutura urbana, abastecimento de serviços públicos, assim como creche, escola e posto de saúde.

Para implantação do projeto habitacional na referida área, houve a necessidade de alteração de zoneamento para ARP-0, Área Comunitária Institucional (ACI) e parte, ainda, em APP, pois o local era zoneado como Área do Sistema de Saneamento e Energia (ASE). O referido documento, indica ainda que o projeto de intervenção contempla a ação de reassentamento, exigindo um conjunto específico de atendimentos quanto a esclarecimentos e orientações às famílias afetadas, sendo necessárias informações claras de todo o processo, em tempo adequado, para subsidiar a tomada de decisão das famílias. As ações previstas inicialmente foram: apoiar ações de remoção temporária das famílias, se necessário; planejar e acompanhar a mudança e ocupação de novos imóveis; elaborar estudo sócio-econômico e parecer social relativo à concessão de benefícios previstos no contrato habitacional; compor processos administrativos para negociação com cada família (laudo de avaliação, ficha de cadastro sócio-econômico, ficha de abordagem social, parecer social); organizar plantão social para o atendimento das famílias beneficiárias em relação ao andamento das obras, apropriação das benfeitorias e orientação sobre documentação necessária para titulação da propriedade. É o que apresenta o Projeto de Trabalho Técnico Social da SMHSA (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010).

Conforme a assessoria jurídica da SMHSA, o terreno para a construção do novo projeto habitacional, divide-se em duas áreas, que estão em processo de regularização no 2º Registro de Imóveis da Capital. As áreas deverão ser escrituradas em nome do município e após repassadas ao órgão responsável da Caixa Econômica Federal para que o acesso à casa possa ser viabilizada pelo Programa MCMV. O projeto habitacional aprovado contempla a parte de saneamento básico (água, esgoto e lixo), mas necessita, além de sua regularização jurídica, ajustes em sua infraestrutura, como por exemplo, o aterro do local. Os investimentos estimados para a área são apresentados na tabela 14.

Tabela 14 - Valores da Intervenção (2010)

	OBRAS	PTTS	TOTAL
Repasse/financiamento	1.862.827,92	320.000,00	2.182.827,92
Contrapartida (financeira)	2.928.729,87		
Valores MCMV	7.559.973,65		
TOTAL			12.671.531,44

Fonte: Projeto de Trabalho Técnico Social (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010)

A tabela acima evidencia os valores necessários para o desenvolvimento da obra, totalizando R\$ 12.671.531,44. Conforme entrevista realizada com lideranças locais, estes recursos já estão disponíveis através do Ministério das Cidades.

O Diagnóstico das AIS realizado em 2006, pela SMHSA, citado no Projeto de Trabalho Técnico Social da SMHSA aponta que:

[...] a população das áreas de interesse social irregulares em 2004 era de 61.445 habitantes espalhados / divididos em 58 áreas. Porém estudos recentes apontam para um total de 64 AIS (COBRAPE). Dentre essas áreas situa-se a Vila do Arvoredo, que como as demais, passou a ser ocupada de forma desordenada, sem critérios urbanísticos. Pontuamos abaixo diversos fatores que justificam a intervenção no local:

- De acordo com o Estudo de Hierarquização de Assentamento Subnormais, das 63 AIS, esta comunidade encontra-se na 6ª posição no índice de hierarquização, ou seja, há a necessidade de investimentos, pois se trata de uma comunidade desprovida de infraestrutura de esgotamento sanitário, drenagem, abastecimento de água, coleta de lixo, iluminação pública, energia elétrica, entre outras, determinando condições insalubres do meio e das moradias, por apresentar grande acúmulo de lixo e partículas em suspensão;

- A comunidade localiza-se em Área de Muito Alto Risco (R-4) por apresentar risco de soterramento relacionado a movimentação de dunas de areia, além de estar assentada em uma Área de Preservação Permanente (APP), constituindo-se num ecossistema dunar, sendo dunas móveis, fixas e semifixas, em estado totalmente degradado, influenciando o aquífero de Ingleses;

- A ocupação é consolidável, no entanto, é inviável a urbanização e a intervenção de projeto de infraestrutura no local, devido à movimentação das dunas que avançam gradativamente em direção as moradias. Por este motivo é necessário a remoção da comunidade para outra região;

- Por estar assentada sob as dunas a comunidade Via do Arvoredo vive condições insalubres de moradia, as quais são potencializadas pela ação dos ventos sobre a areia das dunas, que contribuem para o aparecimento de problemas de saúde, sobretudo os respiratórios;

- A realidade sócio-econômica da região concentrada na faixa entre 0 e 3 salários mínimos, a baixa escolaridade da população e conseqüentemente, as altas taxas de subemprego, trabalho informal, desemprego, pouca qualificação profissional, reportam para a necessidade de ações de geração de trabalho e renda fundamentados no fortalecimento dos canais de expressão das diversas potencialidades das comunidades e no incremento de novas oportunidades;

- A relação dos moradores com o meio ambiente, com destaque para as questões ligadas ao destino do lixo doméstico e as doenças de veiculação hídrica, aliado a necessidade de recuperação da área degradada e

preservação das dunas, também são motivos de preocupação, assim como, a necessidade da adoção de medidas que visem a eliminação de qualquer forma de ocupação da área, justifica-se a inserção de conteúdos de Educação Sanitária e Ambiental;

- Devido ao forte vínculo comunitário e de vizinhança estabelecido entre os moradores, e constituição de uma Associação de Moradores, ressalta-se a importância de manter a comunidade unida, como forma de não desestabilizar o movimento social lá estabelecido; Dentro deste contexto, justifica-se a necessidade da intervenção, a fim de garantir as condições de saúde e bem estar da população, respondendo ainda, ao princípio constitucional do direito à moradia digna, segura e regular, através de ações efetivas, preparando os moradores para intervenções físicas na área, destacando a apropriação das benfeitorias e sustentabilidade do empreendimento. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010)

Diante da conjuntura exposta acima, destaca-se a necessidade urgente de realocação das famílias residentes da Vila do Arvoredo, visando o acesso à moradia digna e condições apropriadas que garantam a saúde e bem estar. Outro aspecto que deve ser apontado é o desemprego e a pouca qualificação profissional da comunidade, o que justifica a necessidade de novas propostas de intervenção que possam surtir efeitos de melhorias significativas deste quadro.

A Sra. C retrata a participação da comunidade na luta pela moradia como segue:

A prefeitura sempre deu muita esperança. No começo do ano passado o Prefeito Municipal nos deu muita esperança. Varias reuniões foram realizadas, inclusive com a Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM). O dinheiro para o projeto veio de Brasília, mas retornou. Tentaram nos realocar no Rio Vermelho e na Vargem do Bom Jesus (entrada do balneário Ingleses), mas houve abaixo assinado. Foi então que a CASAN doou um terreno. Existe um projeto pronto, onde as famílias pagarão por ano pela construção. Mas isso não importa, porque “aqui nós não pagamos água e luz”, mas quando falta não tem pra quem reclamar. Nesse novo local nós vamos pagar água, luz, mas estaremos em um lugar digno e descente. Por que aqui não vivemos dignamente. Entra governo e sai, entra outro, e são só promessas, e nós continuamos no mesmo local. Tem o projeto pronto, o terreno foi doado, mas o que o prefeito diz é que a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) ainda não liberou. (Sra. C)

Através deste depoimento, pode-se reforçar a condição de descaso e abandono por parte do poder público frente à problemática enfrentada pela comunidade local. Além disso, o preconceito, reflexo das relações de produção e reprodução existentes, se apresenta no posicionamento das pessoas que assinaram os abaixo assinados contra a remoção das famílias nos locais apontados, que se ligam às interfaces das relações capitalistas, priorizando acima de tudo, o lucro e as privatizações.

A partir do exposto tanto pelas lideranças comunitárias da Vila do Arvoredo como pelos documentos técnicos da SMHMA, existe a necessidade da realocação imediata de seus moradores. A seguir, neste trabalho, abordaremos a trajetória da luta pela moradia digna, bem como, a situação atual no que se refere ao acesso a este direito.

4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA POR MORADIA

A participação popular é uma dimensão a ser destacada na realidade social, sendo que a união das pessoas que lutam por objetivos em comum denotam força perante diversas questões relacionadas, por exemplo, ao meio ambiente, à justiça e direitos sociais. Assim, os sujeitos se organizam em movimentos, expressando diversos objetivos e entram em contradição com os interesses do desenvolvimento capitalista, que conforme destacam, Duriguetto, Souza e Silva (2009, p. 14) se “materializam na chamada questão social”¹³. As mesmas autoras citam a participação e o associativismo popular estabelecidos de debates no Brasil e países vizinhos (latino-americanos), principalmente a partir do final da década de 1970, reconfigurando a questão social. As autoras explanam que no Brasil a intervenção do Estado, na medida em que o capitalismo se consolidou, junto as demandas das classes subalternas foram na lógica da repressão, clientelismo, paternalismo e autoritarismo, produzindo-se diretamente do plano político e acarretando a exclusão da participação popular nas decisões políticas. Este processo, de caráter antidemocrático, firmou as relações entre Estado, classes dominantes e classes subalternas, expressando um acordo de interesses econômicos das classes dominantes “pela mediação do poder estatal e pela exclusão das forças populares, que se dava seja pela via da repressão, seja pela da cooptação” (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009, p. 14).

Os movimentos sociais, por serem espaços que alimentam o processo democrático, são ferramentas utilizadas para participação popular. Duriguetto, Souza e Silva (2009) indicam que no período anterior ao golpe de 1964¹⁴, o campo democrático e popular, acompanhados por amplas camadas de trabalhadores urbanos e rurais, colocavam em questão a exclusão das massas populares dos níveis de decisão. No golpe de 1964 a burguesia reverteu o processo de democratização que estava em curso até então. Dessa forma, as organizações

¹³ Entendida como expressão das contradições advindas das relações sociais de produção e das lutas dos trabalhadores que conferem visibilidade a essas contradições. (IAMAMOTO, 1997; CARVALHO; IAMAMOTO, 1986)

¹⁴ O movimento político-militar de abril de 1964 representou, de um lado, um *golpe* contra as reformas sociais que eram defendidas por amplos setores da sociedade brasileira e, de outro, representou um *golpe* contra a incipiente democracia política burguesa nascida em 1945, com a derrubada da ditadura do Estado Novo. (TOLEDO, 2004)

políticas e sujeitos envolvidos com projetos nacional-populares e democráticos foram proibidos de realizar qualquer mobilização ou representação.

Em 1970 ocorre uma proliferação dos movimentos e organizações sociais, principalmente nas grandes cidades. Boschi (1987, apud DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009, p. 15), aponta que:

[a]partir desse momento, crescem as associações comunitárias, movimentos pela defesa por direitos civis, políticos e sociais, defesa à autonomia organizacional em relação ao Estado, reaparecem e se expandem as organizações sindicais e a organização de novos partidos.

Conforme Duriguetto, Souza e Silva, a partir da segunda metade da década de 1980, particularmente no contexto da assembléia constituinte, sobressaltam-se as ações dos movimentos sociais no embate com o Estado. Os movimentos são vistos como estratégia para lutar por direitos de cidadania, ampliação da democracia, que aconteceria através de canais político-institucionais para os cidadãos participarem dos processos de negociação de políticas públicas, fundamentalmente pela criação dos conselhos de direitos. Neste contexto, houve uma constatação de recuo nas atitudes de confronto, partindo-se para formas mais consensuais, emergindo uma nova concepção de sociedade civil e esfera pública, que passa a ser entendida como explana Dagnino (1994, apud DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, p. 15):

[...] a esfera na qual se desenvolve uma articulação entre os movimentos sociais e as agências estatais por espaços democráticos de representação e interlocução pública para o reconhecimento, garantia e consolidação de direitos de cidadania.

Em 1988 consolida-se a Constituição Federal, sendo um avanço legislativo no campo dos direitos sociais e da participação popular, no que corresponde a sua formulação e fiscalização. No entanto, a partir de 1990, passam a ser fortemente atacados com a ofensiva neoliberal¹⁵, concretizada nas últimas duas décadas com o desmonte da regulação estatal no campo da economia e dos direitos sociais garantidos na constituição de 1988. O ideário neoliberal opera uma ressignificação

¹⁵ A ofensiva neoliberal reproduzia a clássica luta de classes - nesse caso, a iniciativa partindo dos ricos - ao mesmo tempo em que traduzia a necessidade do capitalismo de restabelecer as taxas de lucros. As duas classes dirigentes - a capitalista ou burguesa e a profissional ou tecnoburocrática - buscavam aumentar seus rendimentos, respectivamente os lucros e juros dos empresários e rentistas, e os ordenados e bônus dos altos profissionais que controlam o conhecimento técnico, organizacional e comunicativo. Isto ficou claro, por exemplo, com a redução da progressividade do imposto de renda ocorrida em quase todos os países a partir da ofensiva neoliberal (PEREIRA, 2010)

do conceito de sociedade civil, contrária a implementação das políticas sociais demandadas pelos movimentos sociais, direcionando para a sociedade o papel de agente do bem-estar social, sendo uma esfera supostamente situada além do Estado e do Mercado, também denominado Terceiro Setor, transferindo a responsabilidade estatal para a sociedade na garantia dos direitos, com o discurso da solidariedade, filantropia e voluntariado (DURIGUETTO; SILVA; SOUZA, 2009).

Concomitante à participação social, tratando-se de espaços democráticos, o envolvimento em movimentos sociais desenvolve o auto-reconhecimento das pessoas naquilo que lhe é de direito, cobrando do Estado seus deveres, enquanto responsável pela garantia do cumprimento constitucional. Entre os vários movimentos deste período destacaram-se, o Movimento Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Fórum Social Mundial, o Movimento Feminista, o Movimento Estudantil, o *Greenpeace*, dentre outros (SILVA, 20--).

Os movimentos sociais em geral, tem uma atuação fundamental para a democratização brasileira, e particularmente o movimento popular urbano provoca mudanças nas legislações e políticas urbanas, buscando melhores condições de vida e de acesso a direitos sociais básicos e abrindo espaços para a participação das classes populares na esfera pública. Mori (2009) explana que os movimentos populares urbanos, são entendidos como as ações coletivas, organizadas através das classes populares, em prol de melhores condições de vida urbana e de acesso à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos de consumo coletivo. Neste sentido, conforme Gohn (1991, apud MORI, 2009), “uma problemática urbana que tem a ver com o uso, a distribuição e apropriação do espaço urbano”.

Contudo, concordando com Mori, os movimentos populares urbanos se manifestam em diferentes formas de organização e de resistência da população às condições de vida que enfrenta. Deste modo, a autora cita as Ligas de Inquilinos do começo do século passado, os Centros Democráticos Progressistas dos anos 40, as Sociedades Amigos de Bairro no período de 1945 a 1964, os Novos Movimentos Populares Urbanos a partir do final dos anos 1970, a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo a partir da década de 1980, a Central de Movimentos Populares a partir da década de 1990, como “movimentos populares urbanos que se diferenciam por práticas sociais e estilos de organização distintos” (MORI, 2009).

O presente trabalho aborda especificamente os movimentos sociais urbanos pela luta à moradia. Estes movimentos envolvem pessoas com interesses em comum, que vão além dos interesses individuais, pautados na luta por um espaço digno e com melhores condições de vida.

Conforme Bolsoni (2011, p. 22):

O direito a moradia começou a ser concretizado a partir da reforma urbana instalada no país na década de 1980, quando a política urbana entra em processo de discussão por consequência do processo de redemocratização do país, através do surgimento do Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Este movimento ocorreu pela luta dos movimentos sociais que tinham sua preocupação voltada à moradia dos brasileiros.

Prosseguindo a reflexão, Maricato (2000, p. 174) expõe:

Mais do que planos diretores as entidades sociais (profissionais e de movimentos populares) que elaboraram a iniciativa de Reforma Urbana deram prioridade à conquista de instrumentos específicos garantidores da função social da propriedade. Buscava-se uma forma de superar o discurso cheio de boas intenções e ineficaz, para ir direto aos objetivos centrais dessa promessa não realizada, aquilo que constituía o nó de toda a resistência à sua realização: o controle sobre a propriedade fundiária e imobiliária visando sua função social.

Como indica Bassul (2002) passados alguns anos as entidades e associações que se articularam desde então, em meados de 2001 conquistaram a aprovação de uma lei federal, o Estatuto da Cidade¹⁶, capaz de ministrar a reforma urbana em muitos de seus propósitos. Entre estes propósitos, destacamos, prioritariamente, o direito à moradia.

Especificamente, os movimentos ocorridos no Brasil, destaca-se a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), que tem sido peça chave nas articulações das propostas habitacionais do Governo Federal. A UNMP participou da conquista do direito à moradia contemplado na Constituição, da aprovação do Estatuto das Cidades e realização da Conferência das Cidades, elegendo 6 titulares e 5 suplentes para o Conselho Nacional das Cidades para o período 2008-2010 (UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR, 2012).

A UNMP iniciou suas atividades em 1989 e foi consolidada a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular

¹⁶ O Estatuto da Cidade reúne importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que podem garantir efetividade ao Plano Diretor, responsável pelo estabelecimento da política urbana na esfera municipal e pelo pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, como preconiza o artigo 182 da Constituição Federal. (OLIVEIRA, 2001)

no Brasil (Lei 11.124/05). Sua atuação se dava nas áreas de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos. Passados 19 anos, a atuação do movimento está localizada em 19 estados brasileiros. Trabalha-se com grupos de base nas regiões metropolitanas e se articulam regionalmente nos principais pólos dos estados. Os estados são representados na instância nacional. Sempre defendendo a proposta do direito à moradia e à cidade e a participação popular nas políticas públicas e radicalmente contra os despejos, a UNMP organiza-se em torno desses princípios comuns, traduzidos em reivindicações, lutas concretas e propostas dirigidas ao poder público nas três esferas de governo (UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR, 2012).

Além da UNMP, destaca-se a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM). Esta foi fundada no dia 17 de janeiro de 1982 e pautada no movimento nacional popular e comunitário, tem como seu papel, organizar as federações estaduais, uniões municipais e associações comunitárias, entidades de bairro e similares. A CONAM defende a universalização da qualidade de vida, com especial atenção às questões do direito a cidade, incluindo além da luta pela moradia digna, saúde, transporte, educação, meio ambiente, trabalho, igualdade de gênero e raça e democratização em todos os níveis. A Confederação participou do processo de coleta de assinaturas para a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular e defendeu a aplicação do Estatuto da Cidade. Congrega mais de 550 entidades municipais e 22 federações estaduais, marcando presença em 23 estados da Federação e no Distrito Federal. Entre suas diversas atividades, que promovem a participação social, em 2011 a CONAM e suas filiadas, participaram do Fórum Social Temático-Porto Alegre, demonstrando seu compromisso com a construção de um País mais democrático e socialmente avançado.

A CONAM traça em seus objetivos, manter a mobilização comunitária em torno de bandeiras democráticas que o Brasil necessita para continuar a se desenvolver, principalmente em áreas como a agrária, a educacional, a urbana, a tributária, a política e a democratização dos meios de comunicação, entre outras. Assim, objetiva mobilizar centenas de lideranças comunitárias tendo suas resoluções como norteadoras deste caminho para auxiliar nas mudanças que se fazem necessárias (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, 2012).

A participação social em movimentos sociais como a UNMP, CONAM, entre tantos outros, reaviva a condição de sujeito portador de direitos, exigindo do Estado seu papel, que é o de garantir os direitos sociais. Conforme Gohn (2008, p. 444):

O movimento social, como um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural. As identidades são móveis, variam segundo a conjuntura. Há um processo de socialização da identidade que vai sendo construída.

Isto significa que os movimentos são atuantes conforme as demandas sociais em evidência, resignificando sua identidade no processo de luta. Em outro sentido, com base em Montaño (2005, p. 264), ao tratar sobre a participação social, destaca-se que “as lutas desenvolvidas na sociedade civil, e particularmente na sua cotidianidade, são absolutamente necessárias num processo de efetiva transformação social, a caminho da emancipação humana”. Neste contexto, encontram-se os movimentos de luta por moradia, que devem ser vistos como ferramenta democrática para o enfrentamento das regras impostas pelo modelo econômico e social pautado no capitalismo neoliberal, que possui em suas entranhas a privatização dos direitos sociais.

4.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA POR MORADIA E A VILA DO ARVOREDO

Através das entrevistas realizadas e pesquisas em sites que tratam do assunto, identificamos na luta pela moradia digna da Vila do Arvoredo, a UNMP, que atualmente é representada pelo Sr. A. Todavia, em anos anteriores contou também com a atuação do Sr. Marcio Porto, liderança ativa no movimento sociocomunitário do norte da ilha e em Florianópolis, sobretudo pela sua inserção na UFECO e na UNMP. Além da Vila do Arvoredo, Sr. A, também representa o estado de Santa Catarina neste movimento. Sobre a UNMP, Sr. A relata:

Através da UNMP, participamos de diversos movimentos em outros estados (Brasília, Goiânia, etc.), sendo que o movimento se une a outros movimentos, constituindo um trabalho em rede. (Sr. A)

Scherer-Warren (2006) ao analisar a atuação em rede dos movimentos sociais, caracteriza as relações existentes como segue:

As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados — dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações —, e

possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural.

Assim sendo, observa-se que o trabalho em rede é fundamental para a continuidade e não fragmentação das ações dos movimentos, pois articula as necessidades coletivas.

Além das entrevistas, para identificar as ações desenvolvidas pela UNMP, buscamos no site do movimento, notícias que apresentam articulações realizadas com a Vila do Arvoredo. Segue logo abaixo, alguns trechos das conquistas e dificuldades da luta pela moradia digna através da UNMP:

[...] A manifestação “Com os pés no chão para acabar com a enganação”, realizada pelos moradores na manhã do dia 16 de junho de 2008, serviu para marcar o rompimento do acordo com a prefeitura. Eles reclamam que enquanto ficam impedidos de realizar melhorias em suas casas, um terreno em frente à favela, localizado a cerca de 15 a 20 metros das primeiras casas, durante o fim de semana foi cercado. Ali levantou-se uma casa e um “motor-home” (ônibus-casa) ocupou o lugar, que já conta com fornecimento de água e luz. [...] A manifestação organizada pela União Nacional por Moradia Popular, Associações Florianopolitana de Entidades Comunitárias e a Associação de Moradores da Vila do Arvoredo pretende romper com “enganação” da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Faixas, cartazes e gritos de ordem esquentam as pessoas para a luta. Crianças, jovens e adultos se unem para reivindicar seus direitos. Uma das frases, em um cartaz carregado por uma criança, estampa o capítulo I, do artigo 5º da Constituição Federativa do Brasil: “Todos são iguais perante a Lei”. Mas, infelizmente, o semblante dos moradores da comunidade demonstra que, na realidade, as coisas não são bem assim. [...] Na manifestação a posição dos moradores ficou clara. Em nenhum momento as palavras de ordem e os gritos de revolta se dirigiram aos donos da casa construída no local. Nivaldo Araújo, quando falava ao microfone, trazia nas mãos a Constituição brasileira, que ele chamou de “a Bíblia do cidadão”. A Constituição diz: “A moradia digna é um direito de todo brasileiro”. Por isso, os moradores da Comunidade do Arvoredo estavam ali, para exigir que seja cumprida a Constituição. Uma faixa vermelha, com palavras escritas em branco e preto confirma: “Comunidade do Siri unida por Moradia Digna”. Logo ao lado, um grupo de jovens demonstra o orgulho de estar na luta e empunham uma faixa com os dizeres: “100% Comunidade do Siri”. [...] O ato dos moradores da Comunidade do Arvoredo termina com o compromisso de organização de um Projeto de Moradia Digna, encabeçado pelos próprios moradores. “Agora rompemos com a Prefeitura, vamos andar com nossas próprias pernas”, avisa Glauceli, a “Galega” da Associação de Moradores [...] (UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR, 2008)

Pode-se afirmar que a UNMP fomenta à participação social, promovendo idéias de igualdade e justiça para a causa da moradia. Conforme relata a Sra. B., o envolvimento com movimentos e entidades de relevância na sociedade fizeram com que a comunidade saísse do anonimato e fosse vista com outros olhos:

A comunidade fez uma representação referente a luta pela moradia, com o apoio da UFSC e UFECO em um local próximo a onde hoje existe a nova delegacia na Av. Beira Mar. Essa ação foi em 2006-2007. O envolvimento dessas entidades fez com que a comunidade saísse do anonimato e mostrou que a luta era séria. No entanto, pelo fato da UNMP ser nacional, muitas ações não condizem com as realidades dos locais onde acontecem as manifestações, pois elas são diversas e a causa trabalha a questão de uma forma muito generalizada. Por exemplo: Florianópolis tem terras que são muito mais caras que o Paraná e a disponibilidade de terrenos para a construção desses projetos aqui são escassas, já no Paraná existem mais terras disponíveis. Essa amplitude do movimento acaba não atendendo as demandas específicas da Vila do Arvoredo. Esse movimento deveria ser mais organizado no sentido de atender as particularidades de cada região ou município para que de fato pudéssemos concretizar nossos objetivos. (Sra. B)

Destarte, nota-se que as lideranças locais possuem um amplo conhecimento sobre o valor e o papel dos movimentos sociais e que estes tem uma grande importância no desenvolvimento da emancipação política da comunidade. Porém, no caso da UNMP, Sra. B destaca que para um resultado mais eficaz frente aos seus objetivos, é necessário que se desenvolvam ações específicas para os problemas enfrentados em determinadas comunidades (como na Vila do Arvoredo), visto que, possuem suas particularidades.

No entanto, podemos identificar que não existe uma articulação expressiva da luta pela moradia da Vila do Arvoredo com outros movimentos locais de Florianópolis atuantes nas lutas do direito à cidade. A UNMP é de grande relevância para a Vila do Arvoredo, visto que este é o movimento representativo que organiza os diferentes movimentos atuantes nos estados federados. Para contemplar e articular as especificidades de Florianópolis e Vila do Arvoredo, torna-se necessário um maior envolvimento local com outros movimentos sociais, criando desta forma articulações e propostas conforme as particularidades apresentadas.

4.2 DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA LUTA POR MORADIA

A participação comunitária é condição necessária no processo de conquista de direitos de uma comunidade. Fachin (2007, p. 22) ao tratar sobre participação comunitária, explana que sendo os espaços e esferas públicas um locus privilegiado de participação e controle social, a participação é o exercício da cidadania ativa, sendo a base para efetivação do controle social.

Neste sentido, através das entrevistas, procurou-se identificar a dinâmica de participação da comunidade da Vila do Arvoredo na luta pela moradia.

Conforme entrevista com Sr. A, em 2002 foi criada a AMOVILA. A partir desse momento já iniciou a luta pelo direito a moradia. Em 2004, aconteceu uma audiência pública sobre a realidade da Vila do Arvoredo, tratando da transferência dos moradores para outra região.

Entre 2004 e 2005 houve a tentativa de reassentamento em uma área no Rio Vermelho. Para fazer esse abaixo assinado eles precisaram de uma liderança e o principal motivo foi preconceito social. Este local seria um belo condomínio, com infraestrutura, acesso ao transporte, escola/creche, fazendo com que as pessoas tenham acesso a um local digno de moradia. Essa foi a primeira frustração na luta pela moradia. (Sr. A)

Ainda relata Sr. A que a segunda frustração foi quando a prefeitura iria ceder um local na Vargem do Bom Jesus (entrada do balneário Ingleses). Mas, novamente, a comunidade fez um abaixo assinado com mais de 5.000 assinaturas e novamente foram impedidos de serem reassentados. Esse abaixo assinado foi levado para a Câmara de Vereadores, que é o “local onde mais emperra o projeto”, porque dependendo da área precisa da mudança de zoneamento. No entanto, conforme Sr. A, o Ministério Público não acatou o abaixo assinado, mas a Prefeitura “não segurou a barra de dizer: nós vamos construir, pois é de interesse social e é uma comunidade que está sofrendo”. Relata Sr. A que para todos esses projetos houve liberação e dinheiro.

[...] Mas não quiseram construir. O Ministério das Cidades liberou a verba. Houve dinheiro da emenda da deputada Ideli Salvati na época, também do deputado Mauro Passos e não se sabe para onde foi essa verba. Mais adiante a CASAN cedeu um terreno para a Prefeitura construir o condomínio da Vila do Arvoredo. Na época estava se discutindo o Plano Diretor (que continua sendo discutido até hoje), teve várias reuniões com as lideranças comunitárias de Ingleses. Teve um período em que a comunidade começou a procurar empresários para comprar um terreno adequado para a instalação da Vila. Foi proposto que a Vila se dividisse em três grupos, para facilitar a aceitação. Mas quando o proprietário ficava sabendo que era para a Vila do Arvoredo, o preço já não era o inicial, eles aumentavam absurdamente o valor, impedindo que essa idéia se concretizasse. O terreno da CASAN exigia a mudança de zoneamento. Em 2007 foi para aprovação o projeto de lei para a mudança de zoneamento. Esse projeto foi aprovado somente no final do ano de 2009 – quase 2010. Para que essa mudança ocorresse a associação se fazia presente de gabinete em gabinete, conhecendo os impasses e providenciando o que era preciso. Em cada comissão que o projeto ficava parado os moradores precisavam encaminhar e agilizar as assinaturas para que assim o projeto pudesse ser enviado para a próxima. Precisávamos ir freqüentemente na Câmara de Vereadores. Sendo que isso é um direito do cidadão, mas não acho que isso é ser cidadão. Fico em dúvida quando penso nessa palavra,

pois no dicionário diz que cidadão é ter direito a cidade e demais direitos sociais. Como ser cidadão vivendo em uma favela, sem segurança, saneamento básico, eletricidade, sem dignidade nenhuma. Quem vive assim que tipo de cidadão que é? Somos natos, somos nascidos e reconhecidos como cidadãos brasileiros, mas somos rejeitados, pois não temos o direito a cidade. (Sr. A)

Conforme Sr. A relata, a atuação das lideranças na luta pela moradia sempre foi muito persistente e presente nos órgãos públicos. Ficou evidenciado que a participação da comunidade acontece internamente, nas reuniões da AMOVILA, através de discussões e sugestões, estando mobilizada pela causa. Já nas pressões e cobranças realizadas diretamente aos setores públicos são os líderes comunitários que representam a comunidade.

No sentido de organizar a população para uma conscientização sobre a realidade em que estão inseridos e propor ações que possam melhorar as condições de vida da população local, Sra. B apontou a AMOVILA, da qual é presidente, como uma ferramenta atuante na comunidade. Sra. B relata:

Estou no segundo mandato da associação e cada mandato tem 2 anos, sendo que moro na Vila do Arvoredo há 9 anos. A AMOVILA faz suas reuniões em todo primeiro domingo do mês. As reuniões foram descentralizadas para promover uma maior participação. Quando a reunião é centralizada recebe 20 pessoas. Quando ela descentraliza por rua, as reuniões são feitas nas dunas e tem o mesmo número de participantes. Nessas reuniões são passadas diversas orientações e discutidos problemas em comum. (Sra. B)

Evidencia-se, portanto, através do exposto acima, que a AMOVILA é o principal espaço de participação da comunidade. Nas reuniões são expostos e debatidos os problemas em comum, sendo que a liderança representa na esfera pública as reivindicações feitas pelos sujeitos que ali residem.

Ao explicar sobre a atuação das lideranças e a participação comunitária na luta pela moradia, Sra. B resgatou essa trajetória expondo:

Em 2002 o Ministério Público decretou ação de despejo para a Vila do Arvoredo, assinada pela Sra. Angela Amim, mas como não tinha projeto de realocação para a comunidade, o mesmo não ocorreu. Sobre o posicionamento do poder público frente a nossa luta pela moradia, nós não esperamos ele aprovar o projeto de braços cruzados, pois tivemos que fazer pressão para ele ser aprovado. Em 2006 o projeto foi arquivado na comissão de meio ambiente. Em 2007 foi para a Câmara de Vereadores. Em 2008 ainda não tinha sido aprovado. Foi aí que todos os dias, de segunda a sexta, eu e outra líder comunitária, nos dividíamos, até o projeto ir para a plenária, batíamos de gabinete em gabinete. Ouvimos muitas mentiras, pois sabíamos da condição atual do projeto. Até que por fim ele foi aprovado entre 2010 e 2011. Antes da aprovação deste projeto, por volta de 2005, a Prefeitura prometeu a remoção das famílias para um terreno na

Vargem do Bom Jesus, mas depois descobrimos que não havia projeto habitacional, por isso não foi aprovado. Outro empecilho neste local foi o abaixo assinado das pessoas que moravam próximas a referida área. Para entender melhor sobre o que estava se passando, fomos buscar a tentativa de realizar um curso de políticas públicas e a UFSC foi quem nos ofereceu o curso, inclusive este foi aplicado também para os moradores da comunidade da Vila do Arvoredo, na sede da Associação Comunitária local. (Sra. B)

As lideranças da Vila do Arvoredo ao buscarem informações sobre políticas sociais públicas e expandirem para os moradores da comunidade, ilustraram seu intenso envolvimento e vontade para que o engajamento dos moradores nesta causa ocorra significativamente. No entanto, no decorrer da entrevista, a Sra. B destacou que algumas pessoas iniciaram o curso e depois desistiram, e outras não participaram. Conforme Sra. B, a população abraça a luta por moradia digna e deseja condições de vida mais dignas, mas não participam ativamente por diversos motivos. Os principais deles acontecem devido ao preconceito, à inclusão precária na sociedade e por não terem acesso aos seus direitos, fazendo com que as pessoas residentes na Vila do Arvoredo, não se sintam parte da sociedade, ferindo assim a sua cidadania. Nota-se a falta de politização e informações suficientes, que possam servir de estímulo a um envolvimento e engajamento maior, como por exemplo, participar das reuniões de conselhos gestores de políticas públicas e atuar ativamente nas cobranças aos órgãos públicos.

Atualmente a comunidade aguarda o início da construção no terreno cedido pela CASAN, localizado no Capivari dos Ingleses. No entanto, o terreno necessita de aterro e drenagem. Sr. A relatou que conhece um projeto habitacional com reposição de água e que é possível resolver esse impasse. Sr. A apontou que a Prefeitura Municipal está aguardando o título da terra que foi cedido pela CASAN, pois a área não tem escritura pública e que a Prefeitura Municipal já desapropriou a área.

[...] dentro do que eu conheço, no momento que a prefeitura desapropria a área, já tem poder sobre ela. A situação de escritura e documentação poderia ser realizada durante a obra. Houve abaixo assinado e um manifesto para que a Vila do Arvoredo não se instalasse no local, mas hoje, estamos mais articulados e organizados, assim conseguimos receber informações sobre impedimentos possíveis a serem feitos. Portanto, o que mais está dificultando o andamento da obra nesse momento é a escritura para o terreno, pois dinheiro para a execução do projeto existe. O Ministério das Cidades cedeu a verba, mas a prefeitura que deveria dar uma contrapartida, tentou pedir para o estado o dinheiro para viabilizar a estrutura, sendo que a Caixa, analisou que o solicitado era um valor muito alto. Mas a verba pelo Ministério está liberada. Além da escritura o local precisará da licença da FATMA e FLORAM. Um tempo atrás a FATMA se posicionou contra o projeto, a não ser que a CASAN apresentasse como

faria o saneamento das 168 famílias, apresentando um projeto detalhado, sendo que esse é outro problema que teremos que enfrentar. (Sr. A)

Não bastasse toda a batalha por sobrevivência e problemas diários enfrentados pela comunidade devido a situação em que se encontram, e toda a luta pela moradia, observa-se através do depoimento acima, que os obstáculos continuam, mas a comunidade permanece mobilizada. Constatam-se nítidos avanços, como o terreno para a implementação do projeto, a verba disponível e a articulação da comunidade para combater o preconceito e ações de interesses individuais, nesse caso referindo-se aos abaixo assinados. No entanto, existem leis e possibilidades concretas da prefeitura providenciar a documentação necessária, bem como apropriar o terreno para a obra, contando com a CASAN para o projeto de saneamento.

A participação da comunidade é refletida também no acesso ao direito à cidade, conforme garantia constitucional. Visando o atendimento a este direito, o Projeto de Trabalho Técnico Social da SMHSA (2010) direcionado à Vila do Arvoredo explana que na área destinada para o reassentamento a população já é atendida por serviços públicos disponíveis e continuará sendo, tendo em vista que esta área localiza-se cerca de 2,40 km de distancia da área de intervenção. Entre os equipamentos comunitários e serviços públicos o documento apresenta:

- Escola Básica Municipal Gentil Mathias da Silva – Localizado no Bairro Ingleses, Rua João Becker, número 988, esquina com a Rua do Siri, atende 710 alunos de 1ª a 8ª série, na faixa etária de 07 a 14 anos.
- EEB Intendente José Fernandes – Localizado na estrada geral do Rio Vermelho. A Escola atende 700 alunos de 1ª a 8ª série e possui um quadro reduzido de funcionários e professores, que não ultrapassa a 50 pessoas. Com o “Projeto Tempo Integral”, em desenvolvimento, a escola oferece aos alunos no contra turno atividades de apoio escolar, esportes, música, teatro e lazer.
- Centro de Saúde do Santinho – A Comunidade conta com um Posto de Saúde que atende as comunidades bairro Ingleses e Santinho. A Unidade de Saúde local oferece atendimento médico e enfermagem; consulta médica e pediátrica; exames preventivos de mama e colo-uterino; imunização de crianças, jovens e adultos; serviços de assistência, curativos e nebulização.

Desenvolve ainda os programas de assistência: capital criança, saúde da mulher, grupo de gestante, orientações na menopausa, hipertensão e obesidade. O Programa da Saúde da Família (PSF) conta com cinco equipes formadas por médicos, enfermeiros e agentes de saúde.

- Unidade de Pronto Atendimento – Localizado na Rua João Becker na comunidade dos Ingleses, atende as famílias do norte da Ilha, principalmente das comunidades Ingleses e Santinho. Possui uma equipe composta por médicos, enfermeiros e farmacêuticos, com atendimento de pediatra, clínico geral e pequenas cirurgias.
- A Ação Social Paroquial de Ingleses (ASPI) – Localizada na Rua Sargento Maurílio Gonçalves Cabral, 23, no bairro Ingleses, atende a comunidade de Ingleses, Rio Vermelho, Cachoeira do Bom Jesus, Vargem do Bom Jesus, Sítio Capivari, Costa do Moçambique, Caminho do Mar, Muquém, Vila União, Ratores e Comunidade do Mosquito. Trabalha na comunidade do Arvoredo com a distribuição de roupas e alimentos para as famílias cadastradas na secretaria do Serviço Social da entidade. O Serviço Social trabalha também com as famílias das crianças que freqüentam o principal programa da ASPI que é a Casa Madre Teresa de Calcutá. Através do programa educação complementar da rede municipal, o local atende no contra turno escolar aproximadamente 60 crianças e adolescentes de 6 a 14 anos residentes na Vila do Arvoredo. Em conjunto com a pastoral da criança, no último sábado de cada mês é realizada na Casa Madre Teresa de Calcutá a pesagem das crianças 0 a 5 anos e são repassadas orientações sobre alimentação e vacinação. A ASPI atua em parceria com grupo de idosos, objetivando a inclusão do idoso na sociedade e também trabalha com a pastoral do idoso realizando visitas aos que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. Encaminha mães gestantes ao Clube de Mães para receberem enxoval e aprenderem trabalhos manuais, havendo troca de experiências e informações. O Serviço Social da ASPI encaminha usuários da comunidade para a rede socioassistencial. A ASPI também atua em parceria com a Associação Diácono Ademi Pereira de Abreu (ADAPA). Um dos projetos da ADAPA é o "Amor Sobre Rodas" que tem como objetivo levar doações de roupas, alimentos e fornecer de forma gratuita atendimento médico, jurídico e odontológico, corte de cabelo, oficinas de educação no trânsito, entre outras

atividades. As doações são realizadas por meio de um ônibus que a associação possui e neste veículo existe um consultório médico e odontológico completo, juntamente com uma cozinha e um banheiro para o atendimento imediato. Esse projeto conta com trinta voluntários de várias áreas entre policiais militares e integrantes da Capelania Militar. A ADAPA já desenvolveu diversos trabalhos na Vila do Arvoredo.

- Núcleo de Educação Infantil Ingleses – Coordenado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis presta atendimento a 106 crianças de 03 a 06 anos de idade. O NEI está localizado na Rua João Becker, próximo a Escola Básica Gentil Mathias da Silva e conta com seis turmas nos períodos matutino e vespertino.
- A Creche Jardim Ingleses - Atende um total de 240 crianças sendo na maioria em tempo integral. Possui 12 salas, 12 professores e 24 auxiliares de sala. No projeto horta escolar há efetiva participação das crianças que também ajudam na confecção da alimentação escolar. Realiza com a comunidade o dia da família na creche e a festa junina.
- A comunidade é atendida também pelo Posto da Polícia Militar, Oitava Delegacia de Polícia Civil (inaugurada no dia 29 de maio/07) e conta com o Conselho Comunitário dos Ingleses.

Analisando as propostas do Projeto de Trabalho Técnico Social da SMHSA, bem como as demandas existentes para a população da Vila do Arvoredo, a participação da comunidade, depende também do atendimento às necessidades e desejos particulares como condição de viver em sociedade, conforme aponta Sawaia (2001, p. 123):

A participação não vem de fora, é uma necessidade do sujeito. É paixão que leva os homens a se comporem com outros homens, o que significa que só por contingências históricas nega-se o caráter participativo da subjetividade, como, por exemplo, no capitalismo, em que, pela mediação de forças sociais, a subjetividade é apropriada e devorada pela lógica do lucro, sustentando formas de não participação ou pseudoparticipação como o individualismo é a participação em prol dos interesses dos outros.

Concordando com Sawaia, a participação está relacionada ao bem estar coletivo. Portanto, para uma efetiva participação, torna-se necessário o acesso a condições dignas de sobrevivência, contrárias ao quadro apresentado atualmente, marcado, como já mencionado anteriormente, por desigualdade, exploração e pobreza.

4.3 A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

O conceito de participação presume uma relação onde sujeitos coletivos, segundo Teixeira (2002, apud FACHIN, 2007, p. 22), podem fazer “valer seus interesses, aspirações e valores, construindo suas identidades, afirmando-se como sujeitos de direitos e obrigações”. Para Bravo (2001, apud FACHIN, 2007, p. 22):

A participação é concebida como a gestão nas políticas através do planejamento e fiscalização pela sociedade civil organizada. Ou seja, a interferência política das entidades da sociedade civil em órgãos, agências ou serviços do estado pela elaboração e gestão de políticas públicas na área social, visando o controle social.

Os conselhos gestores de políticas públicas são concebidos como fóruns públicos para captação de demandas e negociação de interesses específicos dos vários grupos sociais, sendo uma ferramenta que amplia a participação dos segmentos aos órgãos estatais. Estes conselhos dizem respeito à dimensão da cidadania e à universalização dos direitos sociais, zelando pela sua vigência e respeito, para que estes sirvam de inspiração e sejam inscritos na formulação e execução das políticas sociais. Moreira (1999, apud TATAGIBA, 2002, p. 50) apresenta esclarecimentos sobre essas instâncias deliberativas:

[...] os conselhos são órgãos concebidos para influir constitutivamente na vontade normativa do Estado, mediante o exercício de competências conferidas pelas respectivas leis criadoras, que devem trazer as linhas definidoras de seu campo de atuação. Não podem os conselhos deliberar sobre matérias que extrapolem os setores das políticas sociais sob sua responsabilidade, nem sobre questões que extravasem o âmbito da esfera de governo onde foram criados e das atribuições que lhes foram conferidas [...]. Os conselhos constituem-se em instâncias de caráter deliberativo, porém não executivo; são órgãos com função de controle, contudo não correccional das políticas sociais, à base de anulação do poder político. O conselho não quebra o monopólio estatal da produção do Direito, mas pode obrigar o Estado a elaborar normas de Direito de forma compartilhada [...] em co-gestão com a sociedade civil. [...] Os conselhos devem se deter também, sobre medidas que visem ao reordenamento institucional dos órgãos da administração pública responsáveis pela execução das políticas sociais dentro do seu campo específico de intervenção [...] Se tais medidas implicarem alterações de competência privativa do chefe do Executivo, ou de seus auxiliares diretos, dependerão de homologação por essas autoridades públicas. Tudo o mais que tenha caráter de adequação ou reorientação e que expresse o exercício de competência prevista na lei de sua criação não necessita de homologação (exceção feita às deliberações dos conselhos de saúde).

Para Fachin, a dinâmica em relação ao movimento comunitário, evidencia-se por uma maior participação na esfera pública. A autora expõe que mesmo mediante a abertura para diálogo da sociedade civil com o poder público, notaram-se algumas dificuldades em relação à ausência de “um espaço articulador municipal das lutas da sociedade civil” (2007, p. 27). Semelhantemente, Tatagiba (2002, p. 25), esclarece que apesar da existência dos conselhos indicar uma grande vitória na luta pela democratização dos processos de decisão, estudos demonstram que tem sido difícil reverter o funcionamento dos conselhos e a centralidade do Estado na demarcação das prioridades sociais de definição de políticas.

Na composição de conselhos gestores de políticas públicas, a legislação indica o respeito ao princípio da paridade entre Estado e sociedade para que exista o equilíbrio nas decisões. A representação governamental é feita por agentes públicos titulares de cargos de direção na administração direta ou indireta, responsáveis pelas áreas das políticas sociais e outros profissionais de determinadas áreas e por indicação do chefe do poder executivo (MOREIRA, 1999, apud TATAGIBA, 2002).

Já a sociedade civil, conforme Moreira (1999, apud TATAGIBA, 2002) é representada por conselheiros escolhidos pelos seus pares, no próprio fórum, dentre organizações não governamentais, entidades, movimentos, sindicatos e associações comunitárias, sendo que essa composição deverá ser prevista por lei específica, de acordo com as particularidades de cada contexto. Com exceção dos membros do conselho tutelar, a função de conselheiro não deve ser remunerada, por se tratar de uma atividade de “relevância pública”. As reuniões devem ser abertas para toda comunidade, que, no entanto não possui direito a voto. A respeito do seu funcionamento, os conselhos elaboram um regimento interno, que depois de aprovado em plenário, deverá ser apreciado e aprovado pelo chefe do Poder Executivo através de decreto. As decisões do conselho devem seguir como forma de resolução e publicadas em diário oficial (CEPAM; MOREIRA, 1999, apud TATAGIBA, 2002).

O presente TCC, aborda questões relacionadas ao direito à moradia, portanto, é relevante destacar que a participação comunitária é um mecanismo essencial para a garantia da legitimidade e da continuidade dos projetos de desenvolvimento urbano. O PMHIS, apresenta no documento Produto 06:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011b, p. 17)

Conforme aborda o referido plano, a PNH, em consonância com o Estatuto da Cidade, destaca a relevância da participação pública ao estabelecer a diretriz gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos. Os Conselhos de Habitação proporcionam um espaço de garantia da participação pública nas políticas habitacionais. Como informa o PLHIS, o modelo de organização institucional previsto pelo SNHIS exige que os estados e municípios criem conselhos de habitação para integrarem o Sistema e acessarem os subsídios técnicos e financeiros disponíveis.

No que se refere as atribuições dos conselhos, cabe-lhes participar da elaboração, implementação e monitoramento dos planos de habitação, estabelecendo critérios para a distribuição dos subsídios. O município de Florianópolis criou seu Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) através da Lei nº 8.210/2010, estabelecendo como seu objetivo geral a função de acompanhar, fiscalizar e decidir sobre a Política Habitacional de Florianópolis, assim como de todos os programas e projetos a ela relacionados.

Em relação à composição do CMHIS, entre os participantes, encontram-se representantes das secretarias municipais e do IPUF. Esta diversidade de órgãos e pessoas torna-se essencial para garantir a integração entre as diferentes políticas públicas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011b)

Assim como a necessidade de elaborar um plano de habitação e instituir um conselho específico, a criação de fundos para habitação de interesse social, também é essencial para a inserção dos municípios no Sistema Nacional de Habitação. No município de Florianópolis, ampliou-se um fundo já existente – Fundo Municipal de Integração Social, utilizando a previsão na lei do SNHIS (art. 12º):

Serão admitidos conselhos e fundos estaduais, do Distrito Federal ou municipais, já existentes, que tenham finalidades compatíveis com o disposto nesta Lei. O Fundo Municipal de Integração Social de Florianópolis foi instituído pela Lei Municipal nº 7.692/2008, e irá concentrar os diversos recursos destinados à habitação no Município, sempre com o controle do

Conselho de Habitação. ((PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011b, p. 18)

O PMHIS ressalva que a articulação entre os três níveis de governo é essencial para que os municípios aproveitem todas as oportunidades de apoio técnico e financeiro disponibilizadas pelo Sistema:

A Política Nacional de Habitação (PNH) coloca como um de seus objetivos fazer com que a questão habitacional se torne uma prioridade nacional, integrando, articulando e mobilizando os diferentes níveis de governo e fontes, objetivando potencializar a capacidade de investimentos com vistas a viabilizar recursos para sustentabilidade da PNH. De modo mais específico, a Política Habitacional de Florianópolis reflete as diretrizes nacionais ao estabelecer como um de seus objetivos integrar e articular ações da esfera federal e estadual às demais políticas urbanas e sociais do município. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2011b, p. 19)

Para a liderança comunitária da Vila do Arvoredo o CMHIS é fundamental, conforme destacado pelo Sr. A:

Sobre a importância do CMHIS, respondo não só pela Vila do Arvoredo, mas por todas as 64 áreas de interesse social. Atualmente represento Norte da Ilha neste conselho e vejo que ele é fundamental, pois é um órgão fiscalizador, sendo que o Governo Federal está exigindo a constituição dele em todos os estados e capitais. Com o conselho podemos evitar o desvio de verbas e ter o controle fiscalizador de utilização das mesmas. O corrupto fica a noite inteira matutando como vai dar o golpe no Estado e no cidadão. Com o conselho poderemos fiscalizar e estaremos de olho, em cima dos projetos e verbas. (Sr. A)

Ainda no mesmo sentido, Sra. B ponderou:

O CMHIS foi um grande avanço para a cidade. Antes o recurso era muito mal utilizado, porque não havia projeto quando este chegava. Como não tinha projeto o dinheiro voltava para o Ministério das Cidades e era reencaminhado para outros destinos. O conselho é um meio de viabilizar projetos e recursos e foi de extrema importância termos um dos nossos dentro do conselho, pois ele tem cabeça pensante e opinião própria. O que a gente quer a gente consegue e essa vitória será da comunidade que lutou com as mãos unidas. (Sra. B)

Os conselhos gestores de políticas públicas possuem uma dinâmica de funcionamento que permitem práticas inovadoras no âmbito dos direitos. Ou seja, os conselhos oportunizam o exercício da democracia dos sujeitos que protagonizam a luta pelos seus direitos. Contudo, o conflito de interesses, muitas vezes interfere na efetivação e materialização dos direitos. Deste modo, é preciso dar consequência e efetividade na prática concreta da participação popular nos conselhos gestores, para garantirmos a consolidação da democracia. O que foi também destacado pelas lideranças da Vila do Arvoredo.

O fortalecimento da participação comunitária tem sido também tema de ação de Organizações da Sociedade Civil. Este assunto será abordado a seguir.

5 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: CARACTERÍSTICAS E ATUAÇÕES

O termo sociedade civil corresponde ao conjunto de cidadãos e a própria esfera privada. Contempla variadas formas de organização, que podem ser constituídas de forma legal, informal ou espontânea, com ou sem fins lucrativos, sendo que este conceito ganhou conotação política na América Latina a partir dos anos 1970¹⁷. A expressão sociedade civil organizada, tornou-se peculiar, dirigindo-se ao fenômeno de participação dos cidadãos em assuntos que anteriormente eram exclusivos à esfera estatal, bem como na defesa da justiça social e promoção de causas de interesse geral. Para Oliveira e Haddad (2001, p. 62) “junto com a nova expressão, disseminou-se o uso de organizações da sociedade civil (OSCs)”¹⁸. Numa acepção mais contemporânea, a sociedade civil organizada e OSCs confundem-se para designar o multifacetado universo das organizações constituídas livremente por cidadãos que atuam frente aos produtos e serviços que o Estado não atende de modo satisfatório e o mercado não tem interesse em atuar. Pertencem a esse universo um amplo conjunto de organizações, entre as quais Oliveira e Haddad (2001) destacam: (i) as de base (*grassroots*) ou entidades comunitárias, voltadas para a promoção do desenvolvimento local e liderança de lutas populares; (ii) as organizações intermediárias de assessoria e pesquisa (*think tanks*) ou de defesa e promoção de direitos (*advocacy*); (iii) as fundações que realizam programas de interesse social (operadoras) ou financiam projetos sociais realizados por terceiros (*grantmakers*); e (iv) as antigas entidades assistenciais, de atendimento direto a populações carentes, que praticam a filantropia em sentido estrito.

Vale enfatizar, que as organizações sociais tem sido um importante modelo privatista que, empregado em alguns estados e municípios, vem conduzindo à ampliação da precarização das condições de trabalho e da prestação de serviços à

¹⁷ Contraopondo-se ao Estado de arbítrio da ditadura militar, a sociedade civil passou a remeter ao anseio pelo Estado de direito e a confundir-se com os contingentes de cidadãos que se opunham ao regime. Entre os ativistas do final da década de 70, ligados à igreja católica, dirigentes de associações profissionais ou fundadores das primeiras ONGs de defesa de direitos -, sucedeu-se simbólica e conceitualmente o uso das expressões, movimentos populares, movimentos sociais e sociedade civil ou cidadania, conforme reviam seu próprio papel, representatividade e raio de influência (FERNANDES, 1994, apud OLIVEIRA; HADDAD, 2001, p. 62).

¹⁸ O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID incorporou o uso da expressão organizações da sociedade civil desde 1995, reconhecendo a acepção particular que podem ter as organizações não governamentais na América Latina. Assim, por exemplo, as ONGs peruanas e chilenas constituem categoria jurídica especial, sujeita a regime próprio. O Banco Mundial ainda prefere a expressão ONG, mas começa a referir-se a OSCs em documentos mais recentes (OLIVEIRA; HADDAD, 2001, p. 62).

população. Instigados pelo cenário supracitado, em âmbito nacional, têm sido constituídos fóruns contrários à transferência dos serviços de responsabilidade do Estado para as organizações sociais e à privatização da saúde (LUZA; SIMIONATTO, 2011).

Todavia, neste trabalho interessa-nos ainda problematizar a atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) junto à Vila do Arvoredo na sua luta pelo direito à moradia. Assim, buscou-se entender a inserção de ONGs na Vila, no sentido de identificar em que medida contribuem e/ou facilitam e ou assessoram as lutas da comunidade.

Na definição de ONGs destaca-se Sabottka (2002, p. 84):

A tentativa de circunscrever um conjunto de fenômenos sociais com a denominação de “organizações não-governamentais” (ONGs) teve seu sucesso expresso no encanto que acompanhou esta denominação no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Tanto seu surgimento como sua popularização deram-se no contexto da cooperação internacional, notadamente relacionado com a ONU. A denominação referia-se originalmente a organizações transnacionais não criadas por nem dependentes de governos, que poderiam assessorar órgãos complementares daquela organização. Afastando-se, porém, de seu referente inicial, passou a ser aplicado também a organizações ativas em um só país.

Este autor explana que nos países industrializados, e especialmente em debates acadêmicos ocorridos no início da década de 1980, “as ONGs foram consideradas parte constituinte de uma estrutura intermediária da sociedade” (2002, p. 84). Ainda, acompanhada da popularização de sua denominação, as ONGs foram incorporadas por organismos multilaterais tradicionalmente localizadas na ponta receptora da cooperação internacional. Neste contexto Sabottka (2002, p. 84) aborda:

Muitas destas organizações receptoras eram organizações de movimentos sociais, criadas a partir de movimentos que necessitavam mecanismos formais para receber os recursos doados e para mobilizar e melhor canalizar seus recursos próprios em atividades regulares. A extensão da denominação reforçou pelo menos num primeiro momento, a conotação positiva das ONGs.

Refletindo o exposto por Sabottka, nota-se que houve uma pacificação dos movimentos sociais, ou seja, estes passam a agir de formas mais consensuais. Atualmente as ONGs atuam, na sua grande maioria em parceria com a esfera pública, sendo que anteriormente os movimentos dispunham de um espaço de luta

por direitos. Para melhor compreender OSCs e ONGs, buscamos sintetizá-las a partir do exposto.

A expressão ONG apareceu pela primeira vez em 1950, sendo utilizada pela ONU para nomear as instituições da sociedade civil que não estivessem ligadas ao governo. Atualmente possuem finalidades públicas vinculadas ao meio ambiente, saúde, educação, etc. e são definidas como entidades privadas sem fins lucrativos. No Brasil, as ONGs surgiram na década de 1960, durante o período do regime militar, engajando-se na luta pela redemocratização do país (CENTRO DE REFERÊNCIAS EM CIDADANIA, ÉTICA E RESPONSABILIDADE, 2012).

Através da conferência ECO-92, no Rio de Janeiro, houve a disseminação desta denominação e as ONGs passaram a ser “[...] quase qualquer tipo de organização civil. Ela passou a abranger inclusive muitas organizações de oportunidade, criadas especificamente para usufruir de benefícios disponibilizados para ONGs naquele contexto” (SABOTTKA, 2002, p. 84).

Já as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) se referem a toda e qualquer entidade que desenvolva projetos sociais com finalidade pública. Estas entidades também são classificadas como organizações do “Terceiro Setor”, por não terem fins lucrativos e econômicos. Esta expressão surgiu no início da década de 1990, sendo adotada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ocorreu também uma regularização pela legislação brasileira, para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sendo fruto da Lei Federal 9.790, de março de 1999, que institui uma qualificação aplicável a pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos (ou seja, associações ou fundações). Esta lei exige disposições estatutárias e organizacionais para que uma entidade possa ser qualificada como OSCIP. É necessário também que seja firmado o Termo de Parceria entre o poder público e as instituições da sociedade civil, sendo o Ministério da Justiça o órgão que avalia, reconhece e expede o certificado de OSCIP. Possibilita, também, oferecer dedução fiscal das doações das empresas que as patrocinam e que sejam administradas por profissionais remunerados.

No Brasil, a Lei 9.790 de 23 de março de 1999 (BRASIL, 1999), regulamenta as organizações da sociedade civil. Segundo o artigo 1º desta lei:

podem qualificar-se como OSCIP as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou

doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

A partir de então, denota-se com toda a força o papel da sociedade como responsável em prover o bem comum, utilizando e incentivando tanto a linguagem quanto a prática da solidariedade. Assim, fortalece-se o chamado terceiro setor, composto por ONGs, entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, que serviriam para suprir as demandas não atendidas pelo Estado, o primeiro setor, e pelo mercado, o segundo setor. Assim, Montaño a partir das considerações de Landim, esclarece que "o terceiro setor não é um termo neutro, ele tem nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal" (2005, p. 53).

Sobre a procedência do terceiro setor, Montaño (2005) realiza uma breve contextualização do uso do termo no Brasil. Analisa que sua funcionalidade parte de interesses de classe, surgindo como conceito nos EUA, em 1978, por John D. Rockefeller III. Ao Brasil chegou através de um funcionário da Fundação Roberto Marinho. O uso do termo "terceiro setor" foi implantado por intelectuais do capital, sinalizando ligação com os interesses de classe da alta burguesia. O mesmo autor destaca o saliente interesse lucrativo de empresas na isenção de impostos e imagem de seus produtos através do investimento em fundações e braços assistenciais que exercem ações "propagandísticas", elevando assim seus status perante a sociedade.

Os reais interesses dos investidores em "causas sociais" estão ocultos e resultam na isenção do Estado em garantir os direitos dos cidadãos de forma contínua e com serviços de qualidade. Por fim, ressalta-se que, em sua grande maioria, o chamado terceiro setor atua em trabalhos fragmentados e pontuais, não garantindo efetivamente a universalidade dos direitos constitucionais.

5.1 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA VILA DO ARVOREDO: DINÂMICA E OS RESULTADOS DE SUAS AÇÕES

No desenvolvimento do presente item, destacar-se-á o depoimento das lideranças entrevistadas que apresentaram a realidade da Vila do Arvoredo na sua

relação e avaliação do trabalho das OSCs. Além da atuação de OSCs e ONGs no local, destacamos que existe a atuação de instituições governamentais e públicas, como o CRAS (vinculado ao executivo municipal) e a UFSC (vinculada ao executivo federal), bem como Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal que fazem parte do sistema de segurança pública. Entretanto, na visão das lideranças não existe uma diferenciação entre as atividades desenvolvidas por OSCs, ONGs e demais instituições.

Na Vila do Arvoredo foi possível constatar a atuação de diversas OSCs, entre estas, a Fundação CASAN (FUCAS) e a Cooperativa de Profissionais em Serviços Públicos e Privados (COOPESC) de Santa Catarina

Sobre as organizações presentes na Vila do Arvoredo, Sra. B, explica:

O treinamento para brigadista pelos bombeiros nos ajudou muito para os cuidados no bairro, pois agora sabemos nos prevenir e tomar cuidados contra acidentes que possam causar incêndios, choques, curto circuitos, etc. A COOPESC nos deu o curso para garçom e garçonete e após houve encaminhamento ao mercado de trabalho. A UFSC deu um curso de políticas públicas dentro da comunidade. Todos estes cursos aconteceram no ano passado. A ajuda maior na comunidade se dá via CRAS, mas como foram abertos mais 8 CRAS no Município e os funcionários divididos nestes, algumas demandas deixaram de ser atendidas. A comunidade faz cursos de qualificação via CRAS para realizar atividades que poderiam melhorar a renda, sendo o SENAC o parceiro do CRAS para estes cursos. Um dos cursos que fizemos ano passado foi o bordado em sandálias. A FUCAS (Fundação CASAN) fez toda a reforma da sede da AMOVILA e cedeu equipamentos como mesas, cadeiras, freezer, poltronas, etc. e também realiza encaminhamentos ao mercado de trabalho para os moradores da Vila do Arvoredo. Hoje, temos alguns moradores que possuem trabalho fixo no Supermercado Angeloni. Nesse ano ainda não teve cursos. (Sra. B)

Conforme destaca Sra. B existe a inserção de OSCs e ONGs na Vila do Arvoredo. As principais atividades apontadas pela líder comunitária são os cursos profissionalizantes que criam oportunidades no mercado de trabalho. No entanto, neste ano os cursos ainda não ocorreram, o que torna perceptível a necessidade da continuidade dos trabalhos inicialmente desenvolvidos.

É importante mencionar os trabalhos desenvolvidos na comunidade do Arvoredo através da ASPI, sendo esta caracterizada como ONG. As características do local foram identificadas através do estágio supervisionado I e II do curso de Serviço Social da UFSC realizado na ASPI, com a supervisão da assistente social Rosana Rossato Stefanello. Seu principal programa é a Casa Madre Teresa de Calcutá que tem sua sede localizada na entrada da comunidade e atua no local há

mais de 10 anos, atendendo crianças e adolescentes de 6 a 14 anos no contra turno escolar. No local já foram realizados cursos de computação gratuitos para a comunidade, oficinas de pintura, entre outras atividades. Atualmente, o programa desenvolve para as crianças cursos de computação, aulas de música e oficinas de artes. A Casa Madre Teresa de Calcutá proporciona todas as refeições (café da manhã, almoço, lanche e jantar), sendo muitas vezes a única refeição do dia para a maioria das crianças. A referida casa tem como objetivo o serviço de proteção social básica, o fortalecimento de vínculos e a garantia da proteção integral das crianças e adolescentes, oferecendo um lugar alegre, atraente, educativo, longe das drogas, mendicância, trabalho infantil e maus tratos. O Serviço Social, dentro dos programas e projetos da ASPI, bem como em sua sede, atua no enfrentamento da pobreza e na garantia de direitos constitucionais, orientações para o mercado de trabalho, encaminhamento para a rede socioassistencial, cadastramentos de famílias, visitas domiciliares, distribuição de cestas básicas e roupas, orientações e apoio sócio familiar.

Ainda sobre as OSCs que atuam na Vila do Arvoredo, Sr. A explana:

A Guarda Municipal disse que quer desenvolver um curso de Educação de Trânsito. O problema é que a areia está chegando na porta da associação, e daqui há 6 meses a porta já não vai mais abrir. A FUCAS também desenvolve trabalhos com esporte, como natação, no contra turno escolar e outras atividades, e tem alguns materiais que eles cederam aqui para a Associação dos Moradores. A UFSC desenvolveu um curso muito importante para a nossa comunidade que foi sobre Políticas Sociais; esse curso ajudou as pessoas entenderem mais sobre política e a realidade que nós vivemos. (Sr. A)

Novamente, através do relato do Sr. A, notamos que OSC e ONGs, de forma indistinta, direcionam suas ações visando melhorias na qualidade de vida da Vila do Arvoredo, mas que necessitam intensificar e denotam a falta de um trabalho contínuo com a população, ou seja, a atuação é pontual, por tema ou projeto, com a realização de atividades não sucedâneas.

Logo, pode-se observar que a característica marcante das OSCs, fundamentalmente das ONGs, é o trabalho fragmentado e pontual, desenvolvendo ações a partir de questões imediatas, não influenciando significativamente para desenvolvimento da qualidade de vida. Neste contorno, Duarte (2010, p. 68) sinaliza:

Por isso, o atendimento da questão social passa a evidenciar uma alteração desvantajosa para a classe trabalhadora: o Estado se retira, realizando o mínimo, e as “organizações sociais” e “organizações da sociedade civil de

interesse público” ganham força na prestação de serviços sociais. Esta lógica reforça a proposta de um “Estado gerente” (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008, p. 183) que repassa para as “mãos privadas” (terceiro setor e empresas privadas) a responsabilidade pela execução dos programas e projetos sociais, assumindo as políticas de amparo à pobreza, de forma seletiva e fragmentária.

Algumas ONGs e instituições que atuam em comunidades como a Vila do Arvoredo, possuem “parcerias” com o Estado, que repassa alguns investimentos através da seleção dos projetos apresentados. Montañó (2005, p. 224) esclarece que:

[...] em suma, se é verdade que, impulsionados pelas parcerias com o Estado, o número de ONGs e “organizações sociais” vem crescendo, assim como a dimensão do chamado “terceiro setor” vem aumentando, é equivocado supor sem mais nem menos que este processo seja compensatório da clara desresponsabilização estatal e do capital perante a resposta às sequelas da questão social.

O mesmo autor analisa:

A única resposta plausível para esta questão está na sua função ideológica: a indução à tese da escassez, de que o Estado não tem recursos (ou é ineficiente) para financiar as políticas sociais estatais pelo excessivo gasto na área social, e à imagem da passagem compensatória, de que a perda de atividade na área social estatal passa a ser desenvolvida, em iguais ou melhores condições, pelo terceiro setor. [...] Que conceito é esse que reúne, no mesmo espaço, organizações formais e atividades informais, voluntárias ou individuais; entidades de interesses político, econômico e singulares; coletividades das classes trabalhadoras e das classes capitalistas; cidadãos comuns e políticos ligados ao poder estatal? (MONTAÑO, 2010, p. 56)

Destarte, coloca-se em dúvida, sobre a real existência de um segundo ou terceiro setor, pois conforme o autor, todos fazem parte da sociedade civil que é incumbida de agir conforme o discurso solidário e da responsabilização sobre seus direitos.

Resultante disto é a presença de trabalhos voluntários ou atividades exercidas por profissionais não qualificados, geralmente fragmentado, focalizado e pontuais, que descaracterizam a garantia e acesso aos direitos sociais. A ocupação destes profissionais, ou até mesmo do voluntariado, acabam por influenciar negativamente o espaço de profissionais qualificados, que se deparam com espaços de trabalho deteriorados. Sobre as particularidades em relação à abrangência e interesses que circundam os projetos gestados e implementados por instituições privadas, como as ONGs e instituições públicas, Iamamoto (2009 apud DUARTE, 2010, p. 69) nos chama a atenção para o que segue:

Os projetos levados a efeito por organizações privadas apresentam uma característica central que os diferenciam: não se movem pelo interesse público e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais, reforçando a seletividade no atendimento, segundo critérios estabelecidos pelos mantenedores. Portanto, ainda que o trabalho concreto do assistente social seja idêntico – no seu conteúdo útil e formas de processamento –, o sentido e os resultados sociais desses trabalhos são inteiramente distintos, visto que presididos por lógicas diferentes: a do direito privado e do direito público, alterando-se, pois, o significado social do trabalho técnico-profissional e seu nível de abrangência.

Podemos concluir que a dinâmica das ações das OSCs na Vila do Arvoredo, apresentam resultados apenas pontuais, com atividades intermitentes e sem continuidade. As ações desenvolvidas são importantes para a comunidade, mas existe a necessidade de resultados que incidam para a transformação da realidade local que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade social.

5.2 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: VISÃO DAS LIDERANÇAS

Ao entrarmos no assunto dos resultados das ações das OSCs em nossas entrevistas, foi possível perceber na fala das lideranças, a necessidade de uma atenção contínua por parte destas, de modo que contribuam para as demandas apresentadas. As lideranças destacam que diversas ações já foram realizadas, mas a realidade não sofreu significativas alterações.

Sobre a atuação das OSCs, destacamos o relato do Sr. A.:

A respeito do trabalho desenvolvido pelas ONGs os trabalhos deveriam ter continuidade, pois ou o trabalho é interrompido ou não termina e não tem acompanhamento. Às vezes acontece das pessoas desanimarem e desistirem e isso contribui para os trabalhos 'pela metade'. O trabalho bem desenvolvido foi o realizado pelo Corpo de Bombeiros, a brigada de incêndio. Preparar as pessoas já é um desafio e fazer com que elas continuem no objetivo inicial é um desafio maior ainda. (Sr. A)

Conforme destaca Sr. A, a ação da Brigada de Incêndio (Corpo de Bombeiros) foi muito importante para a comunidade. Houve envolvimento de grande parte da população local e as atividades desenvolvidas resultaram positivamente, pois anteriormente a população sofria constantemente com acidentes ocasionados pela falta de cuidados que devem ser tomados devido à precária infraestrutura da Vila do Arvoredo, como por exemplo, o perigo que as fiações elétricas clandestinas representam no local, causando choques, curto circuitos e incêndios. No entanto, ainda se apresenta a falta de continuidade das ações, pois conforme Sra. B,

algumas pessoas ainda precisam de orientações que são informadas pela própria comunidade nas reuniões da AMOVILA.

Assumpção e Campos (2011) dissertam que as OSCs acabam por assumir as tarefas em lugar das organizações do Estado que é burocrático e ineficiente, ou até mesmo do mercado, que possui fins lucrativos, no intuito de responder às demandas sociais.

Já Montañó (2007, apud ASSUMPÇÃO; CAMPOS, 2011), analisa que a sociedade possui três categorias de cidadãos: "consumidores de serviços mercantilizados; usuários de serviços estatais; excluídos e assistidos pela caridade e filantropia", sendo que cabe à sociedade civil mobilizar-se para atender a última das três categorias citadas. Neste sentido, Tenório (2004, apud ASSUMPÇÃO; CAMPOS, 2011) expressa:

A alteração no cenário político estabeleceu duas mudanças significativas: a) de movimentos sociais anteriores, para ONGs que encarnam mais uma lógica gerencial e empresarial, pois estão articulados com o Estado e o capital privado, ambos provedores de recursos; b) de militantes no passado para voluntarismo e altruísmo, por meio da auto responsabilização do cidadão e da comunidade local para executar relevantes ações de caráter social. Logo, aquela lógica de emancipação do homem e do cidadão que deu origem aos movimentos sociais na década de 1970 originou um enfoque de busca pela eficiência ao focar clientes, metas, ou alvos a serem atingidos.

Podemos perceber que as OSCs, especialmente as sem fins lucrativos, operam com ações voltadas no sentido de aliviar os problemas das desigualdades, agem na tentativa de melhorias para as condições sociais. No entanto, dependem de recursos e financiamentos, e com isso, agem de forma focalizada e localizada, mantendo desta forma a permanência das desigualdades.

Ao analisar as ações das OSCs na Vila do Arvoredo, Sra. B avalia:

A grande maioria dos projetos assistencialistas acontecem na Vila do Arvoredo, pois a comunidade é a "galinha dos ovos de ouro" para quem quer demonstrar caridade e imagem de ajuda ao próximo. Se os projetos fossem aprimorados, qualificados e que tivessem continuidade seriam muito bem vindos. (Sra. B)

Conforme avaliação da Sra. B, o discurso da solidariedade e caridade é uma característica forte das organizações e ações promovidas pela iniciativa privada, que usa esta imagem para fins lucrativos, utilizando-se de espaços abandonados pelo Estado e carente de todo tipo de auxílio, como é o caso da Vila do Arvoredo.

Conforme Sra. B, neste ano não houve nenhuma organização atuando dentro da comunidade com atividades voltadas diretamente à população, mas a associação de moradores tem trabalhado fortemente para atender as reivindicações e necessidades apresentadas pelos moradores. Neste sentido, a sociedade é responsabilizada em prover suas necessidades. Montaño (2005, p. 260) destaca:

Na medida em que há uma localização e uma trivialização da questão social e uma auto-responsabilização dos sujeitos (individuais ou coletivos) portadores de carências pelas respostas às suas necessidades, podemos afirmar que esta função social – a resposta às sequelas da questão social –, ao sair paulatinamente da responsabilidade estatal e da ética do direito universal, passa para a cotidianidade individual dos sujeitos na esfera da sociedade civil.

Deste modo, Montaño (2005) aponta que o projeto Neoliberal reforça a sociedade com uma cotidianidade alienada, sem confronto, e voltada para a preocupação e ocupação de respostas imediatas aos problemas sociais, que acontecem sempre localizadas e fragmentadas. Percebe-se, portanto, um enfraquecimento das lutas sociais, sendo estes os espaços que atuam de forma coletiva para a efetivação dos direitos universais, que efetivamente estariam proporcionando mudanças expressivas nas desigualdades sociais.

Em relação à atuação de OSCs na Vila do Arvoredo, podemos perceber, conforme já mencionado, que as ações apresentam-se focalizadas e pontuais. Contudo, cabe destacar que a atuação e valorização das redes solidárias na sociedade civil contemporânea, das quais também fazem parte as ONGs, evidencia-se uma ação restrita do Estado, atuando em políticas compensatórias e abrindo o caminho para as instituições privadas reproduzirem a lógica do capital e do mercado, em áreas como saúde, educação, previdência e habitação. Além disso, ocorre a responsabilização da sociedade civil em prover suas necessidades através do discurso da solidariedade e por meio de ações das entidades filantrópicas, desconstruindo, assim, direitos sociais historicamente conquistados.

Destarte, aponta-se a necessidade da intervenção do poder público para o atendimento dos direitos da comunidade, bem como, ações com planejamento, qualidade e continuidade, voltadas à emancipação humana da população.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se resgatar a história do processo da luta pelo direito à moradia da comunidade da Vila do Arvoredo. A maioria da população da comunidade é migrante, e com isto, observou-se que a questão migratória no local teve como principal motivação a questão da busca por melhores condições de vida. Florianópolis é local que atrai pessoas e é destacada na mídia pelas suas belezas exuberantes e qualidade de vida. Ainda na questão migratória, relacionou-se questão urbana e habitação, a partir da perspectiva que estes fenômenos são inseparáveis. Ficou identificado que a migração vem há décadas transformando as cidades, bem como seu desenvolvimento. O acesso à habitação é correlata da especulação imobiliária, sendo em Florianópolis uma realidade pujante.

A Vila do Arvoredo está localizada em uma APP e é considerada uma área de risco, devido à locomoção das dunas que invadem as casas e causam malefícios para a saúde das pessoas que ali residem. Ficou evidenciado que já em 2007, o Plano de Habitação do Município de Florianópolis afirma que a comunidade Vila do Arvoredo necessita ser totalmente realocada.

A luta pelo direito a moradia da Vila do Arvoredo, é um embate entre população e executivo municipal, que se arrasta há três décadas. No entanto, sempre esbarrou em questões burocráticas e em posicionamentos políticos. A lentidão em solucionar esta problemática, afeta a cidadania da população e causa sérios problemas ambientais devido as condições precárias das famílias que ali residem. Atualmente a comunidade espera pela legalização da documentação do terreno que abrigará o projeto habitacional, sendo que este já foi aprovado e os recursos financeiros cedidos pelo Ministério das Cidades para as obras das novas residências para a comunidade já está disponível.

Ao contemplar os movimentos sociais e a participação social na luta por moradia, nota-se especificamente na Vila do Arvoredo, um grande envolvimento das lideranças locais. Evidenciou-se a importância de movimentos inseridos neste contexto, como é o exemplo da UNMP, que integra em suas ações a participação dos moradores na atuação dos movimentos. Através dos relatos das lideranças entrevistadas fica claro que a participação comunitária ocorre com mais frequência nas reuniões da AMOVILA, sendo esta uma ferramenta para tratar as necessidades e demandas da comunidade.

A liderança local representa o Norte da Ilha no CMHIS, sendo este também, um mecanismo de participação social que oferece a possibilidade da fiscalização dos interesses de ordem pública na habitação, bem como a oportunidade de participar da idealização de práticas inovadoras nesta conjuntura.

Na última parte do trabalho ficou expresso que a inserção de OSCs é importante para o desenvolvimento das comunidades. Porém, inseridos em uma lógica chamada terceiro setor, as organizações atuam de forma fragmentada e localizada, e acabam por acentuar as desigualdades sociais. Em uma grande parte das ações destas organizações, as demandas são atendidas perante condicionalidades excludentes, reafirmando a condição de desigualdade social e vulnerabilidade em que se encontram e contrariando a condição de universalidade nos direitos sociais. A visão sobre estas OSCs expressa pelas lideranças da comunidade, afirmam o trabalho fragmentado, pois conforme as mesmas, praticamente todas as atividades realizadas na Vila do Arvoredo ficaram ausentes de continuidade, sem alterar significativamente a realidade atual.

Por fim, neste trabalho se reafirma que a Vila do Arvoredo, necessita ser realocada o mais rápido possível, para que o direito à moradia e, conseqüentemente, a dignidade em poder usufruir de uma vida saudável, socialmente e integralmente incluída possa ser desfrutada por esta comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mario. **Estruturação de empreendimentos baseados no programa “Minha Casa, Minha Vida”, voltados para famílias com renda mensal entre 1 e 3 salários mínimos**. 2010. 61 f. Monografia (MBA em Economia Setorial e Mercados, com ênfase em Real Estate) - Escola Politécnica da USP, São Paulo, 2010.

Disponível em:

<http://www.realestate.br/images/File/arquivosPDF/Mono_MarioAlmeida.pdf>.

Acesso: 07 mar. 2012.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ASSUMPÇÃO, Jairo José; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Avaliação de projetos sociais em ONGs da Grande Florianópolis: um estudo sobre modelos relacionados ao foco de atuação. **Revista de Administração Pública**, v.45, n.1, 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s003476122011000100010&lang=pt>. Acesso em: 12 mai. 2012

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e o estatuto da cidade. **Eure**, Santiago, v.28, n.84, 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=s025071612002008400008&script=sci_arttext>.

Acesso em: 17 mar. 2012.

BOLSONI, Gabriele Berckencrock. **As famílias do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis e o Aluguel Social: realidade pós-chuvas de novembro de 2008**. 2011. Trabalho de Conclusão (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BONATES, Mariana Fialho. O Programa de Arrendamento Residencial - PAR: acesso diferenciado à moradia e à cidade. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n.7, 2008. Disponível em:

<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S198445062008000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 abr. 2012

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, n.45, p. 152-166, 1996.

BRAGA, Fernando Gomes. **Migração Interna e Urbanização no Brasil Contemporâneo: Um estudo da Rede de Localidades Centrais do Brasil (1980/2000)**. Minas Gerais: ABEP, 2006.

BRANCO, Glauceli Ramos. Vila do Arvoredo: 26 anos de luta. CMI Brasil, 22 nov. 2008. Disponível em: <<http://midiaindependente.org/pt/blue/2008/11/434067.shtml>>. Acesso em: 04 abr. 2012.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 24 mar. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em: 02 jun.2012

_____. **PAC2: 2º Balanço**. Julho - Setembro 2011a. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/PAC2/2balanco/index.html>>. Acesso em: 02 jun. 2012

_____. **PAC2: Eixo Minha Casa, Minha Vida**. 2011b. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/PAC2/2Balanco/docs/2Balanco_Eixo_Minha_Casa_Minha_Vida.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2012

BRASIL, Flávia de Paula Duque. Participação Cidadã e Reconfigurações nas políticas urbanas nos anos 90. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.6, n.2, p. 35-39, 2004. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revistas/ANPUR_v6n2.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2012

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2009. 20p. (Texto para discussão 366). Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=372914de-2447-4554-8cdf-39be99c368e3&groupId=37690208>. Acesso em: 25 mar. 2012

_____. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, v.20, n.57, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s010340142006000200017&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. CARVALHO, José Alberto M.. **As Migrações Internas no Brasil**: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pela PNADs recentes. São Paulo: [s.n], 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_583.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2012.

_____. GARCIA, Ricardo Alexandrino; SOUZA, Renata G. Vieira. **As Tendências Recentes das Migrações Interestaduais e o Padrão Migratório**. 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_294.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2012.

CAIXA. **Minha Casa – Minha Vida**. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2010. Disponível em: <www.cef.com.br>. Acesso: 10 mar. 2010.

_____. **PAR – Programa de Arrendamento Residencial**. [2012]. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/pj/pj_social/mg/habitacao_social/par/index.asp>. Acesso em: 16 ma. 2012.

CAMPOS, Édson Telê. **A gestão territorial urbana no município de Florianópolis**: uma abordagem sobre a expansão imobiliária e seus impactos ambientais. 2004. 219 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PCAD0610.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2012.

CASAGRANDE, W. A. **Causas da migração rural urbana na região da Grande Florianópolis**: relatório de pesquisa - Síntese regional. Florianópolis: Epagri ; Cepa, 2006. 53p. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/causas%20da%20migracao.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2012.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM CIDADANIA, ÉTICA E RESPONSABILIDADE. **Glossário Interativo. Projeto Referências Crescer**. [2012]. Disponível em: <<http://www.crescer.org/glossario/index.php>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES. 2012. Disponível em: <<http://www.conam.org.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 66 – 76, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7281/5241>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro; SILVA, Karina Nogueira. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Revista Katálysis**, v.12, p. 13-21, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/10700/1020>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

FACHIN, Raquel. **O Fórum Social do Saco Grande: Trajetória e Desafios**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

GRUPO ESCOLAR. **O Neoliberalismo e o (Estado Mínimo)**. 2008. Disponível em: <<http://www.grupoescolar.com/pesquisa/o-neoliberalismo-e-o-estadominimo.html>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1983.

IANONI, Marcus. **O Plano Real**: políticas públicas e estado. São Paulo: Lua Nova, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010264452009000300009&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 mar. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. 2011a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1928&id_pagina=1>. Acesso em: 02 jun. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse do **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8&uf=00>>. Acesso em: 6 abr. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Publicação aborda aspectos teóricos e analisa deslocamentos populacionais no Brasil. 15 jul. 2011b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1928&id_pagina=1>. Acesso em: 03 jun. 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Série estatística – Nível geográfico: Brasil – Tema: População**. 2012. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2012.

NOAL, Ednilson Bolson. JANCZURA, Rosane. A política nacional de habitação e a oferta de moradias. **Textos & Contextos**: v.10, n.1, p. 157 -169, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7257/6431>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

LUIZ, Bianca Leandro. **A perspectiva dos moradores da comunidade do alto da bela vista quanto à implantação do programa Habitar Brasil/BID**. Florianópolis: UFSC, 2006.

LUZA, Edinaura; SIMIONATTO, Ivete. **A atualidade da contrarreforma do Estado Brasileiro na gestão das políticas sociais**. Pelotas: Diprosul, 2011. Disponível em: <<http://antares.ucpel.tche.br/mps/diprosul/docs/trabalhos/1.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2012.

MARICATO, Ermínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

_____. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, v.17, n.48, p. 151-167, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2012

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151797022004000200007&script=sci_arttext Acesso em: 27 mar. 2012

MIOTO, Beatriz Tamaso. **Movimentos Migratórios em Santa Catarina no Limiar do Século XXI**. 2008. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em:
<http://www.cse.ufsc.br/gecon/coord_mono/2007.2/Beatriz%20Miotto.pdf>.
Acesso em: 16 mar. 2012.

MIRANDA, Rogério. **Caracterização do crescimento das favelas em Florianópolis como uma contribuição para o gerenciamento de projetos de habitação popular**. 2010. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Gerenciamento de Projetos) - Faculdade de Tecnologia do SENAI, Florianópolis, 2010. Disponível em:
<http://www.euax.com.br/system/attachments/17/original/TCC_ROG_RIO_MIRANDA.pdf?1298558909>. Acesso em: 18 jun. 2012

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2005.

MORÉ, Carmem Leontina Ojeda Ocampo; QUEIROZ, Angela Hering. Migração, movimento e transformação: irrupção do novo nas relações familiares. CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira (Org.). **Família em Movimento**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007. p. 54-68. Disponível em:
<<http://www.labsfac.ufsc.br/documentos/migracaoMovimento.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

MORI, Gisela. **Reflexões sobre os movimentos populares urbanos**. UNMP - Artigos sobre política de habitação. 2009. Disponível em:
<http://unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=350:reflexoes-sobre-os-movimentos-populares-urbanos&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68>. Acesso: 06 abr. 2012.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Cozinhando com política: nosso almoço do 1º de maio**. Florianópolis, 03 mai. 2011. Disponível em:
<<http://mplfloripa.wordpress.com/2011/05/03/cozinhando-com-politica-nosso-almoco-do-1%C2%BA-de-maio/>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. As Organizações da Sociedade Civil e as ONGS de Educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.112, p. 61-83, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16101.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2012.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade: para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. Disponível em:
<http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/cartilha_estatuto_cidade.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2012.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Democracia, estado social e reforma gerencial. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.50, n.1, 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003475902010000100009&script=sci_arttext>
Acesso em: 14 abr. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Diagnóstico das Áreas de Interesse Social**. Florianópolis: Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, 2006. Disponível em:

<http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/24_05_2010_17.26.43.563188c89583efcf3b79164708b3cd5c.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2012.

_____. **História da Habitação em Florianópolis**. Florianópolis: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, 2011. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_11_2011_17.23.25.defd0b90d23c5d2b34648aba948b69c9.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2012.

_____. **Monitoramento das Ações da Política na Habitação de Florianópolis**. Florianópolis: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, 2007. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_06_2010_15.57.20.b9133eaa67ddce377186208e1acc33e5.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2012.

_____. **Plano Municipal de Habitação e Interesse Social**. Produto 03: Necessidades Habitacionais. Florianópolis: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, 2010. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/29_11_2010_14.57.05.14381dca035194b8e0dae9a22f3f2603.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2012.

_____. **Plano Municipal de Habitação e Interesse Social**. Produto 04: Inventário de Áreas Físicas para Intervenção Habitacional. Florianópolis: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, 2011a. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/11_03_2011_16.39.21.291d43b3030b85a63e1ec308d2760e7e.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2012.

_____. **Plano Municipal de Habitação e Interesse Social**. Produto 06: Cenários. Florianópolis: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, 2011b. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_06_2011_16.30.42.884f696aacfa360d3f184780e46cb25c.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2012.

_____. **Projeto de Trabalho Técnico Social**. Florianópolis: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, 2010.

_____. **Projeto Habitacional Vila do Arvoredo**. Florianópolis: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. [201-?]. Não paginado. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/sites/floripaemacao/index.php?cms=projeto+habitacional+vila+do+arvoredo>>. Acesso em: 06 abr. 2012.

_____. **Relatório Sócio-Econômico Vila do Arvoredo**. Florianópolis: Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, 2005.

RIBEIRO, Edaléa Maria. A Política de Habitação Popular no Brasil em tempos de globalização Neoliberal. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3, 2007, Maranhão. **Anais...** Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2007. Disponível em:

<www.joinpp.ufma.br/jornadas/.../1211e0723ab90108ae52Edaléa.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2012.

SABOTTKA, Emil A. Organizações civis: buscando uma definição para além de ONGs e “terceiro setor”. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, p. 82-94, 2002.

SABOYA, Renato. Segregação Espacial Urbana. *Urbanidades*, 14 mai. 2009. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2009/05/segregacao-espacial-urbana/>>. Acesso em: 01 abr. 2012.

SAWAIA, Bader Burihan. Participação Social e Subjetividade. In: SORRENTINO, Marcos (org.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ/FAPESC, 2001. p. 115-133.

SILVA, Adriana Gondran Carvalho. **Espaços públicos, turismo e o resgate da cidadania em Canasvieiras**. 2005. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2005.

SILVA, Luciana da Luz. Breve relato histórico da luta por moradia em Salvador: o caso de ocupação Quilombo da Escada. UFBA. **Antíteses**, v.1, n.1, p. 118-150. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1429/1622>. Acesso em: 01.07.2012

SILVA, Marliange da. **A experiência do programa habitar brasil bid – região Chico Mendes: uma análise da participação social**. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA, Washington Luiz Alvez da. **Os movimentos sociais no Brasil**. Geomundo. [20--]. Disponível em: <<http://www.geomundo.com.br/geografia-30197.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2012.

SIMIONATO, Ivete. PFEIFER, Mariana. Responsabilidade Social das empresas: a contraface da sociedade civil e da cidadania. **Textos & Contextos**, n.5, 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1016/796>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 47-103.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882004000100002&script=sci_arttext> Acesso em: 14 abr. 2012.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR. 2012. Disponível em: <<http://www.unmp.org.br>>. Acesso em: 09 mar. 2012.

_____. **Vila do Arvoredo rompe com as negociações com a Prefeitura de Florianópolis.** 01 dez. 2008. Disponível em:

<http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=222:vila-do-arvoredo-rompe-com-as-negociacoes&catid=56:pr-ecomoradia-no-encontro-estadualda-ump&Itemid=76>. Acesso em: 22 abr. 2012.

WARREN, Ilse Scherer. Das mobilizações às redes de movimentos sociais.

Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>>. Acesso: 22 abr. 2012.

APÊNDICE A - Questionário para pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro Sócio Econômico
Departamento de Serviço Social
Trabalho de Conclusão de Curso
Orientadora: Profa. Dra. Vera Herweg Westphal
Acadêmica: Taís Sbeghen Chesini

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

A. Dados do Entrevistado:

- 1 - Nome
- 2 - Idade
- 3- Escolaridade
- 4 - Situação de trabalho e renda

B. Sobre migração:

- 1 - Qual a origem das famílias que residem na Vila do Arvoredo?
- 2 - Quais foram os motivos que as trouxeram para o local?
Morou em outras cidades? (trajetória de migração)

C. Estado e política de habitação (trocar posição p/ C)

- 1 - Como o poder público respondeu e tem se posicionado frente ao direito a moradia da comunidade?
- 2 - Na sua avaliação, qual a importância ou papel do conselho municipal de habitação de interesse social para a conquista de moradia pela Vila do Arvoredo?

D. Movimento de luta por moradia:

- 1 - Como iniciou a luta pela moradia na VA e seu traçado histórico?
- 2 - Quais foram as vitórias e conquistas neste processo?
- 3 - Quais são as dificuldades atuais no processo de luta pela moradia?
- 4 - Está articulado em rede de movimentos sociais?

E. ONGs na Vila do Arvoredo

- 1 – Quais organizações da sociedade civil atuam na Vila do Arvoredo?
- 2 – Como elas atuam?
- 3 – Qual a sua avaliação da atuação destas entidades na comunidade?
- 4 – Estas entidades se articulam em rede com movimentos de luta pela moradia?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro Sócio Econômico
Departamento de Serviço Social
Trabalho de Conclusão de Curso
Orientadora: Profa. Dra. Vera Herweg Westphal
Acadêmica: Taís Sbeghen Chesini

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada(o)

Esta pesquisa faz parte da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal de Santa Catarina, e está sendo desenvolvida pela acadêmica Taís Sbeghen Chesini com a orientação da Professora Dra. Vera Herweg Westphal. As entrevistas seguirão um roteiro com seis perguntas e terão como objetivo central resgatar a história das famílias da Vila do Arvoredo e suas trajetórias, abordando com relevância o envolvimento da comunidade e lideranças locais na luta pela moradia e conhecer suas percepções sobre o envolvimento de Organizações da Sociedade Civil (ONGs e instituições filantrópicas) nas suas contribuições para a comunidade, desencadeando uma reflexão crítica sobre este contexto.

Para facilitar o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, a pesquisadora solicita sua permissão para realizar a gravação das suas respostas às perguntas realizadas, sendo que o(a) entrevistado(a), poderá optar em aceitar ou não a gravação, devendo desta forma a pesquisadora somente realizar suas anotações.

As respostas serão sistematizadas no Trabalho de Conclusão de Curso, mantendo sigilo de identificação do/as participantes.

Esclarecemos que sua participação no estudo é de caráter voluntário e, portanto, o(a) Senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará à sua disposição para o esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar do questionário e para publicação dos resultados.

Aceita a gravação: () Sim () Não

Ass. Participante

Ass. Pesquisadora

Florianópolis, Abril de 2012

ANEXO A - Figuras Vila do Arvoredo



Fonte: Brigadas Populares – Santa Catarina.
Disponível em:
<<http://brigadaspopularessc.blogspot.com/2012/01/bpsc-reune-comissao-estadual.html>>. Acesso em: 07 jun. 2012



Fonte: Acervo PMF – SMHSA (2005)



Fonte: Acervo UFSC (2012)



Fonte: Fotografada pela autora em 27 abr. 2012.



Fonte: Acervo UFSC (2012)



Fonte: Acervo UFSC (2012)